



GUSTAVO OLIVEIRA DOS SANTOS

POR QUE UMAS E NÃO OUTRA ESCOLA: as determinantes para o não desenvolvimento de um programa de Educação Integral e(m) Tempo Integral em uma escola do município de Niterói (RJ).

RIO DE JANEIRO

2023



GUSTAVO OLIVEIRA DOS SANTOS

POR QUE UMAS E NÃO OUTRA ESCOLA: as determinantes para o não desenvolvimento de um programa de Educação Integral e(m) Tempo Integral em uma escola do município de Niterói (RJ).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Educação.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Adriano Rodrigues da Silva.

RIO DE JANEIRO

2023

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

S237

Santos, Gustavo Oliveira dos

Por que umas e não outra escola: as determinantes para o não desenvolvimento de um programa de Educação Integral e(m) Tempo Integral em uma escola municipal de Niterói (RJ). / Gustavo Oliveira dos Santos. -- Rio de Janeiro, 2023.

153 f.

Orientador: Bruno Adriano Rodrigues da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.

1. Educação Integral e(m) Tempo Integral. 2. Política Educacional. 3. Oferta do Direito à Educação. I. Silva, Bruno Adriano Rodrigues da, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Programa de Pós-Graduação em Educação

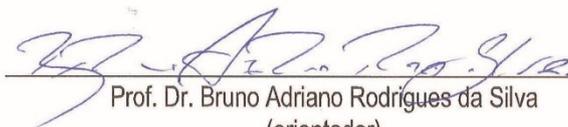
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Gustavo Oliveira dos Santos

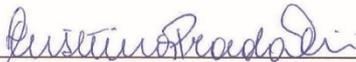
“POR QUE UMAS E NÃO OUTRA ESCOLA: as determinantes para o não desenvolvimento de um programa de Educação Integral e(m) Tempo Integral em uma escola do município de Niterói (RJ)”

Aprovada pela Banca Examinadora

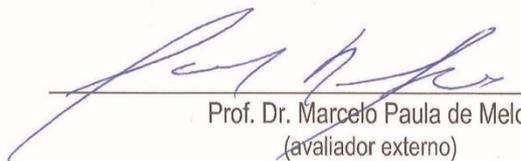
Rio de Janeiro, 09/11/23



Prof. Dr. Bruno Adriano Rodrigues da Silva
(orientador)



Prof.ª Dr.ª Ana Cristina Prado de Oliveira
(avaliadora interna)



Prof. Dr. Marcelo Paula de Melo
(avaliador externo)

Dedico esta dissertação a todas, todos e todes que de alguma maneira me ensinaram e compartilharam conhecimentos, experiências e, principalmente, amor, carinho e afeto, em especial os meus pais e o meu filho.

AGRADECIMENTOS

Após uma caminhada muito longa e sinuosa, há tantas pessoas a agradecer. Ao mais que um amigo e orientador, um irmão: Bruno Adriano. Gratidão por toda a paciência, carinho e ajuda neste processo turbulento. Imagino que não foi fácil para você também. Não foi como imaginamos, mas concluímos. Gratidão por ter acreditado em mim e ter estendido as mãos quando ia em direção ao meu “abaixo de zero: hello hell”. Ao PPGEduc-UNIRIO pelas aprendizagens, experiências e conhecimentos compartilhados, e mais diretamente aos professores das disciplinas que eu cursei no mestrado: além do Bruno, Ana Cristina, Elisângela, Diógenes, José Damiro e Eric. Ao professor Marcelo Melo da UFRJ, gonçalense como eu, que fez parte da banca de qualificação e defesa do mestrado junto com a Ana e o Bruno, também gratidão pelos apontamentos e considerações fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Às companheiras e companheiros Neephi pelos riquíssimos debates, encontros e espaços formativos fundamentais para eu trilhar no percurso desta pesquisa, em especial à professora Lígia. À Comissão de Acompanhamento que me apoiou e acreditou na possibilidade de eu concluir esta pesquisa, além dos professores Lígia e Diógenes, a professora Cláudia Fernandes, gratidão pela força, carinho e orientações. Estendo os agradecimentos à Secretaria do curso e a professora Maria Luiza nas orientações e atenção dada quando tive forças para retomar à pesquisa. Aos colegas de turma do mestrado, em especial, as amigas e amigos do GT Mureta que tornaram a nossa trajetória no mestrado mais leve e que me deram muita alegria e força para concluir a dissertação. Agradeço também aos colegas e amigos das escolas onde eu leciono pelas preocupações, incentivos e disposição para me ajudar nesta caminhada. Agradecimentos especiais à comunidade escolar da Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello pela disponibilidade, trocas e compreensão durante a pesquisa, assim como aos participantes das entrevistas semiestruturadas. Aos amigos que me ajudaram diretamente, seja com dicas, ou com palavras de carinho e amor, minha gratidão: Forró, Bruno G, Joana, e tantos outros, gratidão. À Maíra, minha companheira, gratidão por todo amor, carinho, ajuda e por compartilhar uma vida juntos e um fruto tão amoroso e que nos enche de amor: Raul, que veio ao mundo no mesmo ano em que ingressei no mestrado. Amo vocês.

Hell no planeta Terra, papel caneta e guerra
Visibilidade zero, cegos na motosserra
Eu me dirijo pro inferno sem escala
Elegante de terno e boot, meu traje de gala
[...]

Não ir pra frente é retrocesso, nada que vale a
pena é fácil
Encara o processo, é assim que eu faço
Quem precisa de correntes de ouro pra ser
Gustavo?
Quem precisa de correntes de ferro pra ser
escravo?

(Black Alien – Área 51)

Quem tem um amigo tem tudo
Se o poço devorar, ele busca no fundo
É tão dez que junto todo stress é miúdo
É um ponto pra escorar quando foi absurdo
Quem tem um amigo tem tudo
Se a bala come, mano, ele se põe de escudo
Pronto pro que vier mesmo a qualquer segundo
É um ombro pra chorar depois do fim do mundo
(Emicida – Quem Tem um Amigo: Tem Tudo)

SANTOS, Gustavo Oliveira dos. **Por que umas e não outra escola: as determinantes para o não desenvolvimento de um programa de Educação Integral e(m) Tempo Integral em uma escola municipal de Niterói (RJ)**. 2023. 153f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

RESUMO

A pesquisa apresentada busca investigar as determinantes que levaram ao não desenvolvimento da educação integral e(m) tempo integral na Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello, uma das escolas da rede municipal de Niterói (RJ), que inicialmente estava prevista, de acordo com materiais jornalísticos e de declarações de gestores a partir do ano de 2013, época em que foi anunciado e constituído a Comissão Especial "Professor Dácio Tavares Lôbo Júnior" com a finalidade de elaborar a proposta pedagógica de EITI para o Ensino Fundamental na rede municipal de Educação de Niterói. O problema da pesquisa reside no percurso da política educacional abordada, a EITI da rede municipal de Niterói, no que tange aos determinantes qualitativos e quantitativos que levaram a negativa em relação ao desenvolvimento da EITI na Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello. O objetivo geral da pesquisa é descrever e analisar as razões para o não desenvolvimento do programa de EITI da rede municipal de Niterói (RJ) na Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello. Os objetivos específicos são: (1) abordar questões relativas à atual política educacional brasileira, e em particular sobre as experiências de EITI; (2) analisar os contextos em torno do programa de EITI implantada no município de Niterói a partir de 2013; (3) analisar as determinantes que levaram a não implantação do referido programa de EITI na escola. A pesquisa é um estudo de caso que adota a abordagem qualitativa e para tal três procedimentos de pesquisa são utilizados: revisão de literatura sobre os temas de EITI e política educacional brasileira; análise de documentos relacionados à formulação do programa de EITI da rede municipal de Niterói e jornais locais que faziam circular notícias sobre aquele programa; e entrevistas semiestruturadas realizadas com um gestor da Secretaria Municipal de Educação (SME)/Fundação Municipal de Educação (FME), com um dos componentes da Comissão Especial Professor Dácio Tavares Lôbo Júnior e com um dos componentes do primeiro Conselho Escola Comunidade (CEC) da unidade escolar investigada. De acordo com as investigações empreendidas na pesquisa, concluímos que o não desenvolvimento da EITI na Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello ocorreu por uma decisão da administração municipal, condicionada às questões da estrutura, oferta e demanda de vagas na rede municipal, influenciada diretamente aos aspectos históricos, geográficos e políticos de Niterói, e também pela conjuntura política e econômica brasileira.

Palavras-chave: Educação Integral e(m) Tempo Integral. Política Educacional. Oferta do Direito à Educação.

SANTOS, Gustavo Oliveira dos. **Why one school and not another: the reasons for not developing a full-time education programme in a municipal school in Niterói (RJ)**. 2023. 153f. Master's Dissertation (Master's in Education) - Centre for Human and Social Sciences, Federal University of the State of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

ABSTRACT

The research presented here seeks to investigate the determinants that led to the failure to develop full-time comprehensive education at the Professor Dario de Souza Castello Municipal School, one of the schools in the Niterói (RJ) municipal network, which was initially planned, according to journalistic materials and statements by managers from 2013 onwards, when the Special Commission "Professor Dácio Tavares Lôbo Júnior" was announced and set up with the aim of drawing up the EITI pedagogical proposal for primary education in the Niterói municipal education network. The research problem lies in the course of the educational policy addressed, EITI in the Niterói municipal network, with regard to the qualitative and quantitative determinants that led to negativity in relation to the development of EITI in the Professor Dario de Souza Castello Municipal School. The general aim of the research is to describe and analyse the reasons for not developing the EITI programme in the municipal network of Niterói (RJ) at the Professor Dario de Souza Castello Municipal School. The specific objectives are: (1) to address issues relating to current Brazilian educational policy, and in particular EITI experiences; (2) to analyse the contexts surrounding the EITI programme implemented in the municipality of Niterói from 2013; (3) to analyse the determinants that led to the non-implementation of this EITI programme at the school. The research is a case study adopting a qualitative approach and three research procedures are used: literature review on the subjects of EITI and Brazilian educational policy; analysis of documents related to the formulation of the EITI programme of the Niterói municipal network and local newspapers that circulated news about that programme; and semi-structured interviews carried out with a manager from the Municipal Education Secretariat (SME)/Municipal Education Foundation (FME), with one of the components of the Special Commission Professor Dácio Tavares Lôbo Júnior and with one of the components of the first School Community Council (CEC) of the school unit investigated. According to the investigations carried out in the research, we concluded that the failure to develop EITI at the Professor Dario de Souza Castello Municipal School was the result of a decision by the municipal administration, conditioned by issues of structure, supply and demand for places in the municipal network, directly influenced by the historical, geographical and political aspects of Niterói, and also by the Brazilian political and economic situation.

Keywords: Full-time Education. Educational Policy. Offering the Right to Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1. Área total efetivamente urbanizada (%) em 1976 e em 2010 – por bairros e total da Região Oceânica	38
Figura 1. Perímetro urbanizado e densidade de domicílios em 1976.	38
Figura 2. Perímetro urbanizado e densidade de domicílios em 2010.	39
Figura 3. Número máximo de pavimentos na Zona Urbana da Região Oceânica	39
Gráfico 2. PIB a preços correntes de Niterói entre 2013 e 2019.....	41
Gráfico 3. PIB per capita de Niterói entre 2013 e 2019	41
Gráfico 4. Total de receitas realizadas em Niterói entre 2013 e 2017	43
Gráfico 5. Total de despesas empenhadas em Niterói entre 2013 e 2017	43
Gráfico 6. Despesas pagas na educação pública de Niterói entre 2013 e 2022	59
Gráfico 7. IDEB observado 2015 a 2021	63

LISTA DE TABELAS

Quadro 1. Relação de documentos e materiais jornalísticos	5-6
Tabela 1. Número de domicílios da Região Oceânica em 1976 e em 2010.	37
Tabela 2. Matrículas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental em Niterói entre 2002 e 2008	48
Tabela 3. Matrículas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental em Niterói entre 2013 e 2019	48
Tabela 4. Número de escolas da Educação Infantil e Ensino Fundamental em Niterói entre 2013 e 2019	49
Tabela 5. Série histórica (2009-2021) de matrículas e escolas com a etapa pré-escola em Niterói	52
Tabela 6. Série histórica (2009-2021) de matrículas e escolas privadas conveniadas com o Poder Público na etapa pré-escola em Niterói.....	53
Tabela 7. Série histórica (2009-2021) de matrículas e escolas com a etapa de anos iniciais do Ensino Fundamental em Niterói.....	53-54
Tabela 8. Série histórica (2009-2021) de matrículas e escolas privadas conveniadas com o Poder Público na etapa dos anos iniciais do Ensino Fundamental em Niterói	54
Tabela 9. Série histórica (2009-2021) de matrículas e escolas com a etapa de anos finais do Ensino Fundamental em Niterói	54-55
Tabela 10. Série histórica (2009-2021) de matrículas e escolas privadas conveniadas com o Poder Público na etapa dos anos finais do Ensino Fundamental em Niterói .	55

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

AEIs	Áreas de Especial Interesse Social
AIB	Ação Integralista Nacional
AMOLI	Associação de Moradores e Amigos da Lagoa de Itaipu
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
Caics	Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
CEC	Conselho Escola Comunidade
CEN	Centro Educacional de Niterói
CF	Constituição Federal
Cieps	Centros Integrados de Educação Pública
CLIN	Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói
COLUNI	Colégio de Aplicação Geraldo Reis
DO	Diário Oficial
EC	Emenda Constitucional
EITI	Educação Integral e(m) Tempo Integral
FMI	Fundo Monetário Internacional
FME	Fundação Municipal de Educação de Niterói
FUNDAR	Fundação Darcy Ribeiro
Fundeb	Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEPIC	Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto Sobre Serviços
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAC	Museu de Arte Contemporânea

Neephi	Núcleo de Estudos – Tempos, Espaços e Educação Integral
ONU	Organização das Nações Unidas
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEE	Programa Especial de Educação
PESET	Parque Estadual da Serra da Tiririca
PIB	Produto Interno Bruto
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGEdu	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEEDUC	Secretaria de Estado de Educação
Sesc	Serviço Social do Comércio
SME	Secretaria Municipal de Educação de Niterói
SMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SEMECT	Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia
SEPE	Sindicato dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UMEs	Unidades Municipal de Educação Infantil
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - UM PANORAMA DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA E DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E(M) TEMPO INTEGRAL	7
1.1 Um panorama da Política Educacional	7
1.2 Um panorama da Educação Integral e(m) Tempo Integral	18
1.2.1 As experiências anarquistas	18
1.2.2 As experiências integralistas	20
1.2.3 As experiências liberais	22
1.2.4 As experiências contemporâneas	24
CAPÍTULO 2 – AS RAZÕES QUE DETERMINARAM QUE A ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR DARIO DE SOUZA CASTELLO NÃO DESENVOLVESSE UM PROGRAMA DE EITI	28
2.1 O município de Niterói e o bairro de Itaipu: aspectos geográficos, históricos, políticos e econômicos	28
2.2 Dados sobre a oferta do direito à educação em Niterói	44
2.3 Dados da Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello: sua história, estrutura, funcionamento e indicadores	60
2.4 O desenvolvimento do programa de EITI na rede municipal de Niterói no período entre 2013 e os dias atuais: dilemas e limites	64
2.5 As determinações para que a Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello não desenvolvesse a EITI: contextualização histórica, relações e impactos	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICES	97
APÊNDICE A – ENTREVISTA 1	97
APÊNDICE B – ENTREVISTA 2	114
APÊNDICE C – ENTREVISTA 3.....	126
ANEXOS	134
ANEXO A – JORNAL NITERÓI FEITA POR VOCÊ: FOLHA DA REGIÃO OCEÂNICA	134

ANEXO B – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESCOLA COMUNIDADE DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR DARIO DE SOUZA CASTELLO DO DIA 26 DE JUNHO DE 2015	137
ANEXO C - ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESCOLA COMUNIDADE DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR DARIO DE SOUZA CASTELLO DO DIA 29 DE JULHO DE 2015	138
ANEXO D - ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESCOLA COMUNIDADE DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR DARIO DE SOUZA CASTELLO DO DIA 26 DE AGOSTO DE 2015	139
ANEXO E - ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESCOLA COMUNIDADE DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR DARIO DE SOUZA CASTELLO DO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2015.....	140

INTRODUÇÃO

A aproximação e o interesse em pesquisar determinada questão tem relação direta com a trajetória do pesquisador. No meu caso, a inserção no campo acadêmico é decorrente da minha trajetória escolar, enquanto estudante de uma escola estadual de ensino técnico em tempo integral, e principalmente através da minha trajetória profissional na Educação Básica, em que destaco o meu ingresso na rede municipal de Niterói-RJ como professor concursado de Educação Física na Escola Municipal Francisco Portugal Neves, localizada em Piratininga, um dos bairros da Região Oceânica em 2012, ano de eleições municipais.

Naquele pleito, o candidato vencedor foi Rodrigo Neves¹, na época filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), que desbancou o candidato da situação, Felipe Peixoto, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), no segundo turno. Ele iniciou a sua gestão na prefeitura com uma série de mudanças nos quadros de gestores e na estrutura da administração municipal, como a fusão de duas secretarias, de Educação e de Ciência e Tecnologia, o que resultou na criação da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia (SEMECT)².

Naquele bojo de mudanças e estruturações na administração, o fomento, o planejamento e a execução de programas e outras ações relacionadas à política educacional de Niterói estiveram em pauta na cidade, dentre elas aquelas voltadas para a implantação de escolas de ensino fundamental em tempo integral, intenção declarada pelo secretário de Educação, Ciência e Tecnologia da época, de “adotar o sistema de tempo integral em todas as escolas do ensino fundamental” (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI, 2014), o que culminou com a constituição da Comissão Especial “Professor Dácio Tavares Lôbo Júnior”, com a finalidade de elaborar a proposta pedagógica voltada para tal política na rede municipal de educação de Niterói (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI, 2013).

¹ Formado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Foi eleito prefeito de Niterói em 2012 e reeleito em 2016. Disponível em < http://www.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1405&Itemid=75>. Acesso em: 13 mai. 2020.

² Lei nº 3.022, de 21 de março de 2013. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/rj/n/niteroi/lei-ordinaria/2013/303/3022/lei-ordinaria-n-3022-2013-dispoe-sobre-a-alteracao-na-estrutura-organizacional-do-municipio-sem-aumento-de-despesas> >. Acesso em: 18 jul. 2023. Em 2021, através da Lei Ordinária municipal nº 3.575, de 29 de janeiro de 2021, a SEMETC foi desmembrada em duas secretarias: Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e Secretaria Municipal de Educação (SME). Disponível em: <http://www.niteroi.rj.gov.br/wp-content/uploads/do/2021/01_Jan/30.pdf>. Acesso em: 09. jul. 2021.

Os debates, apontamentos e proposições do conjunto das políticas públicas para a rede municipal naquele momento não ficaram restritos aos gestores, com a participação ativa de profissionais de educação, através do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro – núcleo Niterói (SEPE-Niterói) que, naquele contexto de jornadas de junho e movimentos de greve em diferentes redes públicas de ensino ao longo de 2013, incluindo a greve da rede municipal de Niterói que durou 45 dias, propuseram formulações para a ampliação do tempo escolar, entre outras ações de políticas públicas, nos espaços de negociação com a prefeitura, antes, durante e após aquela greve (SEPE-NITERÓI, 2013).

Outro espaço importante de disputa das políticas educacionais do município naquele momento foi a realização da III Conferência Municipal de Educação pela Prefeitura de Niterói em 2015, que teve como objetivo definir os rumos da educação da cidade para o período de 10 anos (2016-2026), sistematizados no texto do Plano Municipal de Educação (PME), em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE) do decênio 2014-2024.

Entre as metas e objetivos estabelecidos no PME, há uma específica para a implantação da educação integral em tempo integral em pelo menos 20% das unidades escolares de ensino fundamental existentes no prazo de 5 anos, contando a partir de 2015, ou até 2020, meta mantida quando o PME foi submetido e aprovado na Câmara Municipal de Niterói em 02 de agosto de 2016.

Estar neste tempo e espaço traz uma aproximação mais íntima com a pesquisa, pois, de certo modo estou em uma posição privilegiada em relação ao seu universo por ter algum conhecimento prévio da rede, mas também carrego nesta proximidade, proporcionalmente, obstáculos para o processo de investigação, já que este contato mais íntimo com o objeto de pesquisa pode induzir o uso de conceitos ou análises prévias da educação no município, algo que pode dificultar a produção dos dados empíricos e sua análise. Seria como inverter a lógica da pesquisa: responder primeiro e depois perguntar. Este dilema vai ao encontro dos questionamentos levantados ao longo do curso de mestrado: qual é o meu papel como pesquisador? Como pesquisar? Que contribuição esta pesquisa pode dar ao campo?

Neste sentido, a delimitação feita por Bourdieu sobre a autonomia do campo científico (2004), ajuda a entender o cuidado que necessito ter no caminho da pesquisa, diante das leis da sociedade, como forma de apreender o real pelo trabalho

de objetivação, que é diferente de neutralidade científica, tão marcada no paradigma da ciência moderna.

Quando eu tomei posse na segunda matrícula, em 2017, fui lotado na Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello, unidade escolar dos anos iniciais de ensino fundamental que fica no bairro de Itaipu, inaugurada em 2015. Naquela época circulava anúncios de que ela seria em tempo integral, mas não dei muita atenção aos seus desdobramentos até eu ingressar nela. Foi quando soube que ela funcionava em tempo parcial, mas não indaguei sobre as razões da não implantação desta política educacional na unidade escolar.

Foi somente após o meu ingresso no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIRIO que, somado ao meu vínculo profissional com a escola, fomentou a minha aproximação com questões relacionadas à educação integral e(m) tempo (EITI), delimitação historicamente formulada e utilizada "(...) para fazer referência a um **tema** que congrega as variáveis: tempos, espaços e educação integral, compreendidos a partir de uma determinada concepção pedagógica" (SILVA, 2019, p. 2, **negrito nosso**).

Assim, adotamos o conceito de EITI para abarcar o conjunto de experiências pedagógicas englobadas na ampliação do tempo escolar e nos espaços disponíveis para a oferta de educação integral, associação feita com mais frequência no Brasil em decorrência dos problemas estruturais relacionados ao direito à educação e à qualidade do ensino. Especificamente como pesquisamos a não implantação do tempo integral na escola em questão, vamos usar o conceito de EITI em referência às escolas de ensino fundamental que tiveram o seu tempo ampliado a pelo menos 7 horas diárias ou 35 horas semanais, em consonância com a estratégia 6.1 do PNE, e não sobre questões como a formação oferecida pela política de EITI em Niterói.

Tendo em conta, portanto, as experiências vividas como professor da rede municipal de Niterói (RJ) e a delimitação temática da pesquisa, formulo o seguinte **problema**: quais foram as razões que inviabilizaram o desenvolvimento da EITI na Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello?

Nas pesquisas relativas ao tema da EITI o exame das determinações que excluem escolas dos programas de EITI normalmente não é considerado. Com este olhar buscamos apreender o outro lado das disputas e embates em torno da política educacional, já que tradicionalmente as pesquisas abordam a política e suas ações e não o oposto, o que funciona como **justificativa** para o desenvolvimento da pesquisa.

É notório as relações entre a produção do campo científico e o desenvolvimento de programas de EITI, como o caso dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP) desenvolvidos no Rio de Janeiro nos anos 1980 e 1990 por Darcy Ribeiro, quando inúmeras pesquisas foram desenvolvidas entre 1988 e 2008 (mais precisamente) nos programas de pós-graduação em educação do estado do Rio de Janeiro (MAURÍCIO; RIBETTO, 2009).

Esta relação também ocorreu nos programas educacionais de EITI na primeira década do século XXI implantados, tanto pelo governo federal quanto pelos demais entes federativos (estados, município e distrito federal), que também impulsionaram o campo científico da educação e, em especial, o tema da EITI, como é certificado no artigo de Rosa, Marcondes e Coelho (2016) através do levantamento de 53 teses e dissertações, em que ao menos 24 programas voltados para a EITI foram desenvolvidos nas diferentes instancias federativas no período entre 2000 e 2012.

No Núcleo de Estudos – Tempos, Espaços e Educação Integral (Neephi)³, entre os anos de 2006 e 2017, também verificamos que ao menos 50 dissertações com diferentes enfoques teóricos e metodológicos foram desenvolvidas considerando o impulso de programas escolares voltados para a EITI (CAVALIEIRE; COELHO, 2017).

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, em que se coloca em suspeição as relações sociais estabelecidas na administração educacional do município de Niterói, no que diz respeito ao desenvolvimento da EITI. Isso significa que analisamos tal dinâmica por dentro, na medida do cotejamento do material empírico.

Segundo Minayo (2016a) a pesquisa é a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. Assim, esta pesquisa está situada nas Ciências Humanas, por abordar um problema relativo a uma política educacional, especificamente relacionado ao tema da EITI que está circunscrito ao campo da Educação.

Logo, referenciado na definição de Severino (2007), esta pesquisa adota a abordagem qualitativa, pois trata de um problema relativo ao universo da produção humana que só pode ser resolvido no mundo das relações humanas e sociais

³ Anteriormente denominado de Núcleo de Estudos sobre a Escola Pública de Horário Integral. Criado em 1995, é um grupo de pesquisa interinstitucional que agrega professores universitários da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (FFP – UERJ), que abrange pesquisas em torno da temática de EITI, sendo sediado na UNIRIO. (CAVALIEIRE; COELHO, 2017 e MAURÍCIO; RIBETTO, 2009).

estabelecidas por intermédio de um programa educacional que não foi desenvolvido, em uma escola por razões que investigamos aqui. Tal processo é histórico e possui uma direção ideológica que está expressa na relação do pesquisador com o campo de pesquisa, desde a concepção do objeto aos resultados do trabalho e à sua aplicação, em síntese, significa a busca de objetivação da análise da realidade a ser pesquisada pela apreensão aproximada desta complexidade com o escopo de instrumentos e teorias das Ciências Humanas e Sociais (MINAYO, 2016a).

A metodologia de pesquisa é compreendida, de acordo com Minayo (2016a), como o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, algo que inclui simultaneamente a teoria de abordagem (método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (técnicas) e a criatividade do pesquisador. Portanto esta pesquisa é um estudo “de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos [...]” (SEVERINO, 2007, p. 121).

Os procedimentos de pesquisa adotados são a revisão bibliográfica sobre a política educacional brasileira e especificamente sobre a EITI, além da análise documental, aqui entendida como “toda a forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condição de análise por parte do pesquisador” (SEVERINO, 2007, p.124), que considerou documentos e jornais locais referentes ao programa de EITI da rede municipal de Niterói.

Quadro 1 - Relação de documentos e materiais jornalísticos.

Relatório da Comissão Especial “Professor Dácio Tavares Lôbo Júnior”
Plano Municipal de Educação 2016-2026
Plano Nacional de Educação 2014-2024
Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello
Outros documentos relacionados à EITI na rede municipal de Niterói e/ou da Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello: Niterói (2022); atas de reunião do CEC dos dias 26 de julho de 2015, 29 de julho de 2015, 26 de agosto de 2015 e 30 de setembro de 2015.
Decretos relacionados à EITI na rede municipal de Niterói e/ou da Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello: nº 10.833/2010; nº 10.873/2010 e sua corrigenda publicada em Diário Oficial em 02 de julho de 2011; nº 11.768/2014

Matérias jornalísticas e publicações que tratam da EITI na rede municipal de Niterói e/ou da Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello: Fundação Municipal de Educação de Niterói (2013 e 2014); Niterói (2015); Néder (2017); Rigel (2015); SEPE-Niterói (2013); Soares (2020); Jornal Niterói feita por você: Folha da Região Oceânica (2015), que está no Anexo B.

Fonte: o autor (2021).

O outro procedimento de pesquisa adotado é a entrevista semiestruturada, conduzida através de roteiro específico para cada grupo delimitado, “que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indignação formulada” (MINAYO, 2016b, p.59). Foram realizadas três entrevistas semiestruturadas: uma com componente da Comissão Especial Professor Dácio Tavares Lôbo Júnior; uma com componente do primeiro Conselho Escola Comunidade (CEC)⁴ da instituição escolar investigada; e uma com gestor da SME/FME.

A dissertação é composta, além da “Introdução”, pelo “Capítulo 1”, onde realizamos um debate panorâmico sobre a política educacional brasileira, e em particular sobre a EITI, ao curso da história brasileira; no “Capítulo 2” apresentamos alguns os dados referentes ao universo da pesquisa, que no caso são os aspectos históricos, geográficos, políticos e econômicos de Niterói, em alguma medida da Região Oceânica, articulados com uma breve abordagem da história da educação e da rede municipal com a apresentação de dados quantitativos sobre a oferta do direito à educação, mais a apresentação do programa de EITI implantada na rede de Niterói a partir de 2013 e os dados qualitativos sobre as razões que determinaram que o referido programa não fosse desenvolvido na Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello através da análise das entrevistas semiestruturadas; por fim, nas “Considerações finais” apresentamos alguns apontamentos acerca da não implantação da política de EITI na escola e os limites e possibilidades desta pesquisa. Esta pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética da UNIRIO. Seu número do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) é: 45223721.1.0000.5285.

⁴ “Os CECs são formados por representantes de funcionários, dos diretores das escolas, de pais de alunos e das associações de moradores, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que determina que regula o funcionamento dos conselhos, bem como recebimento de verbas, de auxílio e manutenção de programas” (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI, 2014b, p. 1).

CAPÍTULO 1 – UM PANORAMA DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA E DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E(M) TEMPO INTEGRAL.

Neste capítulo vamos abordar de forma panorâmica o que diz respeito à Política Educacional e à EITI no Brasil. A ideia é arregimentar a base para a discussão das razões que determinaram que a Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello não desenvolvesse o programa de EITI direcionado ao ensino fundamental da rede municipal de Niterói.

1.1 Um panorama da Política Educacional

A existência de escolas no Brasil remonta ao início de sua colonização, mas é somente no século XIX que as ideias pedagógicas para a formação do sistema educacional brasileiro entraram na pauta pública a partir dos debates da Assembleia Constituinte de 1823, que resultou na criação das “Escolas de Primeiras Letras” pela Lei de 15 de outubro de 1827.

Outras iniciativas e ações sucederam-se ao longo do Império e a Primeira República, como o Decreto 1.311-A, de 17 de fevereiro de 1854, conhecido como “Reforma Couto Ferraz”, com o enfoque na instrução pública primária, a ênfase na inspeção escolar, a regulação das escolas particulares, a delimitação do regime disciplinar de professores e diretores de escolas e a obrigatoriedade do ensino, excluindo os negros escravizados, e a Reforma Leôncio de Carvalho de 1879 que apesar de manter a obrigatoriedade do ensino primário dos 7 aos 14 anos, ao contrário da reforma anterior, estimulou o ensino particular.

Apesar daquelas iniciativas, que de alguma maneira trazem algumas características da política educacional, é a partir dos anos de 1930 que educação enquanto política de Estado brasileiro é consolidada pela demanda por escolas em consequência de uma série de mudanças políticas e econômicas, em escala global e no Brasil: a Crise de 1929, que agravou as contradições da economia brasileira, baseada na produção de produtos primários (café, açúcar, borracha, algodão) para exportação e gerou uma inversão naquele modelo econômico (CUNHA, 1989).

Politicamente, nesta década aconteceu a derrocada da Primeira República com a Revolução de 1930 e a ascensão do Estado Novo, onde o Estado tomou para si o papel de impulsionar um projeto de desenvolvimento calcado na industrialização.

Diferente dos países do capitalismo central, aqui no Brasil ocorreu uma modernização conservadora, uma vez que:

Nas sociedades hegemônicas do capitalismo internacional, as transformações econômico-sociais e políticos culturais interpenetraram-se superando em bloco o Antigo Regime [...]. Nas sociedades periféricas ou subordinadas, conforme verificamos, a transformação das relações de produção, embora não tenha dispensado a existência de condições prévias para esse avanço, implicou a incorporação de novas formas de produzir (XAVIER, 1990, p. 57-58).

Esta marca econômica e política da sociedade e do Estado brasileiro *strictu sensu*, foi expressa nas demandas educacionais naquele momento, através do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), que explicita os confrontos de posições nos debates educacionais brasileiros desde o século XIX, mas que no contexto da modernização conservadora da sociedade brasileira, evidencia as disputas entre escola única x escola dual; ensino público x ensino privado; ensino leigo x ensino religioso (CUNHA, 1989).

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova expôs a crítica à dualidade estrutural do sistema educacional brasileiro e proclamou um novo ideário pedagógico naquele momento, com maior referência na pedagogia escolanovista estadunidense e, menos evidenciado, o movimento internacional pela Escola Nova do continente europeu. As expectativas giravam em torno de uma sociedade nova, moderna, onde a educação teria um papel fundamental. Para tal, era necessário a revisão das finalidades sociais da escola, transformar, ou conservar, as bases sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira (CUNHA, 1989).

Referenciado nos princípios liberais e largamente baseados na ciência moderna, o ideário pedagógico anunciado pelo Manifesto de 1932, apesar de não ser uma novidade no Brasil daquele tempo, tinha uma amplitude no seu discurso, originariamente vinculado a uma classe urbana, mas que também dialogava com setores mais conservadores da sociedade, em que:

Essa concessão, admitida ao próprio libelo renovador dos pioneiros, e aparentemente não percebida como comprometedora para o “projeto de reconstrução social via reconstrução educacional”, favorecia a legitimação dentro da nova ótica progressista, do tradicional dualismo educacional brasileiro [...]. Essa concessão “realista”, admitida e incorporada pelos ideólogos da renovação, criava também condições favoráveis para a defesa de incentivos à escola privada, que se acelerará nas próximas décadas (XAVIER, 1990, p. 72).

É inegável a amplitude da influência dos renovadores nos rumos da política e do ideário educacional brasileiro, no período que Xavier (1990) compreende entre 1931, quando foi promulgado o decreto nº 19.850, conhecido como a Reforma Francisco Campos, e 1961 quando foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 4024/61.

Estas influências geraram outras reações dos grupos conservadores, em especial dos católicos, que contestavam o ideário liberal dos pioneiros enquanto inimigos dos valores cristãos pela defesa da laicidade e da educação com bases científicas e progressistas, associando-os enquanto arautos do comunismo. Liberais e católicos disputaram suas posições naquele momento por dentro do Estado, com a questão do ensino religioso enquanto uma das pautas principais.

Outro fato importante a ser destacado é a descontinuidade das reformas neste período, em decorrência das disputas políticas sobre as formulações da política, marcas históricas evidentes até os dias atuais. Estas tensões são evidentes, por exemplos, nas discussões em torno da LDB de 1961 que foram iniciadas logo após o fim do Estado Novo com a apresentação de um Projeto de Lei na Câmara dos Deputados em 1948, pelo ministro da Educação a época, Clemente Mariano, depois foi rejeitado pelo Parecer do deputado e ex-ministro da Educação Gustavo Capanema, e arquivado no mesmo ano, em consequência das disputas político-partidárias nos debates educacionais da época, por exemplo, sobre temas da educação nacional como a centralização/descentralização, sendo retomada em 1959 através do substitutivo apresentado por Carlos Lacerda, que tinha uma orientação privatista, ao contrário do projeto original, onde:

De fato, com o Substitutivo Lacerda, a questão educacional reassumiu o seu caráter ideológico dentro dos debates nacionais. A polêmica descentralização versus centralização, mero pretexto para o confronto entre “liberais” e “autoritários” no cenário político da transição democrática, deu lugar ao conflito escola pública versus escola privada (XAVIER, 1990, p. 134-135).

A citação acima evidencia como as pautas políticas influenciaram os rumos das políticas educacionais nos debates sobre a LDB de 1961. O veto ao substitutivo de Carlos Lacerda por intelectuais com viés democrático, conforme constatou Xavier (1990), não significou que outro projeto de lei amplamente democrático fosse aprovado. Esse foi um reflexo da crescente polarização política da época, pois, “as inovações, introduzidas no projeto original e mantidas no texto final da lei, alargavam,

mas não democratizavam a destinação do sistema educacional brasileiro” (XAVIER, 1990, p. 141).

O resultado das disputas políticas em torno da LDB de 1961 foi um documento redigido de forma contraditória e ambígua no tratamento de questões polêmicas, expressão das contradições do liberalismo à brasileira, cujo efeito foi o desenvolvimento de políticas educacionais inócuas. Porém, após o golpe civil-militar de 1964 uma série de reformas na educação brasileira foram implantadas, como a reforma universitária instituída pela Lei nº 5540/1968 e pela reforma do ensino de 1º e 2º graus instituída pela Lei nº 5692/1971.

Estas reformas tem outra marca estrutural das políticas educacionais concebidas e/ou realizadas pelo Estado brasileiro: a relação entre adoção do modelo econômico associado-dependente e a influência de organismos internacionais nos rumos da educação brasileira, enquanto setor estratégico para a conformação do Brasil como país periférico capitalista, resumida pelo lema do desenvolvimento econômico com segurança.

Com isso, a demanda de preparação da mão de obra para estas empresas levou a adoção da pedagogia tecnicista, calcada em princípios relacionados à lógica empresarial para o campo da educação, notadamente a organização racional do trabalho aos moldes fordista e taylorista de produção, com enfoque sistêmico e o controle do comportamento, influência da psicologia behaviorista, em que a pedagogia tecnicista adotada na época foi baseada na teoria do capital humano formulado por Theodor Schultz que, resumidamente atribuía à educação o papel de agregar ao indivíduo um tipo de capital necessário para a sua inserção no mundo do trabalho, que estava em consonância com os preceitos econômicos em voga.

Catalisado pela crise mundial do petróleo nos anos de 1970, e o fracasso do milagre econômico, como ficou conhecida a política econômica do regime militar, que não cumpriu com a promessa de fazer o bolo crescer para depois dividi-lo⁵, o discurso do papel integrador da educação ao mundo do trabalho começou a destoar da realidade econômica brasileira, também nas décadas seguintes, no que Gentili (1998) define como desintegração da promessa integradora ao mundo do trabalho para uma promessa de empregabilidade.

⁵ Frase dita por Antônio Delfim Netto, Ministro da Fazenda da ditadura civil-militar no período entre 1967 e 1974 para expressar a direção de política econômica do período de incrementar o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, para depois repartir a riqueza produzida.

Em contrapartida, a abertura política em curso no Brasil no período, conseqüentemente o fim da ditadura civil-miliar em 1985, favoreceu um intenso processo de organização e mobilização da sociedade civil em torno dos direitos sociais ocorreu, inclusive no que diz respeito à saúde e à educação por exemplo, algo que culminou na Constituição Federal (CF) de 1988 e no campo da educação a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996. (SAVIANI, 2013).

Porém, a crise do petróleo foi o estopim para a derrocada do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), referenciadas nas teses keynesianas⁶ de maior intervenção dos Estados na economia e na garantia de direitos sociais, principalmente nos países do capitalismo central, pois este modelo se mostrou incapaz de evitar, ou amenizar, as crises estruturais do capitalismo. Como resposta, ascendeu o modelo neoliberal, que, resumidamente consiste na redução do papel do Estado no provimento de direitos sociais e no aumento do seu papel regulador da economia, refletiu na adoção, por parte do Estado brasileiro, de seu receituário durante a década de 1990, com uma série de reformas, incluindo aquelas destinadas à educação.

O período de transição entre a ditadura civil-militar e a redemocratização favoreceu o fortalecimento da sociedade civil, expressas em movimentos sociais e partidos políticos vinculados às lutas populares, articuladas em torno das questões sociais emergentes daquele movimento constituinte que acabou por garantir uma maior participação no debate, na formulação e na própria disputa política (ALGEBAIL; HECKERT; VALLA, 2008).

A Promulgação da Constituição Federal (CF)⁷ de 1988, após anos de debates e disputas de diferentes espectros políticos e de diversos setores da sociedade civil, representados por 599 parlamentares (72 senadores e 487 deputados)⁸ foi um marco nas garantias legais de direitos sociais historicamente negados a grande parcela da população brasileira, por exemplo o art. 205, que explicita a educação como direito de todos e dever do Estado e da família.

⁶ John Maynard Keynes (1883-1946), foi um economista inglês que defendia maior intervenção estatal na economia para a manutenção do sistema capitalista, com a garantia à direitos sociais, no aumento do poder de compra dos trabalhadores e na garantia do pleno emprego, para aumentar a demanda e com isso aumentar a oferta, e amenizar os conflitos de classes, numa conjuntura de ascensão do movimento operário e de Revolução Russa (1917).

⁷ Também conhecida como Constituição Cidadã começou a ser formulada efetivamente com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte em 1985 e foi promulgada no dia 05 de outubro de 1988.

⁸ Informações retiradas no sítio da Câmara Federal do Brasil. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/constituente/index.html> >. Acesso em: 10 jan. 2023.

Para pôr em prática o acesso universal à saúde, educação, moradia e outros direitos sociais, que majoritariamente não existiam para grande parte da população, era (ainda é) necessário recursos econômicos. Mas, a conjuntura econômica que estava em curso, consequência da crise estrutural do capitalismo a partir dos anos de 1970, com desequilíbrios macroeconômicos, financeiros e produtivos, fez os Estados nacionais adotarem uma série de ajustes calcadas nas teses neoliberais em boa parte do mundo.

Para os países de capitalismo dependente (inclusive o Brasil) a resposta para o enfrentamento da crise, se deu na sua inserção na nova ordem mundializada, em associação com a crise da dívida externa desses países nos anos de 1980, resultando em um modelo neoliberal de ajuste estrutural que consistiu num conjunto de regras centradas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado, definidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial (BM) e pelo governo estadunidense através do Consenso de Washington (MOTTA, 2012).

A adoção do receituário neoliberal também desencadeou desemprego estrutural, flexibilização leis trabalhistas, redução do aparato institucional e dos gastos do Estado, algo que culminou em redimensionamento e restrição das políticas sociais instituídas, pois de um lado ocorreu a retração do Estado brasileiro, a partir das reformas neoliberais e do outro a necessidade de alívio à pobreza e conciliação dos conflitos sociais

A delimitação do conceito de pobreza, que não se limita mais à renda e ao consumo, mas passa a englobar as privações dos acessos aos direitos sociais (educação, saúde, participação social e política, segurança, entre outros), foi derivada de estudos e investigações de organismos internacionais, principalmente o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), servindo para a definição das metas de desenvolvimento do milênio, incorporando outra ótica de desenvolvimento e de pobreza e um novo referencial conceitual aos programas de reforma do Estado, que na perspectiva do BM, não deve ser nem mínimo nem máximo, mas um Estado ativo (MOTTA, 2012).

Estes ajustes trouxeram uma transformação substantiva da contribuição econômica da escolaridade, tanto no caráter coletivo de garantia da integração dos trabalhadores aos postos de trabalho pela sua qualificação profissional, um processo de 'rejuvenescimento' da ideologia do capital humano, com a inserção de elementos

da teoria do capital social, pela necessidade de amenizar a pobreza crescente ao redor do mundo nas últimas décadas do século XX e que persistiam no começo do século XXI, para assim manter a estabilidade político-econômica do capitalismo:

(...) na perspectiva da 'teoria do capital social' a educação passa a exercer a dupla função de aprimorar o capital humano para aumentar a competitividade e a produtividade do indivíduo e de construir uma 'cultura cívica' como mecanismo de construção de uma sociedade solidária, harmônica, confiável, 'da paz', necessário para aliviar a pobreza. *Alarga-se o papel da educação e restringe sua função política* (MOTTA, 2008, p. 561).

À escola pública brasileira não bastava mais formar a classe trabalhadora para a inserção ao mercado de trabalho, mas também era atribuída a ela a extensão das suas funções, em especial, no que dizia respeito ao alívio da pobreza. escolar “que ampliam o alcance populacional da escola, mas não reduzem significativamente suas condições precárias e a sobrecarregam de novas tarefas relacionadas à gestão da pobreza”. (ALGEBAIL; HECKERT; VALLA, 2008, p. 12).

Como a escola é o único equipamento público existente que chega amplamente nas novas periferias urbanas, notadamente a partir da Constituição de 1988, ela assumiu importantes funções na gestão da pobreza, para integrar marginalmente os pobres, desobrigando o Estado de expandir outras políticas setoriais em consonância com o receituário neoliberal.

Neste quadro, a reconfiguração da educação pública no Brasil teve como referência um discurso modernizador da necessidade de melhorar a eficiência dos sistemas de ensino, assumindo uma lógica gerencial e produtivista nas escolas, mas, sem uma alteração no seu quadro de precarização.

Configurou-se, assim, uma reforma que, longe de se resumir à redução do aparato estatal, definiu-se pela tendência à centralização da elaboração e decisão política conjugada ao repasse de responsabilidades financeiras e operacionais para os demais níveis de governo; à conciliação entre ampliação da oferta de escolarização e racionalização de custos; à adoção de políticas de indução e controle da ação das administrações públicas sub-nacionais (sic); à focalização da ação governamental em determinados sub-setores (sic) e segmentos populacionais; e à utilização do setor educacional para a realização de programas sociais focalizados. (ALGEBAIL; HECKERT; VALLA, 2008, p. 18).

Apesar de ser uma característica estrutural, as desigualdades das políticas educacionais no Brasil mudaram para um novo tipo, expressa nas diferenças entre as redes escolares (municipais, estaduais e federal), nos vários modelos e modalidades

de formação e certificação, nas diferentes composições curriculares no tempo escolar, nos diferentes regimes e condições de trabalho dos professores, nos programas educacionais com diferentes características no mesmo espaço escolar. Essa desigualdade, assim entendemos, acarretou diferentes trajetórias escolares entre os estudantes (ALGEBAILLE, 2009).

Mesmo com as contradição entre a ampliação dos direitos sociais e a adoção do receituário neoliberal com as reformas do Estado brasileiro na década de 1990, é inegável que houve avanços na oferta do direito à educação e na redução das desigualdades sociais, sobretudo a partir do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), do PT, impulsionado pelo aumento da renda através do aumento significativo do trabalho formal, pela diminuição do desemprego, pelo aumento real do salário mínimo e pelas políticas de distribuição de renda, que incidiram principalmente nas camadas mais pobres da população brasileira, como consequência do aumento dos gastos públicos ao longo dos dois mandatos de Lula e o primeiro de Dilma Rousseff, entre 2011 e 2014 (DWECK; SILVEIRA; ROSSI, 2018).

A favorável conjuntura político-econômica e as políticas adotadas no período se não conduziram o Brasil a uma mudança de sua posição periférica no capitalismo, nem tão pouco a uma ruptura com os ajustes econômicos ditados pelo receituário neoliberal, pelo menos impulsionou avanços na oferta do direito à educação com a execução de políticas públicas, além da criação de mecanismos de financiamento da educação pública, em consonância com a CF, estabelecendo a educação como um direito social garantido a todos.

Segundo Cara e Pellanda (2018), além da CF de 1988, outras leis como as promulgações da LDB em 1996⁹, a aprovação do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) em 2007¹⁰, a Lei do Piso¹¹ em 2008

⁹ Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

¹⁰ O Fundeb foi criado para substituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) através da EC 95 e regulamentado pelo Decreto nº 6.235/2007 e pela Lei nº 11.494, de 30 de junho de 2007. Pela lei, a vigência do Fundeb era até o dia 31 de dezembro de 2020. Para a continuidade do Fundeb, houve pressão da sociedade civil para que o Fundo não fosse extinto. A Lei de 2007 foi revogada pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que também regulamenta o Fundeb.

¹¹ Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2009, que regulamenta a alínea “e” do **caput** do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional para os professores do magistério público da educação básica. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias foi alterado através da Emenda Constitucional 108, de 20 de agosto de 2020.

e da Emenda Constitucional (EC) 59¹² em 2009, e o Plano Nacional de Educação 2014-2024¹³ constituem o arcabouço legal para os avanços no direito à oferta educacional atualmente.

Na EC 59, especificamente, foram estabelecidas a impossibilidade de desvio de verbas da educação para o cumprimento do déficit primário, a ampliação do ensino obrigatório e gratuito somente no ensino fundamental e da faixa etária dos seis ao quatorze ano, para a faixa etária dos quatro aos dezessete anos, abrangendo também as etapas da pré-escola e do ensino médio. Outro ponto importante na EC, foi a exigência legal do estabelecimento do Plano Nacional de Educação, de duração decenal através da alteração do artigo 214 da CF com:

[...] o objetivo de articular o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam, dentre outras coisas, ao estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto. Essa redação vinculou o PNE ao SNE e trouxe o elemento de vinculação de financiamento da educação ao PIB. (CARA; PELLANDA, 2018, p. 105).

Porém, mesmo com a melhora dos índices econômicos, como níveis historicamente baixos de desemprego naquele período, houve uma reação conservadora, com a justificativa de que era necessária a adoção de políticas de austeridade fiscal para controlar os gastos públicos, apesar dos investimentos nas áreas sociais, especificamente na educação, serem aquém do necessário para a garantia da universalização plena dos direitos sociais, “nesse contexto, o segundo mandato da presidente Dilma começou com uma grande mudança na política econômica” (DWECK; SILVEIRA; ROSSI, 2018, p. 44).

Estas mudanças foram representadas pela posse de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda e pela adoção de um ajuste fiscal para promover maior contingenciamento orçamentário, o que resultou na revisão de cronograma obras de

¹² Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que acrescenta § ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino que trata o art. 212 da Constituição Federal, entre outras.

¹³ Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2015, que aprovou o Plano Nacional de Educação do decênio 2014-2024 e dá outras providências.

infraestrutura e programas governamentais, além de suspender a contratação de novos cargos públicos:

Estas medidas adotadas ao longo de 2015, com fortes impactos distributivos [...] não foram suficientes para elevar o resultado primário diante da forte contração da arrecadação e do aumento de alguns gastos obrigatórios. Já no início de 2016, o governo começou a reverter parcialmente essa política, mas o País já estava em meio a um processo de deposição da Presidente Dilma (DWECK; SILVEIRA; ROSSI, 2018, p. 45).

Após o Impeachment da presidenta Dilma, em 2016, o seu vice, Michel Temer, aprofundou as políticas de austeridade. Uma de suas primeiras medidas foi a promulgação do Teto de Gastos, uma das denominações da EC 95¹⁴, que instituiu o atrelamento dos gastos primários do governo federal a um teto definido pela inflação medida através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) pelos próximos 20 anos (2017-2037).

Segundo Dweck, Silveira e Rossi (2018), o Teto de Gastos impôs uma política de austeridade permanente, pois como a regra básica do regime fiscal imposto pela EC era atrelada à inflação e não ao ritmo da renda e bem da população, a garantia dos direitos sociais se tornaria impossível de ser cumprida, pois os gastos públicos não acompanhariam o crescimento real do PIB e per capita, ainda mais num país cujo o gasto per capita ainda é muito baixo.

Os autores projetaram o ritmo das despesas do governo federal no período de voga estabelecida pela EC 95 e eles chegaram à conclusão que o gasto primário do governo ao final do Teto de Gastos retornaria ao patamar de 1997, levando em consideração um crescimento médio do PIB de 2,5% ao ano, com a projeção de gasto primário do governo de 12% do PIB em 2037, o que comprometeria o funcionamento da máquina pública e das atividades estatais básicas.

Em relação à Educação, o Teto de Gastos tornou impossível o cumprimento das metas do PNE 2014-2024, pois os cortes nos gastos públicos para área desmontaram uma série programas e políticas que respondiam às metas e estratégias do programa.

¹⁴ Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e instituiu o Novo Regime Fiscal. O Teto de Gastos foi substituído pelo Novo Arcabouço Fiscal em 2023, primeiro ano do terceiro mandato de Lula, proposto pelo seu ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Segundo Cara e Pellanda (2018), a organização do PNE segue uma agenda progressiva, em que seus dispositivos estão organizados em um cronograma com tarefas a serem cumpridas ao longo do decênio. Se uma destas tarefas agendada em um ano não for cumprida, ela prejudica o andamento da tarefa do ano seguinte, pois elas estão sequencialmente ligadas com o intuito de alcançar algum objetivo estabelecido para determinada meta.

Com a adoção do Teto de Gastos, como todas as políticas públicas voltadas às áreas sociais, as condições objetivas para o alcance das metas estabelecidas pelo PNE ficaram inviáveis. Ficou evidente que se a EC 95 continuasse em voga toda a máquina estatal iria parar, o que traria sérias consequências econômicas, políticas e sociais, especificamente para a educação, o que significaria um retrocesso gigantesco para a sua oferta enquanto direito social universal.

Mas, dentro do contexto da correlação de forças e da conjuntura política e econômica de continuidade das políticas de austeridade, com a eleição, em 2018, de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), o desmanche dos investimentos em áreas sociais aprofundou as desigualdades sociais através da adoção dos preceitos econômicos de maior diminuição do Estado pelo seu ministro da Economia, Paulo Guedes. Após a posse do terceiro mandato de Lula, após a vitória nas eleições de 2022, a EC 95 foi substituída pelo Novo Arcabouço Fiscal¹⁵ em 2023.

Diante da política de austeridade permanente posta em prática com a EC 95 e da perspectiva não tão otimista de incrementos significativos nos investimentos nas áreas sociais, é inegável que a restrição dos gastos públicos fez com que programas, e ações na área da Educação retrocedessem, somados às políticas econômicas adotadas desde as reformas de Estado dos anos 1990, calcadas nos receituário neoliberal, que limitaram o ritmo de universalização da educação básica e das condições adequadas para o provimento do direito à educação pública, o que provavelmente influenciou na implantação e manutenção da política de EITI na rede municipal de Niterói.

A seguir, na próxima seção, veremos o que diz respeito à EITI no bojo dessas discussões arroladas até aqui.

¹⁵ Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º das Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do **caput** e parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

1.2 Um panorama da Educação Integral e(m) Tempo Integral.

A conceituação de educação integral é abrangente, pois a sua definição depende dos referenciais sócio-históricos e de matrizes ideológicas constituídas ao longo dos séculos, possíveis de serem adotadas, que tem em comum a concepção de formação do sujeito nas dimensões físicas, intelectuais, artísticas, morais que em última análise abarque uma formação multidimensional, e que não necessariamente sejam sinônimo de tempo integral.

As experiências sistematizadas de EITI desenvolvidas no Brasil surgem a partir nos anos de 1920 e 1930, sinteticamente agrupadas em relação às matrizes ideológicas, não necessariamente rigorosas sob a ótica conceitual, em: socialistas¹⁶, conservadoras e liberais (WALLERSTEIN apud COELHO, 20097).

Respectivamente, as experiências socialistas foram desenvolvidas pelos anarquistas, notadamente àqueles que vieram da Europa no começo do século XX para trabalharem no setor industrial; as conservadoras foram desenvolvidas pelos integralistas, inspirados no fascismo italiano e no nazismo alemão que ascenderam naquele período; e as experiências liberais, influenciadas pelas ideias renovadoras europeias e estadunidenses, com Anísio Teixeira o seu principal expoente. Em maior ou menor grau cada delas influenciaram as experiências contemporâneas de EITI implantadas nas escolas públicas brasileiras.

1.2.1. As experiências anarquistas.

A gênese das propostas e experiências de educação anarquista remete à imigração de espanhóis, italianos e portugueses, para os polos industriais que surgiram entre o final do século XIX e começo do século XX, período que abrange a abolição da escravatura (no aspecto legal) e o advento da Primeira República. Uma parcela significativa desses imigrantes militava no movimento operário europeu, muitos com orientação anarco-sindicalistas. As suas experiências políticas e o estágio

¹⁶ O conceito de socialismo adotado no texto é genérico, referentes a modelos societários antagônicos ao capitalismo tanto pela concepção marxistas, quanto pela anarquista, em encontro à delimitação das diferentes matrizes ideológicas das experiências de EITI no Brasil adotado por Coelho (2009). Não abordarei as suas diferenças conceituais e estratégicas de revolução e superação do capitalismo por não ser este o objetivo da pesquisa e por não ser algo necessário para o seu desenvolvimento.

de desenvolvimento econômico brasileiro da época catalisaram a organização dos primeiros sindicatos, orientados pelo:

(...) pressuposto de que a revolução social virá através de uma grande greve geral, que paralisará as atividades de todos os operários em todos os setores e será o ponto de partida para a instauração de uma sociedade autogerida, formada pela livre associação de indivíduos emancipados e soberanos (SANTOS, 2020, p. 123).

Os anarquistas concebem que a educação tem um papel fundamental para a classe trabalhadora destruir todas as formas de opressão, pela tomada de consciência sobre as relações de poder estabelecidas na sociedade capitalista. Além de pensadores como o inglês Robert Owen (1771-1858), dos franceses Charles Fourier (1772-1837) e Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), que subsidiaram as bases conceituais das propostas educacionais anarquistas, as propostas e experiências empreendidas por Mikhail Bakunin (1814-1876), Paul Robin (1837-1912) e Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909), dentre outros (MARTINS, 2009 e SANTOS, 2020).

Para Bakunin, a função da escola estava relacionada à formação das massas operárias para a revolução social, necessária para transformar as bases sociais e econômicas da sociedade capitalista e pela destruição do Estado para instaurar o reino da liberdade, uma sociedade sem opressões e nem Estado. Com isso a educação teria como objetivo a emancipação através de uma educação integral para todos (não somente para a burguesia) que garanta um nascimento saudável e higiênico; uma educação racional e integral, fundamentada no respeito, na igualdade e na liberdade e um meio social igualitário e livre (MARTINS, 2009).

Robin foi um dos mais importantes idealizadores da educação integral na pedagogia socialista, sendo notório a apresentação de um Programa de Ensino Integral no congresso da Associação Internacional de Trabalhadores de Bruxelas, em 1868, com a sua aprovação pela maioria. A sua concepção de educação integral consistia em três dimensões (física, intelectual e moral) e ele as pôs em prática no Orfanato Prévost, em Cempuis, na França, entre 1880 e 1894, além de outras propostas educacionais como a coeducação, a tentativa de abolir os sistemas de classificação, os programas e a disciplinas (MARTINS, 2009 e SANTOS, 2020).

Apesar de não ter sido um anarquista, e sim um republicano ardente, Ferrer y Guardia empreendeu a mais significativa experiência de educação integral calcada nos princípios da pedagogia libertária: a Escola Moderna de Barcelona, inaugurada

em 1901, com suas bases pedagógicas influenciadas pelo pensamento de Robin e Bakunin, pois defendia a transformação das escolas tradicionais e o uso de uma pedagogia que levasse à formação de sujeitos autônomos, críticos e solidários (MARTINS, 2009).

Entre a inauguração da Escola Moderna de Barcelona e o assassinato de Ferrer y Guardia em 1909, por causa de suas atividades políticas e pedagógicas que eram vistas como subversivas e perigosas pelos setores reacionários da sociedade espanhola, foram criadas outras filiais de Escolas Modernas na Espanha e em outros países, o que possibilitou a propagação da métodos pedagógicos inspirados na educação anarquista mesmo após a sua morte (SANTOS, 2020).

Em consonância com as proposições e experiências de educação anarquista europeia, que tinha como um dos pilares a educação integral, foram criadas uma série de escolas calcadas na pedagogia libertária no período de maior atuação do movimento anarco-sindicalista, como a Escola Libertária Germinal (1903) em São Paulo, a Associação Escola Moderna no Centro do Rio de Janeiro (1909), dentre outras (SANTOS, 2020). Tais experiências não compunham a política educacional de Estado, pois, segundo Moraes (2009), um dos princípios da educação anarquista é a crítica ao sistema de ensino dentro do sistema capitalista.

1.2.2. As experiências integralistas.

O integralismo foi um movimento conservador que ascendeu no cenário político nos anos de 1930, semelhante ao fascismo europeu, calcado na tríade Deus, Família e Nação. Em suma, defendia a valorização da cultura nacional a tal ponto que toda a influência estrangeira era vista como negativa, portanto, o ponto central é a unificação dos indivíduos em prol da Nação, diferente da concepção individualista do liberalismo e da concepção comunista e anarquista do sujeito enquanto ser social inserido em uma classe social que estão disputa.

Para os integralistas a educação tinha uma função central na propagação de suas ideias e formar os sujeitos conforme os preceitos defendidos de ordem, hierarquia e por valores remetidos à família e ao desenvolvimento da nação, sendo a família elemento central nesse processo, pois são nas relações familiares, juntamente com a escola, que estes ideais seriam construídos. (GUILARDUCCI, 2017).

O conceito de educação integral é a concepção pedagógica adotada pelos integralistas, pois em seus discursos eles recorrentemente defendiam a formação pela educação integral para o homem integral, explícito em declarações de membros da Ação Integralista Brasileira (AIB), como Belisário Penna:

(...) a educação deveria formar o homem todo, que se traduz no conjunto do homem intelectual, físico, cívico e espiritual. A educação era concebida em múltiplas facetas: física, científica, artística, econômica, social, política e religiosa (GUILARDUCCI, 2017, p. 4-5).

Os integralistas implantaram as suas escolas ao longo dos anos 1930, como parte de suas atividades políticas, mas em decorrência da escassez de registros e fontes não há muitas pesquisas sobre estas experiências. A pesquisa documental do periódico O Therezópolis feita por Coelho (2005), que abrangeu as experiências pedagógicas integralistas em Teresópolis, no estado do Rio de Janeiro, é uma exceção. Nela a autora coletou alguns dados nas poucas pesquisas disponíveis citadas por ela, como a de Cavalari, e em jornais integralistas do eixo Rio-São Paulo que veicularam notícias, como uma matéria em uma das edições sobre a existência de mais de 3.000 escolas integralistas pelo país em 1937.

Existiam, de acordo com Coelho (2005), mais de 3.246 núcleos municipais, onde eram realizadas ações educacionais e de assistência social, 3.000 escolas de alfabetização, centenas de campos esportivos e bibliotecas, 720.000 conferências educacionais, além da manutenção de escolas de educação moral, cívica e física. Estes dados também indicam que os núcleos municipais tinham a função de irradiação das ações educacionais dos integralistas, o que vai ao encontro com a constatação da centralidade da educação na propagação de sua doutrina, além da diversidade de ações empreendidas por eles. Essa era a ideia de formação do homem integral defendido por eles.

Outros pontos importantes são a quantidade de conferências realizadas pelos núcleos municipais, que evidenciam a importância que os integralistas deram para o planejamento e para a execução das ações educacionais, a organização das escolas integralistas em núcleos e a proposta e manutenção de escolas para além das escolas de alfabetização, com aulas de moral e cívica e atividades esportivas, estas com o intuito de difundir a competição e a hierarquia como valores fundamentais para o nacionalismo e a ética desejada pelos integralistas (COELHO, 2005)

Apesar da centralização dos objetivos educacionais desejados pela AIB, as ações dependiam da capacidade organizativa de cada núcleo: aqueles mais organizados provavelmente desenvolveram um trabalho socioeducativo mais consistente e diversificado; os menos organizados provavelmente executaram atividades pontuais, o que vai ao encontro com a incongruência de números noticiados nas edições do periódico, como a declaração do secretário municipal de Estudos da AIB, Nilo Teixeira, no jornal *O Therezópolis*, datado de 1936, de que 8 escolas de alfabetização existentes no município não estavam funcionando como o esperado e os dados encontrados por Coelho (2005), em que ela encontrou a existência de somente 3 escolas de alfabetização noticiadas.

Além das características apontadas, as ações pedagógicas do integralismo foram realizadas com um forte vínculo com o Estado, através parcerias público-privado, pois os integralistas se aproveitaram do escasso alcance das políticas públicas na educação daquela época para justificar as suas ações educacionais, privadas, na esfera pública, tanto no pleito de verbas para a execução e expansão das escolas integralistas quanto para alcançar a simpatia e conquistar mais adeptos das classes populares para os ideias integralistas (COELHO, 2005).

1.2.3. As experiências liberais.

A concepção liberal de educação no Brasil ascendeu também nos anos 1930, período entre a derrocada da Primeira República e o Estado Novo, através do movimento renovador, tendo como marco a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) como o seu marco, e Anísio Spínola Teixeira (1900-1971), pensador e político baiano e um dos signatários do manifesto, o formulador das experiências educacionais liberais de educação integral.

Segundo Cavaliere (2010), as bases de suas ideias foram o pragmatismo estadunidense, referenciado nos preceitos da democracia liberal, de John Dewey e W. H. Kilpatrick. O contato com a obra desses autores começou quando Anísio Teixeira em 1927, no início da sua carreira como diretor da Instrução Pública do Estado da Bahia, foi aos Estados Unidos, onde assistiu a cursos na Universidade de Columbia e visitou instituições de ensino, e lá permaneceu por sete meses. No ano seguinte, 1928, voltou aos EUA para aprofundar seus estudos, onde recebeu o diploma de *Master of Arts* da Universidade de Columbia.

Especificamente sobre a educação integral, ele não adotou este termo por considerá-lo impreciso e para distinguir das propostas dos integralistas que surgiu na mesma época, mas as suas propostas pedagógicas contemplavam uma formação completa, pela oferta de atividades intelectuais, profissionais, físicas, de saúde e ético-filosóficas, claramente pressupostos de uma educação integral com o:

[...] entendimento de que educação é vida e não preparação para a vida; o entendimento de que as demais instituições sociais perderam parte de suas capacidades educativas, que devem então ser supridas pela escola; e a busca da escola verdadeiramente “comum”, isto é, democrática (CAVALIEIRE, 2010, p. 258).

Ao longo de mais de cinco décadas, Anísio Teixeira defendeu como ideia central uma escola ampliada, formulação desenvolvida ao longo de sua obra e nas experiências implantadas por ele, em contraposição a algumas características estruturais da escola pública brasileira, como a dualidade da escola brasileira, resumidas no embate entre a expansão e a manutenção da qualidade dos sistemas públicos de ensino, compreensão necessária da gestão e do desenvolvimento da concepção de educação integral de Anísio Teixeira, pois:

A ideia de educação integral cresceu como uma espécie de contraponto, no interior do processo expansionista do sistema escolar público. O desafio da expansão esteve, inicialmente, associado estritamente à alfabetização. Tratava-se de alfabetizar em massa os brasileiros, de torná-los cidadãos através do acesso à leitura e à escrita (CAVALIEIRE, 2010, p.252).

Tais preocupações foram centrais na execução de programas educacionais dirigidos por Anísio Teixeira enquanto gestor em diferentes momentos, notadamente quando ele assumiu o cargo de diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, quando, em meio à atuação administrativa, reafirmaram-se as mais importantes vertentes de seu pensamento, inclusive a concepção ampliada de educação escolar e posteriormente no Centro Educacional Carneiro Ribeiro.

Segundo Cavaliere (2010), a laicidade e o fortalecimento do ensino público destacam-se em seu pensamento, procedido pelo decreto nº 3763 de 1º de fevereiro de 1932, que criou 13 Inspeções Especializadas, entre elas, obras sociais escolares, periescolares e pós-escolares; educação de saúde e higiene escolar; educação física; música e canto orfeônicos. Criou ainda a Biblioteca Central de Educação, a Filmoteca, o Museu Central de Educação e elaborou um plano que continha a ideia da

conjugação de escolas nucleares com os parques escolares, que viria a adotar, mais tarde, na Bahia e em Brasília, respectivamente nos anos 1950 e 1960.

Mas a experiência notória de educação integral implantada por Anísio Teixeira, foi com a inauguração do Centro Educacional Carneiro Ribeiro em Salvador no ano de 1953, pois foi nesta escola que ele implantou a ideia de dois prédios conjugados: a escola-classe, prédio adequado e econômico, o ensino propriamente dito; a escola-parque, aparelhado e desenvolvido para a oferta de outras ações: educação física, educação musical, educação sanitária, assistência alimentar e atividades de leitura em bibliotecas infantis e juvenis (CAVALIERE, 2010).

O Centro Educacional Carneiro Ribeiro tinha capacidade para quatro mil alunos e funcionava das 7:30h às 16:30h. Havia a pretensão de construir mais centros como esse, que lembrariam uma universidade infantil e ofereceriam às crianças um retrato da vida em sociedade, em consonância com a sua concepção e educação e sociedade, liberal, calcada entre o projeto republicano de educação pública e a teoria pragmatista da educação como reconstrução da experiência, ao lado da forte crítica ao sistema escolar vigente, logo, doutrinária (CAVALIERE, 2010).

Estas experiências serviram como referência para políticas de educação integral e/ou tempo integral posteriores, como os CIEPs, no Rio de Janeiro e os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Caics) em nível nacional, apenas para citar algumas dessas investidas, que referenciadas nas experiências articuladas por Anísio Teixeira, têm em comum a marca da descontinuidade.

1.2.4. As experiências contemporâneas.

As experiências de educação integral anarquistas, integralistas e liberais tiveram impactos, de diferentes formas e não necessariamente iguais, nas experiências contemporâneas de educação integral. Um primeiro ponto importante tem relação com as diferentes concepções de educação integral, que em última análise permeiam o tema da EITI. Neste sentido, os parâmetros de qualidade da oferta de educação integral são polissêmicos, pois estão diretamente ligados às concepções de escola e sociedade adotados por diferentes matrizes ideológicas que referenciaram estas experiências ao longo da história da educação brasileira.

Na retrospectiva histórica das experiências abordadas nas seções anteriores, é notório também como cada uma delas estabeleceu relações diferentes com o

Estado: a rejeição ao Estado para a implantação de escolas de educação integral pelos anarquistas; a relação de parcerias público-privada para a propagação e manutenção de escolas de educação integral pelos integralistas; e a centralidade do Estado na implantação de escolas de educação integral nas experiências liberais, pelo protagonismo de Anísio Teixeira que, como apontado na seção anterior, serviu como referência para a implantação de escolas de educação integral e(m) tempo integral a partir dos anos de 1980.

Nas experiências contemporâneas o Estado possui um papel central na implantação de programas de EITI, logo, tais experiências podem ser caracterizadas, segundo Saviani (2008), como uma política educacional que diz respeito às decisões que o Poder Público, isto é, o Estado, toma em relação à educação.

Outra característica marcante das políticas educacionais de educação integral e(m) tempo integral na atualidade é, segundo Cavaliere (2009), a existência de duas vertentes de ampliação do tempo escolar em curso no Brasil: uma centrada na construção de escolas de voltadas para esse tipo de experiência, tal como foram os CIEPs no estado do Rio de Janeiro dos anos 1980; e outra centrada em estudantes caracterizados como vulneráveis, com investimentos meramente pedagógicos, cujas atividades ocorriam no contra turno escolar, funcionando também fora da escola, por meio de parcerias com a comunidade escolar, tal como foi Programa Mais Educação desenvolvido pelo governo federal a partir de 2007.

Os Centros Integrados de Educação Pública eram escolas que compunham um programa educacional para o estado do Rio de Janeiro, coordenado por Darcy Ribeiro, nos governos de Leonel Brizola (1983-1986 e 1991-1994). O primeiro CIEP, Tancredo Neves, foi inaugurado em 1985, sendo construídos 506 unidades implantadas e geridas ao longo dos dois mandatos por duas estruturais extraordinárias: 1º e 2º Programa Especial de Educação (CAVALIEIRIE; COELHO, 2003 e 2013).

Em síntese, a estrutura e funcionamento dos CIEPs que foram criadas para serem escolas de dia todo, abarcando não somente a instrução de conteúdos escolares tradicionais, mas também o ensino de outras dimensões necessárias para os estudantes que lá ingressaram, são:

Para materializar esse “dia completo”, as unidades escolares – cujo projeto arquitetônico teve a marca da pena de Oscar Niemeyer – incluíam diversas atividades pouco presentes na maioria das escolas públicas brasileiras: Estudo dirigido, Vídeoeeducação, Biblioteca, Esporte e Animação cultural faziam parte do dia a dia dos alunos, mesclando-se às aulas regulares das

disciplinas convencionais. Uma parte de seus professores também ficava na escola em tempo integral, fosse dobrando a carga de aulas, planejando as atividades pedagógicas, articulando trabalhos coletivos com os demais colegas ou realizando atividades de estudo e pesquisa (CAVALIERE e COELHO, 2013, p. 214).

O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial n. 17/2007, foi um programa federal que estabeleceu a implantação da ampliação da jornada escolar em espaços físicos e agentes educativos distintos das escolas e dos professores que nelas lecionavam; as escolas deveriam cumprir as funções de proteção social, assistência social, saúde e alimentação (SILVA, 2017).

É notório que o foco da política de educação integral (e)m tempo integral, neste caso o mais apropriado seja denominar como ampliação da jornada escolar, do Programa Mais Educação estava na vertente de alunos em tempo integral, caracterizada por Cavaliere (2009), além de ser um modelo indutor para as políticas de ampliação da jornada escolar nos municípios e estados, que ia ao encontro dos anseios do setor empresarial no campo da educação, que advogam por investimentos precários no setor em consonância com as reformas neoliberais feitas no Estado brasileiro na década de 1990, por mais que “apesar da predominância da vertente ‘alunos em tempo integral’, o debate no âmbito das discussões sobre o tema da educação integral em tempo integral encontra-se em aberto” (SILVA, 2017, p.21).

Diante das características distintas das duas políticas educacionais de educação integral e(m) tempo integral, algumas questões emergem para a análise da implantação de programas, como o investigado nesta pesquisa.

Um dos pontos é referente ao processo de expansão da oferta e das funções da escola pública, antes voltadas para as classes sociais que possuíam algum capital cultural e econômico, passou a receber alunos das classes populares, com novas demandas e carências, onde a escola pública não só expandiu rapidamente a sua oferta, mas também as suas funções, combinados com os baixos investimentos na educação, indo ao encontro com a constatação de Cavaliere (2009) de que a escola voltada para as classes populares sempre foi minimalista, com poucas horas diárias, pouco espaço e com poucos profissionais, condições tais que contribuem para o desencontro entre a escola e os alunos das classes populares, consonante com a análise das características estruturais que atravessam a ação do Estado brasileiro no campo da educação feitas por Saviani (2008): oposição das elites à manutenção da educação pública, que é expressa na escassez de recursos destinados à ela, e

descontinuidade das medidas educacionais acionadas pelo Estado, expressas nas sucessivas reformas empreendidas ao longo da História.

Outro ponto importante é referente às expectativas em torno da ampliação da jornada escolar, sobre a relação entre a oferta das escolas (ou de alunos) em tempo integral com a qualidade educacional; qual formação é oferecida para os alunos que nela estudam (como também em comparação com aqueles que estudam em turno parcial); os investimentos necessários para a implantação de escolas de tempo integral são suficientes? (CAVALIERE, 2009).

Diante dos pontos levantados acima, algumas tensões e dilemas acerca da implantação de políticas públicas de educação integral e(m) tempo integral emergem. Consonante às questões levantadas por Cavaliere (2014), quais são expectativas das famílias e manter seus filhos em escolas de tempo integral? A ampliação da jornada escolar garante uma melhor qualidade da oferta educacional?

Mesmo com a evolução da regulamentação das políticas de ampliação da jornada escolar a partir da LBD de 1996, nos artigos 34 e 87, até o Plano Nacional de Educação 2014-2014, que estabelece através da meta 6 a oferta de educação em tempo integral 50% escolas públicas no mínimo, para 25% dos alunos matriculados pelo menos, com ênfase na educação infantil e prioritariamente para os alunos em situação vulnerável.

Tais tensões e dilemas podem ser resumidas com a seguinte pergunta: “a escola de tempo integral no Brasil promove o cumprimento do direito à educação?” (CAVALIEIRE, 2014, p. 1206). Além disso, quais são as condições e parâmetros necessários para que a educação integral seja desenvolvida em um programa de tempo integral de forma a ofertar plenamente seus preceitos de diversidade formativa?

Trazendo para o universo desta pesquisa, quais os dilemas e interesses que fizeram com que a escola da pesquisa não fosse em tempo integral? Para responder esta pergunta, no próximo capítulo contextualizamos, apresentamos e abordamos dados referentes à Niterói, à sua política educacional e, especificamente, o programa de EITI da rede, da escola e das determinantes para a não implantação do tempo integral na Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello.

CAPÍTULO 2 – AS RAZÕES QUE DETERMINARAM QUE A ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR DARIO DE SOUZA CASTELLO NÃO DESENVOLVESSE UM PROGRAMA DE EITI.

Neste capítulo tratamos de alguns dados geográficos, históricos, políticos e econômicos de Niterói, município responsável pela administração da rede de ensino da qual a Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello faz parte, e do bairro de Itaipu e arredores, onde a escola está situada.

Apresentamos também dados históricos, descrição da estrutura e funcionamento, além de outros parâmetros, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)¹⁷ da escola objeto da pesquisa, referentes ao alcance da oferta à educação, e especificamente da implantação da EITI na rede municipal de Niterói entre os anos de 2013 até os dias atuais.

2.1. O município de Niterói e o bairro de Itaipu: aspectos geográficos, históricos, políticos e econômicos.

A cidade de Niterói é um dos 21 municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, ou o Grande Rio. A sua área territorial, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2020, está estimada 133, 757 km², somente o 76º do estado. Localizada entre a Baía de Guanabara à oeste, ao Oceano Atlântico ao sul, além de fazer divisa com os municípios de Maricá à leste, São Gonçalo ao norte, e estar ligada ao município do Rio de Janeiro através da Ponte Rio-Niterói, oficialmente denominada de Ponte Presidente Costa e Silva, inaugurada em 1974, com aproximadamente 13 km de extensão.

Apesar da estimativa do IBGE de a cidade ter 516.981 habitantes em 2019, oficialmente Niterói tem 487.562 habitantes, a quinta maior população do estado do Rio de Janeiro, possui densidade demográfica de 3.640,80 habitantes por quilômetro quadrado, a sétima maior do estado, com o Índice de Desenvolvimento Humano

¹⁷ “O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)”. A aferição dos anos iniciais é feita em turmas do 5º ano de escolaridade, portanto os resultados apresentados aqui são referentes a este ano de escolaridade. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/ideb>>. Acesso em: 29 mar. 2023.

Municipal (IDHM) de 0,837 de acordo com os dados do Censo de 2010, além de ter registrado em 2020 o PIB per capita de R\$ 79.464.67, segundo o IBGE.

Administrativamente, a cidade tem 52 bairros, distribuídos em 5 regiões: Praias da Baía, Norte, Pendotiba, Leste e Oceânica, onde está situado Itaipu. De acordo com os dados disponíveis no IBGE, da sistematização de Fontenelle e Corrêa (2013) dos dados do Censo de 2010 e do Catálogo de imagens de satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais de 2010, a Região Oceânica tem 52,1 km², constituída, além de Itaipu, pelos seguintes bairros: Jardim Imbuí, Piratininga, Cafubá, Camboinhas, Itacoatiara, Santo Antônio, Maravista, Jacaré, Serra Grande e Engenho do Mato, totalizando onze bairros, com 68.987 habitantes, 14,2% da população total de Niterói naquele período, com a ocupação de 37,5% do território distribuídos em 21.816 domicílios. Já Itaipu tem 6.320 habitantes, que ocupavam 2096 domicílios em 2010.

Neste momento não é necessário mais dados sobre a cidade, pois os que foram levantados acima são suficientes para a descrição e análise do espaço onde a escola está inserida. Abaixo há uma breve contextualização histórica do município, necessária também para compreender as características do universo da pesquisa pela sua digressão temporal.

Os vestígios mais antigos de ocupação humana encontrados na região datam de 8 mil anos. Quando os navegadores portugueses chegaram na atual Niterói no século XVI, estes tiveram contato com os povos originários da etnia Tupinambá, também denominados de Tamoios e com os seus rivais, os povos Temiminós. Na mesma época houve uma expedição francesa na região da Baía de Guanabara e a posterior formação da colônia da França Antártica (1555-1569). Sobre a história da ocupação da região de Itaipu, segundo documento da Consultoria Especial de Ciência e Tecnologia de Niterói (1996), além dos povos originários, atestados pelos vestígios encontrados no Sítio Arqueológico da Duna Grande, europeus, principalmente portugueses, chegaram no século XVIII na região, em que a Igreja de São Sebastião de Itaipu, inaugurada em 1716 e que está de pé até hoje, como marco principal de sua ocupação.

Em decorrência das disputas entre os povos originários, em simultâneo aos anseios dos europeus que aportaram na região, os Temiminós formaram uma aliança com os portugueses contra os franceses, que se aliaram aos tamoios. Após a derrota dos franceses e Tamoios em 1573, os Temiminós, “receberam” dos portugueses terras na região denominada de “*Bandas d’Além*”, passadas em sesmarias para

Araribóia¹⁸, onde foi estabelecido o aldeamento de São Lourenço, marco zero do único município fundado por povos originários no Brasil. Após a sua morte em 1587, o aldeamento iniciou um processo de declínio por causa da distância em relação à cidade do Rio de Janeiro, foco da ocupação portuguesa na região da Baía de Guanabara, o que dificultou a sua expansão nos séculos seguintes (JULIO, 2019).

Durante grande parte do Período Colonial, o território do atual estado do Rio correspondeu à capitania do Rio de Janeiro, que a partir de 1763 passou a sediar a administração portuguesa no Brasil. Com a promulgação do ato adicional em 1834, a cidade do Rio de Janeiro passou a constituir o Município Neutro da Corte, desvinculando-se da província do Rio de Janeiro.

Esta mudança administrativa, como consequência da vinda da Família Real portuguesa para o Brasil em 1808, a outrora “*Bandas d’Além*” foi alçada a nova capital da Vila Real da Praia Grande e no ano seguinte, 1835, transformada em cidade, batizada como Niterói, nome de origem Tupi que significa “água que se esconde”. O significado do seu nome evidencia a relação capital-província entre a cidade do Rio de Janeiro e os demais municípios do estado, em que:

não foi apenas na drenagem e na exportação da produção que se apoiou a influência da cidade do Rio de Janeiro sobre o espaço regional mais próximo (baixada da Guanabara, baixada Campista e extensa faixa da encosta do planalto). A cidade comandou diretamente a ocupação inicial da maior parte do que era a província do Rio de Janeiro. Foi também o centro que apoiou todas as atividades, posteriores à ocupação, de construção do espaço regional, constituindo-se num grande mercado consumidor para o *hinterland*¹⁹. As funções que cada área exerceu marcam de forma definitiva as relações entre a cidade e o estado do Rio de Janeiro (FERREIRA, p. 74-75, 1997).

O período em que Niterói manteve o status de capital da província e depois do estado do Rio de Janeiro foi entre 1835 e 1975, com uma interrupção entre 1894 e 1903, quando a capital do estado do Rio de Janeiro foi transferida para Petrópolis. Como consequência, ocorreram uma série de transformações na cidade em decorrência do seu papel administrativo na região, com um virtuoso crescimento demográfico, econômico e urbano, além da concessão de uma autonomia

¹⁸ Araribóia, que significa Cobra Feroz, posteriormente catequizado e rebatizado com o nome cristão de Martin Afonso de Souza, foi o líder dos Temiminós na época.

¹⁹ Hinterland significa em português interior, mas neste caso, o significado adotado pela autora é de zona de influência da cidade do Rio de Janeiro nos portos das demais cidades, incluindo Niterói.

extremamente limitada e que não foi suficiente para Niterói se livrar das influências da capital em sua vida político-econômica.

Para Ferreira (1997), considerando o estudo de Alain Corbin intitulado “Paris-province”²⁰, onde este afirma, a partir da análise de Paris e seu entorno, que a noção de província se funda na percepção de uma carência, esquecimento, distanciamento diante da atração, da iluminação e da centralidade política, social e cultural da capital, mesmo que geograficamente a distância entre elas seja pequena, inclusive sendo tal característica um empecilho para a província, similar à lei da gravidade, em que corpo com massa maior atrai e influencia os movimentos do corpo massa menor.

Para Ferreira (1997), a análise de Alain Corbin se aplica à relação entre Rio de Janeiro e Niterói, pois a visão dos fluminenses, em específico os niteroienses, sobre a província (Niterói) historicamente incorporou um enorme complexo de inferioridade frente à capital (Rio de Janeiro), de maneira mais acentuada nos séculos XIX e XX. Neste período, em maior ou menor grau, a influência da capital sobre província foi uma das, ou a, base principal política do desenvolvimento da cidade de Niterói.

No período Imperial, a centralização monárquica acentuou a relação de dependência da província para com a capital do país, o que resultou na transferência de vultuosos recursos econômicos e tributários para a corte, além de permitir constante interferência da corte nos negócios fluminenses. Mesmo após o advento da República, este quadro ficou inalterado, segundo Ferreira (1997), baseada no discurso de Miguel de Carvalho, político conservador fluminense, em 1894.

Apesar das limitações, notadamente a interferência direta da capital federal nos negócios fluminenses e o poder de atração que a capital exerceu nas principais questões do país, inclusive na absorção das disputas políticas fluminenses pela política nacional, os potenciais econômicos e políticos compensavam as dificuldades da província até a abolição e crise da cafeicultura na Primeira República, também pelos embates entre os conservadores fluminenses e as políticas implantadas pelo poder central, restando as desvantagens do intervencionismo centralizador para a província, como a dificuldade que os políticos fluminenses tiveram em construir projetos econômicos comuns para o estado do Rio de Janeiro.

²⁰ Este artigo faz parte de uma coletânea organizada por Pierre Nora e publicada originalmente em 1993, intitulada *Les lieux de memoire III*. Fonte: < <https://www.gallimard.fr/Catalogue/GALLIMARD/Bibliotheque-des-Histoires/illustree/Les-Lieux-de-memoire5#> >. Acesso em: 09 abr. 2023.

Com a Reforma Pereira Passos, a capital encarnou o ideal de modernidade e progresso, local onde o “Rei Sol” do desenvolvimento iluminava o país com sua vivacidade política, social e cultural. Conseqüentemente, reforçou a taxaço de Niterói como sem atrativos e provinciana, o que drenava a energia vital do Estado, expressa na premissa dos políticos daquela época de que Niterói era uma continuação da Rua do Ouvidor, na qual foi comum um “grande número de deputados estaduais fluminenses e funcionários da administração estadual residiam e exerciam suas profissões liberais no Distrito Federal (FERREIRA, 1997, p.81).

Em decorrência das disputas políticas que visavam o controle político no Estado do Rio de Janeiro, houve uma breve mudança da capital para Petrópolis. Mas Niterói retornou a sua condição administrativa, onde o governador Nilo Peçanha (1903-1906) realizou uma reforma urbana aos moldes das realizadas por Pereira Passos na capital federal, com o intuito de também neutralizar a vida política da província, costurada pela Reforma Constitucional de 1903, em que os governadores poderiam interferir:

[...] na administração municipal nomeando prefeitos naqueles municípios em que o estado arcasse com os serviços de infraestrutura. Niterói enquadrava-se nesse curso e a nomeação do prefeito pelo Executivo estadual era uma forma de controlar o maior núcleo urbano do estado e onde as forças oposicionistas ainda possuíam um peso expressivo (FERREIA, 1997, p.91).

A derrota de Nilo Peçanha nas eleições presidenciais de 1922 para Arthur Bernardes abriu espaços para novas lideranças na política fluminense, cujas principais bases ficavam em Niterói, como Feliciano Sodré. Para ele a questão central não era influenciar diretamente nas disputas políticas, mas sim neutralizar os malefícios da influência da capital sobre o estado do Rio de Janeiro.

Feliciano Sodré manteve-se no poder até a Revolução de 1930, quando as oligarquias dominantes da época perderam força, o que promoveu a alternância dos grupos políticos que controlavam o estado. Esta estabilidade durou até 1935, quando a sucessão estadual trouxe novamente um quadro de instabilidade política fluminense, somadas às influências de forças políticas de outros estados que visavam o controle do estado do Rio de Janeiro para acumular forças nas eleições presidenciais de 1938.

A decretação do Estado Novo em 1937 interrompeu o processo de disputas em curso no estado do Rio, com a ascensão de Amaral Peixoto como interventor estadual.

Ele neutralizou as disputas internas no estado, o que abriu finalmente a possibilidade de Niterói se consolidar como centro político do estado, já que historicamente a cidade sofreu questionamentos sobre o seu papel de capital, em detrimento de Campos e Petrópolis, outros polos de poder que disputavam o protagonismo político no estado. A plena consolidação de Niterói como centro político fluminense somente se concretizou nos anos 1950, a partir do segundo governo de Amaral Peixoto, com a modernização da cidade e de sua vizinha, São Gonçalo, já que:

As transformações demográficas e econômicas em curso no estado levaram a um deslocamento populacional do norte para a região da Baixada Fluminense, transformando as áreas contíguas a Niterói em polos de crescimento e expansão que exigiam, cada vez mais, a atenção do governo do estado (FERREIRA, 1997, p. 95).

Com o processo de transferência da capital nacional para Brasília no final dos anos 1950, o debate da fusão com a cidade do Rio foi aberto pela UDN carioca, mas a sua proposta retiraria de Niterói a sede do novo estado. Para evitar desgastes com a perda do status de capital de Niterói e aproveitar a centralidade política que a cidade do Rio de Janeiro acumulou, foi criado o estado da Guanabara em 1960, com a cidade do Rio como sua capital, e manteve-se Niterói como capital do estado do Rio de Janeiro, o que garantiu, aparentemente de forma duradoura, a outrora Bandas d'Além a sua manutenção como centro político do estado do Rio.

Roberto Silveira, eleito governador do estado do Rio em 1958 com bases políticas na Baixada Fluminense e em Niterói, consolidou mais ainda a terra de Araribóia como lócus de construção de identidade regional nos anos 1960, mas, a partir de 1974 este processo foi atropelado pela ditadura civil-militar, apoiada por expressivos setores do empresariado carioca que queriam a fusão da Guanabara com o Estado do Rio, que ocorreu em 1975. Consequentemente com a perda de status de capital, Niterói caiu num ostracismo econômico, político e cultural que perdurou até os anos de 1990, quando uma série de intervenções arquitetônicas, administrativas e publicitárias foram feitas a partir da primeira gestão de Jorge Roberto Silveira.²¹

²¹ Filho de Roberto Silveira. Formado em Comunicação Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), foi prefeito de Niterói por quatro mandatos, eleito pela primeira vez em 1988, depois em 1996 e reeleito 2000, e o último mandato foi após ser eleito em 2008, sendo sucedido pelo atual prefeito. Disponível em: <http://www.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=75>. Acesso em: 15 mai. 2020.

Segundo Oliveira (2009), a assunção de Jorge Roberto Silva à prefeito de Niterói em 1989 representou, na época, uma ruptura com uma tradição de partidos conservadores na gestão da prefeitura e o início de uma hegemonia política no executivo de partidos alinhados teoricamente ao campo progressista, o PDT e o PT, até os dias atuais.

Ao longo dos anos, os dois partidos alternaram a direção política da prefeitura, numa aliança atravessada também por rupturas, discordâncias e disputas internas, mas também por coligações com outros grupos e atores políticos da cidade que garantem estabilidade e hegemonia política para essa aliança.

No primeiro governo de Jorge Roberto (1989-1992), continuado pela gestão de João Sampaio (1993-1997), este apoiado por aquele que não concorreu ao pleito de 1992 porque se candidatou ao Senado, mas perdeu a disputa, se caracterizou por:

[...] mesmo perfil administrativo, tendo à frente a liderança política de Jorge Roberto Silveira do PDT, dois momentos: aquele que vai de 1989-1992, com uma política urbana de inspiração social e democrática, voltada diretamente para a cidade e, em especial, com programas e projetos para a população de baixa renda; e aquele que vai de 1993-1996, que culmina com a inauguração do MAC e que caracteriza a instalação de um novo período, voltado agora, visivelmente, para a promoção da imagem da cidade, tendo o MAC como o carro chefe desse *city marketing*²² (OLIVEIRA, 2009, p. 5).

Este traço de conciliação entre a cidade mercadoria através da promoção da imagem de uma cidade inovadora e moderna, se contrapõe ao estereótipo provinciano do atraso, notadamente com a inauguração do Museu de Arte Contemporânea (MAC) em 1996 como símbolo da nova identidade niteroiense, com a implantação de políticas de cunho social, cultural e democrático, que impactaram diretamente o conjunto da população niteroiense.

A mediação das disputas dos grupos econômicos nos seguidos mandatos do executivo, desde a primeira eleição de Jorge Roberto Silveira, acarreta avanços e retrocessos em torno da modernização da cidade, especificamente na implantação e execução da política educacional, objeto de análise numa seção posterior. Aqui, faço somente um paralelo entre as políticas educacionais da cidade com o Caminho Niemeyer, que é um conjunto arquitetônico, encomendado pela Prefeitura de Niterói

²² “*City marketing* consiste em um mecanismo institucional de promoção e venda da cidade, em tese, altamente benéfica para os governos municipais, visto que, ao promover a imagem da cidade e seus atributos, atrairiam novos investimentos, divisas e gerariam empregos e renda para o município” (OLIVEIRA, 2012, p. 7).

para o próprio Oscar Niemeyer após o sucesso que se tornou o MAC, sendo um desdobramento desse, com o intuito de revitalizar e integrar o centro ao resto da cidade, tornando-a um centro cultural de Niterói, mas o projeto original do Caminho Niemeyer não foi executado, as obras foram descontinuadas ao longo do tempo e o objetivo do Caminho Niemeyer não foi alcançado. Os dois possuem traços de inovação e modernidade, mas foram/são executados descontinuamente.

As disputas políticas, somadas a representação que uma parcela significativa da população teve de Jorge Roberto Silveira após as fortes chuvas que ocorreram em abril de 2010 que culminou com a tragédia do Morro do Bumba, soterraram o seu capital político, inviabilizaram a sua candidatura à reeleição e abriu caminho para a candidatura e vitória de Rodrigo Neves, pelo PT, em 2012 (CUNHA, 2013).

Rodrigo Neves ganhou força ao longo da sua primeira gestão, porém, em decorrência da conjuntura política nacional, se desfilou do PT em 2015 para diminuir a perda de seu capital político, pois naquela época a Operação Lava Jato estava em curso no Brasil e, dentre os alvos desta operação, havia vários filiados, correligionários e outras pessoas que eram do partido, ou próximo a gestões do PT e partidos aliados em diferentes entes federativos e no governo federal, que culminou inclusive com a prisão de Lula, na época ex-presidente, em 2018, por supostos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro envolvendo um tríplice no Guarujá (SP).

O próprio Rodrigo Neves foi preso também em 2018 por acusações de corrupção e fraude em licitações, durante o seu segundo mandato, após ser reeleito em 2016, onde iniciou a sua gestão, que continuou com a sua reeleição em 2016, não mais pelo PT, mas pelo Partido Verde²³ (PV) e terminou o mandato em 2020 no PDT²⁴, o mesmo partido no qual Jorge Roberto Silveira. O atual prefeito Axel Grael²⁵, do

²³ Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-03-23/prefeito-de-niteroi-troca-o-pt-pelo-pv.html>. Acesso em: 10 ago. 2021.

²⁴ Após 1 ano e 11 meses de sua filiação no PV, Rodrigo Neves migrou para o PDT, onde continua até os dias atuais, em que assumiu a coordenação de campanha do candidato presidencial, no pleito de 2018, Ciro Gomes. Disponível em: < <https://www.atribunarij.com.br/serei-um-soldado-do-partido-diz-rodrigo-neves/> >. Acesso em: 10 ago. 2021.

²⁵ Formado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), além de ambientalista e gestor de órgãos ligados ao Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro desde 1991, durante as duas gestões de Rodrigo Neves foi vice-prefeito (2013-2016), além secretário Executivo e secretário municipal de Planejamento. Disponível em: < <http://www.niteroi.rj.gov.br/prefeito-de-niteroi-axel-grael/> >. Acesso em: 10. ago. 2021.

mesmo partido²⁶ e vice-prefeito de Rodrigo Neves, ganhou as eleições de 2020, dando continuidade à hegemonia política da aliança PDT/PT no executivo municipal.

Antes de retomarmos a mais dados da cidade, porém, traço brevemente o perfil histórico e socioeconômico de Itaipu, e da Região Oceânica de modo geral. Segundo Wehrs (1984), no Brasil Colônia a região foi uma sesmaria de José Gonçalves Malheiros, cedida pelo governador Martim de Sá. A riqueza da fauna e a fertilidade da região, banhada pelos rios Jacaré, em Piratininga, e João Mendes, em Itaipu, que desaguam nas respectivas lagoas, incentivou a ocupação da terra com lavouras de mandioca, milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar, frutos diversos e café, que eram escoados na Enseada de Jurujuba, na Baía de Guanabara, entre o século XVII e XIX.

De acordo com a Consultoria Especial de Ciência e Tecnologia (1996), em consonância com a pesquisa de Wehrs (1984), devido a sua posição geográfica, mesmo após a proibição do tráfico negreiro em 1850, a região foi usada como porto de desembarque de africanos escravizados até a abolição da escravatura em 1888, quando a produção agrícola diminuiu. Outra atividade econômica adotada no período foi a pesca, herdada dos povos originários que habitaram a região, posteriormente adotada como principal atividade econômica entre o final do século XIX e primeira metade do século XX, quando o desmembramento de fazendas, a integração definitiva da Região Oceânica ao município de Niterói em 1943, que até então integrou alternadamente a cidade e sua vizinha, São Gonçalo, e as transformações econômicas e sociais do Brasil naquele momento, acentuaram o desenvolvimento da região, que eram lenta se comparada com as outras regiões de Niterói.

A mudanças no movimento migratório, tanto de moradores de outras partes da cidade de Niterói, quanto de pessoas de outras regiões de pessoas, e facilitada pela inauguração da Ponte Rio-Niterói em 1974, elevaram drasticamente a densidade demográfica da região, mudou o seu perfil socioeconômico e sua geografia, passando da atividade pesqueira e do perfil comunitário tradicional para a assunção de um perfil mais residencial, com a predominância de uma população de classe média e alta e com a ocupação desordenada em áreas de proteção ambiental.

²⁶ Em janeiro de 2020 Axel Graef migrou do PV, partido no qual foi filiado por mais de duas décadas, para o PDT para concorrer ao pleito municipal daquele ano, tendo como vice-prefeito o deputado estadual Paulo Bagueira, do Solidariedade. Disponível em: < <http://www.niteroi.rj.gov.br/prefeito-de-niteroi-axel-grael/> >. Acesso em: 10. ago. 2021.>. Acesso em: 10. ago. 2021.

Essas transformações, por suposto, também alteraram a configuração social da região, principalmente porque novas relações de classe começaram a ser entabuladas, expressas no processo de ocupação e distribuição territorial. Ancorado pelos dados da pesquisa de Fontenelle e Corrêa (2013), podemos visualizar o acelerado crescimento das taxas de ocupação territorial e densidade territorial da Região Oceânica a partir dos anos de 1970.

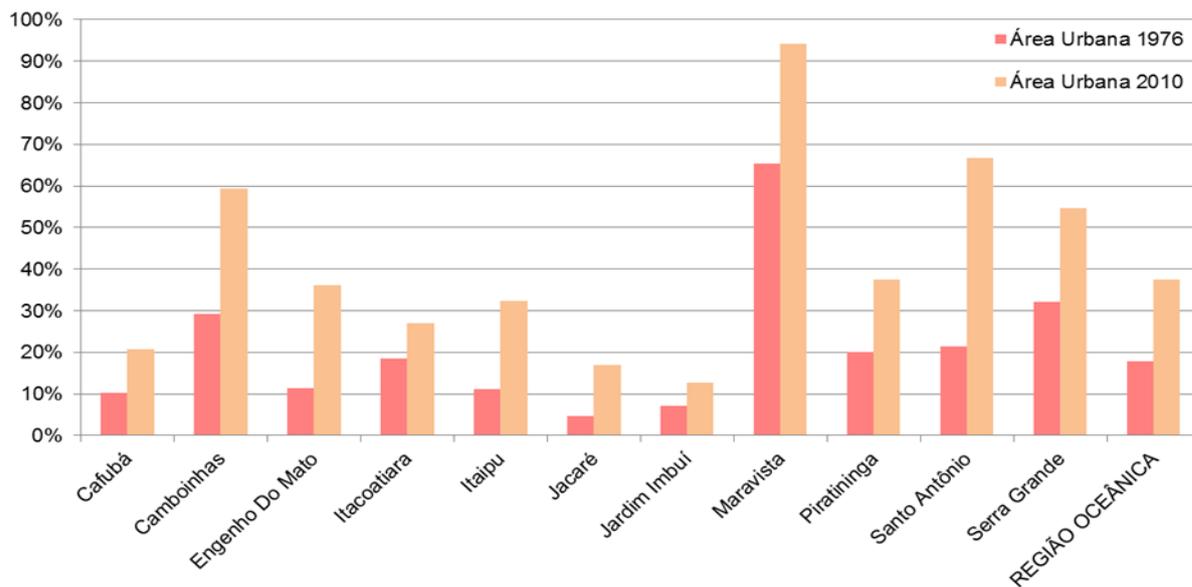
Na tabela 1 há o panorama do crescimento a ocupação territorial da Região Oceânica; o gráfico 1 mostra o percentual de área urbanizada dos bairros; as figuras 1 e 2 mostram o mapeamento da densidade dos domicílios em 1976 e em 2010; e a figura 3 é referente ao mapa do número máximo de pavimentos construídos na Zona Urbana da Região Oceânica.

Tabela 1 - Número de domicílios da Região Oceânica entre 1976 e 2010.

Bairro	Domicílios		Crescimento 1976-2010		Participação do bairro no total da Região (%)	
	1976	2010	Absoluto	Relativo	1976	2010
Cafubá	167	993	826	494,6%	5,3%	4,6%
Camboinhas	28	1.013	985	3.517,9%	0,9%	4,6%
Engenho do Mato	214	3.230	3.016	1.409%	6,9%	14,8%
Itacoatiara	390	468	78	20%	12,5%	2,2%
Itaipu	314	2.096	1.782	567,5%	10%	9,6%
Jacaré	94	1.004	910	968,1%	3%	4,6%
Jardim Imbuí	97	376	279	287,6%	3,1%	1,7%
Maravista	395	3.190	2.795	707,6%	12,7%	14,6%
Piratininga	867	5.040	4.177	481,8%	27,7%	23,1%
Santo Antônio	354	1.459	1.105	312,2%	11,3%	6,7%
Serra Grande	206	2.943	2.737	1.328,6%	6,6%	13,5%
Região Oceânica	3.126	21.816	18.690	597,9%	100%	100%

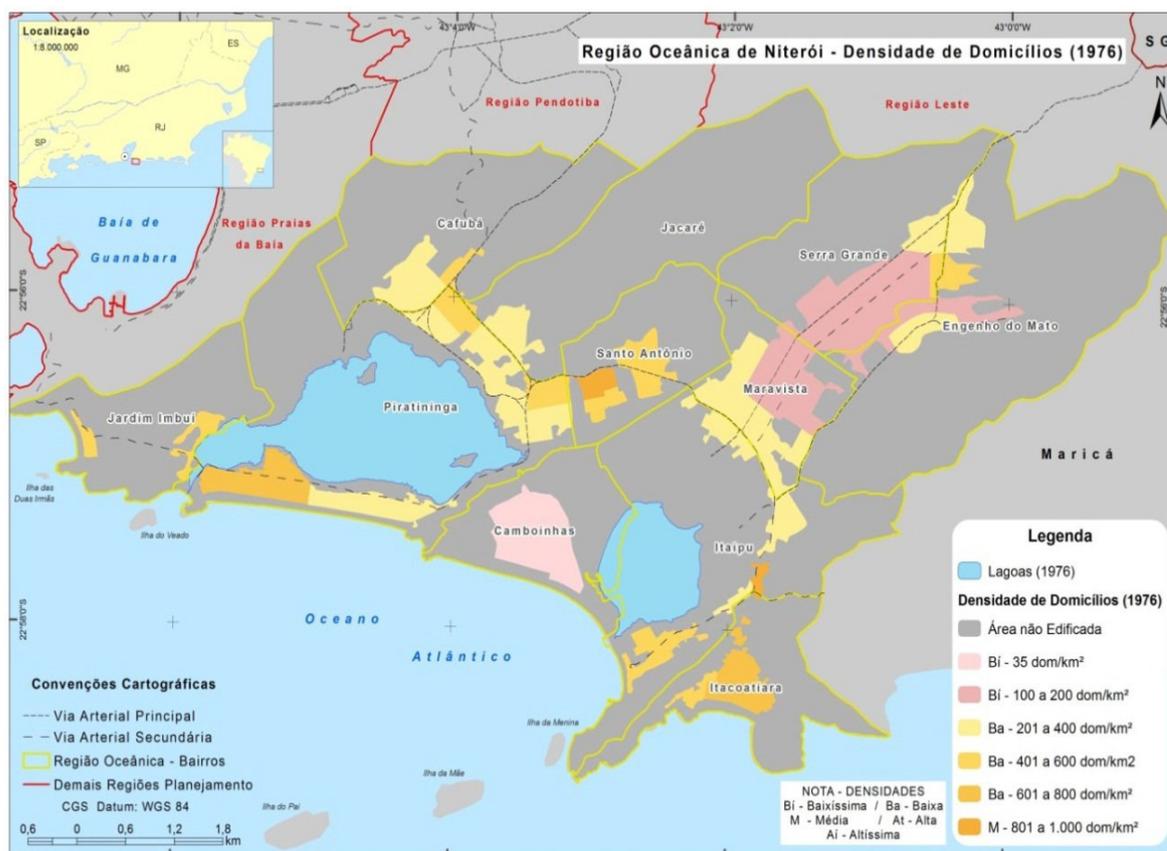
Fonte: Fontenelle e Corrêa (2013).

Gráfico 1 - Área total efetivamente urbanizada (%) em 1976 e em 2010 - por bairros e total da Região Oceânica.



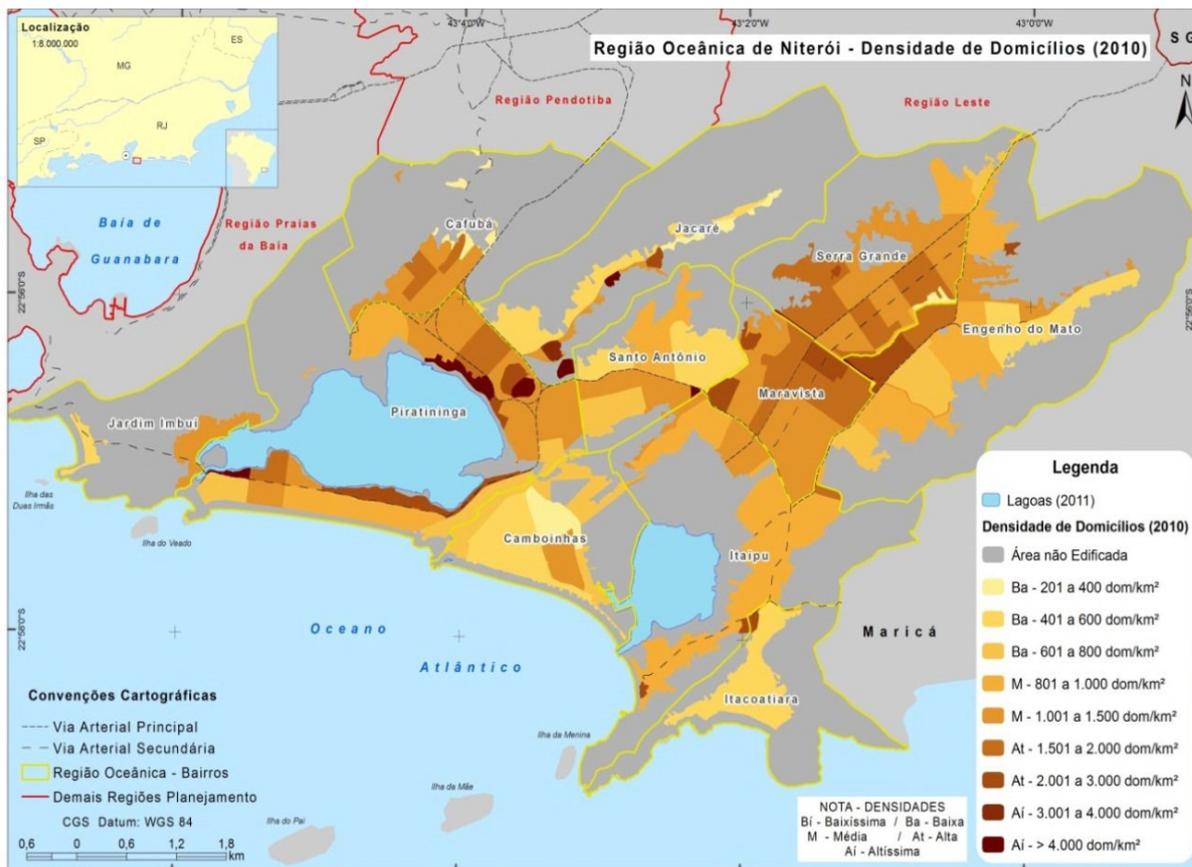
Fonte: Fontenelle e Corrêa (2013).

Figura 1 - Perímetro urbanizado e densidade de domicílios em 1976.



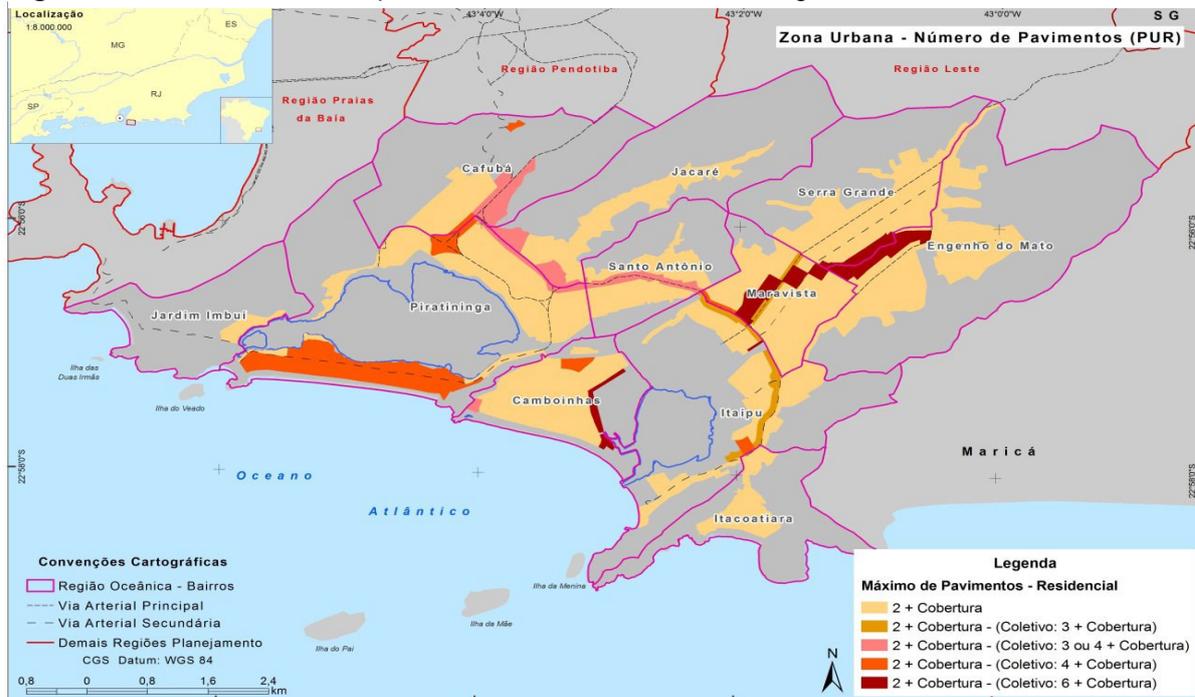
Fonte: Fontenelle e Corrêa (2013).

Figura 4 - Perímetro urbanizado e densidade de domicílios em 2010.



Fonte: Fontenelle e Corrêa (2013).

Figura 7 - Número máximo de pavimentos na Zona Urbana da Região Oceânica.



Fonte: Fontenelle e Corrêa (2013).

Segundo o mapeamento de Fontenelle e Corrêa (2013), a urbanização efetiva da Região Oceânica de Niterói passou de 17,7% do território em 1976 para 37,5% em 2010, o que representou um avanço sobre 10,35 km² sobre outros usos/coberturas do solo neste período, com um crescimento de quase 600% no número médio de domicílios na região, com destaque para áreas com maior densidade habitacional, superiores a 4.000 domicílios por quilômetro quadrado, que estão em Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) ou de aglomerados subnormais, correspondentes em geral a favelas e loteamentos irregulares ou clandestinos.

A relação desproporcional entre o crescimento muito superior do número de domicílios urbanos com o crescimento da área edificada se deve a sua extensa cobertura vegetal nativa: 41,5% do território da Região Oceânica, garantida por unidades de conservação como o Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET), muitos dos quais em maciços rochosos; pela unidade hidrográfica formada pelos rios Jacaré e João Mendes, que desembocam nas Lagoas de Piratininga e de Itaipu, respectivamente, além de microbacias costeiras incrementais. Com isso, há um esgotamento de espaço para a ocupação humana na Região Oceânica, inclusive com áreas urbanizadas já invadindo porções da Zona de Uso Especial (zona altamente restritiva à ocupação). Neste sentido, embora muitos terrenos do perímetro consolidado não apresentem construções, a Região encontra-se em uma situação de escassez de áreas perimetrais e limitação do gabarito de edificações, frente à continuidade da pressão imobiliária (FONTENELLE e CORRÊA, 2013).

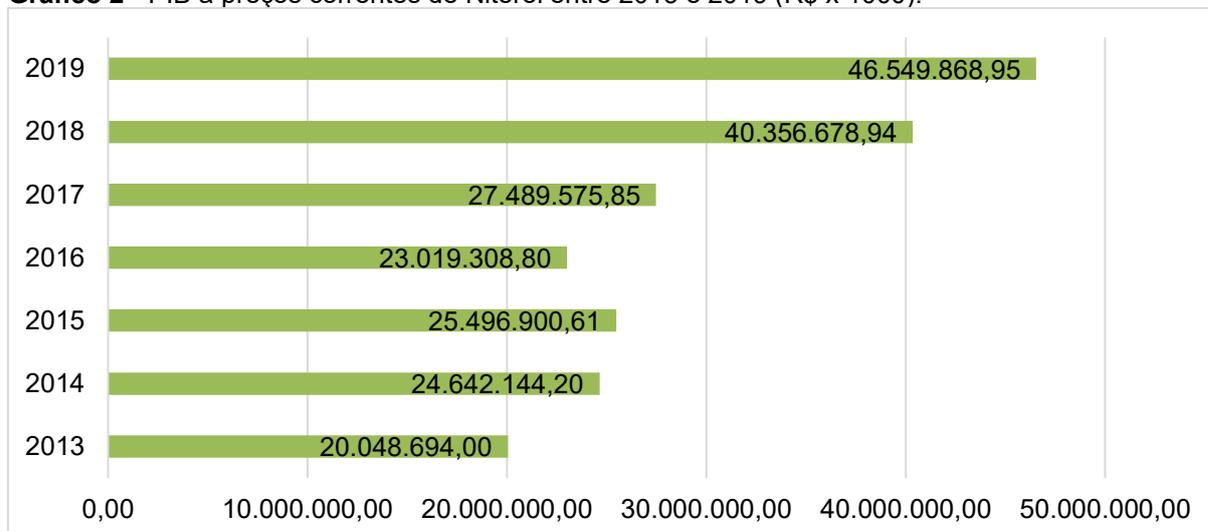
A política, histórica e geografia do município de Niterói, e da Região Oceânica especificamente, estão diretamente relacionados com a Política Educacional da cidade, pois elas dizem respeito às condições objetivas da oferta educacional da cidade. Antes de concluirmos esta seção, vamos abordar sobre alguns dados econômicos recentes de Niterói, ancorados pelo IBGE.

O Produto Interno Bruto (PIB) do município foi de R\$ 20.048.694,00 em 2013 para R\$ 46.549.868,95 em 2019, de quarto para o segundo maior PIB na série histórica, atrás da cidade do Rio de Janeiro (1º), além de ter sido o décimo oitavo maior PIB municipal do Brasil em 2019. Já o seu PIB per capita em 2013 foi de R\$ 40.567,98 em 2013, vigésimo maior PIB do estado, para 90.637,30 em 2019²⁷, onde

²⁷ No sítio do IBGE há os dados de 2020 destes indicadores econômicos: R\$ 40.949,495,05 (PIB) e R\$ 79.464,67 (PIB per capita). Optei por não os incluir nos gráficos porque foi o ano de início da pandemia

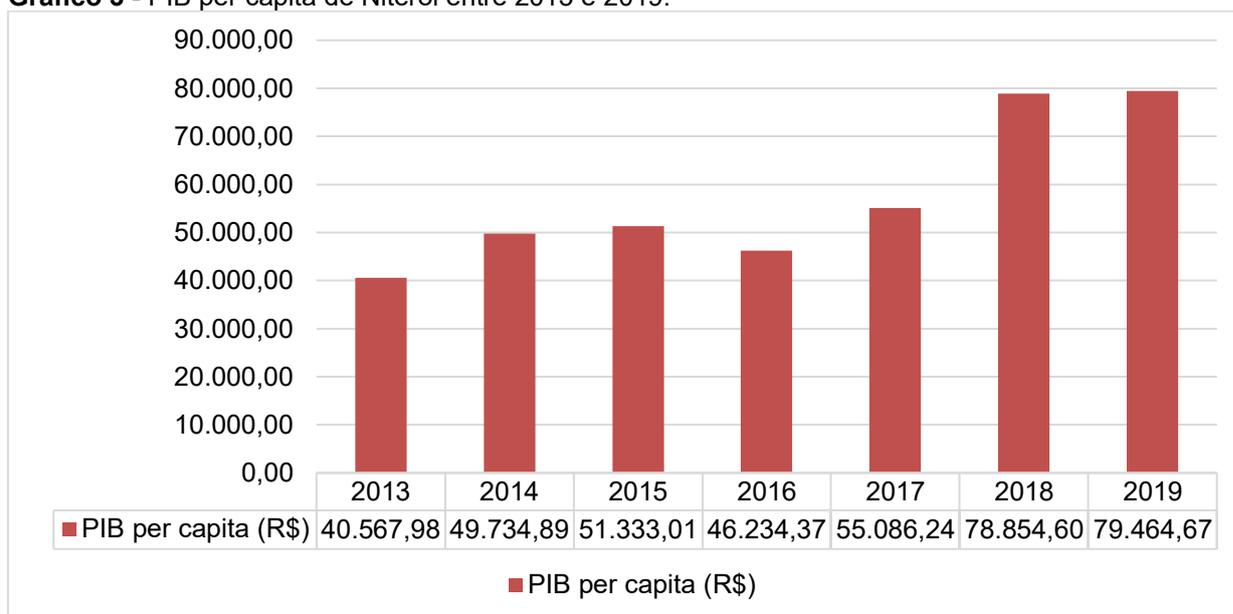
se tornou o sétimo maior PIB per capita do estado, nas tabelas abaixo a evolução dos dois indicadores fica bem evidente.

Gráfico 2 - PIB a preços correntes de Niterói entre 2013 e 2019 (R\$ x 1000).



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados do IBGE.

Gráfico 3 - PIB per capita de Niterói entre 2013 e 2019.



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados do IBGE.

A elevação da arrecadação de Niterói neste período se deve ao início da exploração petrolífera da camada de pré-sal, em que municípios como Niterói e Maricá

da COVID-19, onde os indicadores econômicos apresentaram queda brusca em consequência de razões não diretamente ligados a conjuntura econômica e não haver dados de 2021 e 2022.

foram contemplados com transferências relativas à extração de petróleo no campo de Lula, que fica localizado na Bacia de Santos, diferente da exploração da camada pós-sal de petróleo, em que municípios confrontantes com a Bacia de Campos, que fica no norte do estado do Rio de Janeiro, como Campos de Goytacazes e Macaé, foram outrora os contemplados pelas transferências decorrentes da atividade petrolífera (PAES e PORTUGAL, 2019).

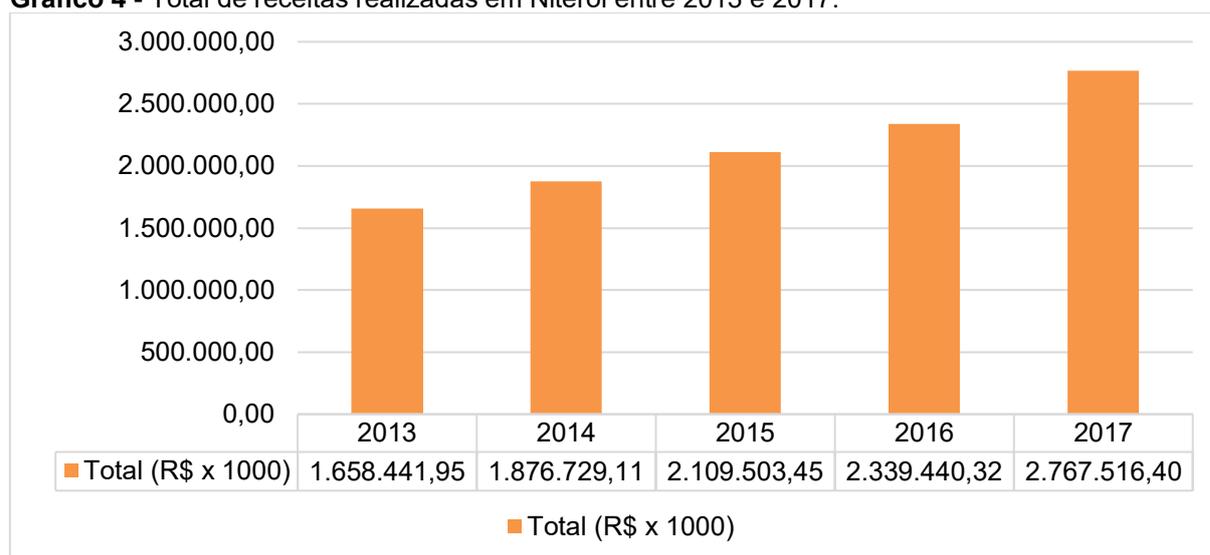
O impacto das atividades petrolíferas no município está centrado nas compensações financeiras, os royalties, decorrentes das operações *off shore*, que são as atividades realizadas em mar territorial e que notoriamente tem aumentado desde 2014, sendo que as atividades decorrentes da cadeia produtiva do setor petrolífero, que englobam empresas em terra (*on shore*), responsáveis pela exploração, produção, atividades dos estaleiros e empresas prestadoras de serviço à produção não contribuem para a arrecadação do município, pois há um número insignificante de empresas *on shore* em Niterói, conseqüentemente tributações específicas como Imposto Sobre Serviços (ISS) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) destas poucas empresas *on shore* não tem a mesma magnitude das transferências correntes das atividades *off shore* (PAES e PORTUGAL, 2019).

Segundo noticiado em um jornal local, A Tribuna (2021), o Projeto de Lei Orçamentária Anual de Niterói (PLOA) para o ano de 2022 estimou o total de R\$ 4.346.559.031,83 de receitas para a prefeitura. Desse montante foi previsto que aproximadamente R\$ 2,6 bi advém de transferências correntes, dos quais R\$ 1.611.471.472,00 foram oriundos dos royalties do petróleo, ou seja, aproximadamente 60% das transferências correntes previstas para 2022 e 40% da PLOA de 2022 vieram dos royalties, o que justifica a adjetivação dada na matéria jornalística do petróleo enquanto o eldorado para os cofres niteroienses, diferente da conjuntura brasileira atual, com sucessivas crises econômicas nos últimos anos. Se compararmos os dados, expostos nos gráficos 4 e 5, do total de receitas realizadas e das despesas empenhadas do período entre 2013 e 2017²⁸, disponíveis no sítio do IBGE, vemos um aumento significativo desses indicadores.

²⁸ A delimitação da série histórica desses dados se deve a três motivos: disponibilidade no sítio do IBGE; por corresponderem a parte do período analisado na pesquisa de Paes e Portugal (2019) sobre as receitas públicas de Niterói entre 2010 e 2017; e pela minha limitação em analisar dados posteriores a 2017, que estão disponíveis no sítio da Prefeitura de Niterói, tanto em por questões acadêmicas, quanto temporais. Apesar de entender que o levantamento e análise dos dados de arrecadação e despesas mais esmiuçadas do município podem trazer mais elementos acerca dos limites e

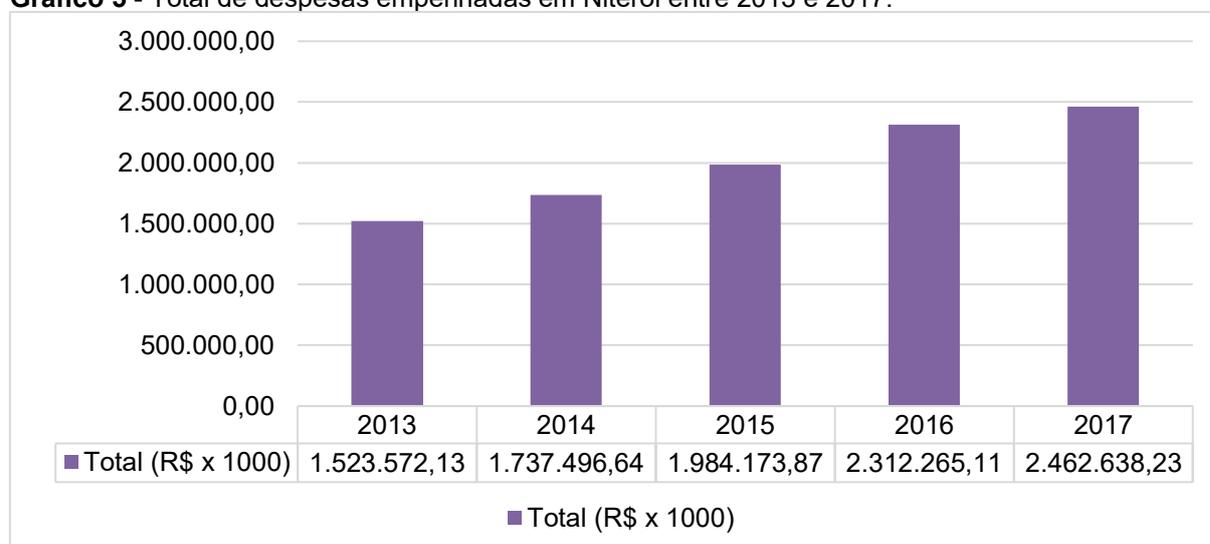
Apesar de não ser tão significativo quanto ritmo de crescimento do PIB e do PIB per capita do município naquele período, em decorrência do menor impacto que o setor petrolífero tinha na economia da cidade, é notório o aumento da capacidade orçamentária do município por causa do incremento dos royalties do petróleo, mesmo com uma “retração da atividade econômica no município a partir de 2014, o que prejudicou a arrecadação direta por meio do imposto sobre serviços (ISS), além de inferir na tributação sobre patrimônio e renda” (PAES; PORTUGAL, 2019, p. 10).

Gráfico 4 - Total de receitas realizadas em Niterói entre 2013 e 2017.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do IBGE.

Gráfico 5 - Total de despesas empenhadas em Niterói entre 2013 e 2017.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do IBGE.

possibilidades orçamentárias da rede municipal de Niterói, especificamente, avalio que os dados levantados aqui nos ajudam a visualizar o aumento dos recursos da cidade nos últimos anos.

Notamos que o incremento desses indicadores está na contramão do cenário econômico nacional, inclusive em 2016, ano mais agudo da crise econômica brasileira e do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que impactou no PIB e no PIB per capita municipal, pelo registro de queda em comparação a 2015 (ver acima nos gráficos 2 e 3). Comparada a todos os municípios do estado do Rio de Janeiro, segundo o IBGE, Niterói saltou da quinta posição maior receita orçamentária realizada em 2013 para a segunda posição em 2017 de receita orçamentária realizada e despesa orçamentária empenhada, atrás somente da cidade do Rio de Janeiro.

É notório que a capacidade orçamentária e os recursos destinados para as despesas do município aumentaram nos últimos anos, mesmo no cenário de crise econômica e fiscal em curso no país no período. Mas, como estes incrementos impactaram na política educacional sob responsabilidade direta da prefeitura, neste período? Apesar desta pesquisa não ter esta pergunta como central, na próxima seção abordamos os dados da rede municipal de educação.

2.2. Dados sobre a oferta do direito à educação em Niterói

O antigo status de capital que Niterói possuía foi determinante para as políticas educacionais da cidade, pois, segundo Cunha (2013), naquela época Niterói se tornou um centro educacional público, contando com um número considerável de escolas estaduais nos diferentes níveis de ensino, em contrapartida ao desempenho da administração municipal, em não possuir uma política educacional pública própria, com a sua atuação restrita à concessão de bolsas de estudos para que os estudantes que não conseguiam vagas na rede estadual pudessem frequentar as escolas particulares existentes na cidade.

Esta condição determinou a formação tardia de uma rede pública municipal de ensino no final dos anos de 1960, que no aspecto administrativo teve três processos-chaves na organização da rede pública de educação da cidade:

- (a) o primeiro momento, anterior à existência de uma Secretaria Municipal de Educação foi marcado pela criação sucessiva de um Grupo Coordenador de Educação e Cultura (1960), de uma Divisão de Educação e Cultura (1964) e de um Departamento de Educação e Cultura (1969);
- (b) no segundo momento foi criada a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/SMEC (1975) que substituiu as organizações anteriores pelo Decreto

nº 2.194, de 17 de julho de 1975, e o primeiro Secretário Municipal de Educação foi o professor Helter Barcellos. Persistia, contudo, o distanciamento que não favorecia a identificação, pelas políticas formuladas, das peculiaridades de cada unidade escolar. É importante destacar que, apesar da expressiva tarefa exercida pela SMEC, todo e qualquer processo referente à atividade financeira e político-pedagógica da escola demandava um espaço político de negociação na SMEC, dificultando, de forma muito concreta, a distribuição de recursos, em função de entraves burocráticos; (c) por fim, o terceiro momento foi marcado pela criação da Fundação Municipal de Educação de Niterói/FME em 1991 com base na lei nº 924/91 e no decreto nº 6.172/91, que passou a gerir a educação pública municipal de Niterói de forma integrada com a Secretaria Municipal de Educação/SME visando garantir o aperfeiçoamento da gestão educacional e a autonomia necessária para a efetivação de atos administrativos ágeis, especialmente no tocante aos processos relativos às unidades municipais de educação. [...] Nele, também atuam a Superintendência de Ensino, as Diretorias, Assessorias e Coordenações. (CUNHA, 2013, p. 109-110).

A criação da FME em 1991 é o marco da atual configuração administrativa da rede pública municipal de Niterói, e esteve no bojo das intervenções empreendidas com maior intensidade na primeira gestão de Jorge Roberto Silveira, com a justificativa de dar, teoricamente, maior celeridade e autonomia para a gestão na execução das políticas educacionais, em consonância com a descrição de Cunha (2013) citada acima. Porém:

Essa estrutura, que contém por um lado a SME (administração direta) e por outro a FME (autarquia que detém os recursos financeiros e administrativos necessários à gestão do Sistema Municipal de Ensino) cria condições para um desequilíbrio político-administrativo, na medida em que os papéis institucionais de ambas instâncias se confundem, deixando a SME sem condições de operar as políticas que, por atribuição, deveria formular, implementar e avaliar; ficando a função executiva a cargo da FME, a quem, inclusive estão subordinadas as escolas e a quase totalidade dos funcionários. (AROSA, 2011, p. 1-2).

A existência de duas instituições no campo da gestão político-administrativa traz uma dicotomia entre quem planeja a parte pedagógica, Secretaria Municipal de Educação, e quem efetivamente a executa, a Fundação Municipal de Educação “com a existência de setores que se organizam de forma burocratizada, que reproduzem a sobreposição de fazeres e poderes, confirmando a cisão e a fragmentação entre o pedagógico e o administrativo. (AROSA, 2011, p.3).

Como principal executora da política educacional, a FME é que tem a centralidade administrativa na gestão dos recursos. Não é incomum os servidores municipais de educação se referirem a qualquer departamento atrelado à SME como constituinte da FME, porque é esta a instituição responsável pelo pagamento dos

vencimentos dos profissionais da rede, pela construção e reforma de unidades escolares, aquisição de materiais. Já a SME é responsável por questões administrativas como lotação de funcionários, acompanhamento pedagógico nas unidades escolas, planejamento e execução de ações pedagógicas, dentre outras funções de caráter predominantemente pedagógico.

Essa estrutura dicotômica entre SME e FME geram tensionamentos, afastamentos e aproximações entre os grupos políticos que estão na administração municipal desde a primeira gestão de Jorge Roberto Silveira em um bloco que não é homogêneo e que:

[...] se manifesta de diversas maneiras e se inscreve num contexto sociopolítico, econômico e institucional que não está isolado do contexto regional e global. É necessário, todavia, mencionar que há uma clara orientação política que acaba por se consolidar como hegemônica, mesmo sofrendo, em momentos e dimensões distintos, alguns ajustes e adaptações (AROSA, 2011, p.2).

Alguns desses ajustes e adaptações na gestão da rede municipal como a criação da Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia em 2013 com o intuito de melhorar o diálogo com a Fundação Municipal de Educação, segundo Cunha (2013), e seu posterior desmembramento em 2021²⁹, ou a assunção concomitante dos cargos secretário de Educação e presidente da FME na administração da educação pública municipal³⁰ em alguns períodos desde a criação da FME, são exemplos dos rearranjos feitos entre os grupos políticos que estão na gestão educacional e/ou são agentes políticos que, independentemente de ocuparem, ou não, cargos na administração direta e/ou indireta, são influentes na política educacional niteroiense.

²⁹ Ver nota 2.

³⁰ De acordo com o quadro montado por Cunha (2013), seis gestores assumiram concomitantemente os cargos de secretário municipal de Educação e presidente da Fundação Municipal de Educação: Lia Macedo de Farias (1991-1997), durante parte do mandato de Jorge Roberto Silveira (1989-1993) e todo mandato de João Sampaio (1993-1997) e primeiro ano do segundo mandato de Jorge Roberto Silveira, sendo a primeira presidenta da FME; Comte Bittencourt (1998-1999), Reynaldo Cavalcanti (2000-2001) e Arthur Santa Rosa (2001-2002), a partir do segundo ano do segundo mandato de Jorge até o seu afastamento para a disputa das eleições governamentais de 2002; Maria Felisberta (2003-2004) durante o a assunção de Godofredo Saturnino Pinto, vice de Jorge Roberto Silveira; Waldeck Carneiro (2005-2008), durante quase todo o mandato de Godofredo Saturnino Pinto após a disputa das eleições de 2004. O atual secretário de Educação, Bira Marques (2023-), também acumula o cargo de presidente da FME. Se olharmos para esta retrospectiva, em consonância com a retrospectiva histórica feita na seção sobre a política da cidade, principalmente a partir da eleição de Jorge Roberto Silveira em 1989, percebemos com a correlação de forças dos grupos políticos que dirigem a cidade e a influência, prestígio e relevância política dos gestores influenciam na duração desses nos cargos da administração pública educacional de Niterói.

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2021 a rede municipal de Educação de Niterói era constituída por 94 unidades escolares³¹, nas quais 58 unidades escolares têm turmas de educação infantil³² e 54 destas escolas possuem turmas de ensino fundamental³³, 48 escolas com turmas de anos iniciais e 12 com turmas de anos finais. Destacamos que há algumas Unidades Municipais de Educação Infantil (UMeIs) que oferecem turmas de anos iniciais do ensino fundamental, escolas de anos iniciais do ensino fundamental que oferecem turmas de educação infantil e unidades escolares que possuem anos iniciais e finais de ensino fundamental.

As unidades escolares são agrupadas em 7 polos, de acordo com a distribuição geográfica, não necessariamente igual à distribuição administrativa do município. As escolas da Região Oceânica, além de uma escola localizada em Várzea das Moças³⁴, estão alocadas no Polo 7: 8 unidades municipais de educação infantil, em que uma delas oferece turmas de 1º e 2º anos do ensino fundamental e duas turmas de Educação de Jovens e Adultos³⁵; 6 unidades municipais de ensino fundamental, 5³⁶ que oferecem turmas anos iniciais e 1³⁷ de anos finais.

Sobre a oferta educacional das diferentes redes no município, de acordo com o Censo da Educação Básica³⁸ produzidos Inep, em 2021 o município de Niterói tinha 355 escolas (213 privadas³⁹, 3 federais, 45 estaduais e 94 municipais), com 97.682

³¹ Nesta contagem não levamos em consideração as creches comunitárias, ou outras unidades escolares que estejam vinculados por parcerias público-privadas.

³² Sem discriminar se estas unidades escolares oferecem somente creche, pré-escola ou ambos.

³³ Em consonância com uma nota do Inep, estão englobadas as escolas que oferecem pelo menos uma matrícula nos anos Iniciais (1º ao 5º ano) e/ou anos finais (6º ao 9º ano) do ensino fundamental.

³⁴ Várzea das Moças é um bairro da Região Leste. “A divisão territorial do espaço é recente, pois até o ano de 1986 parte da região integrava o bairro de Itaipu, já tendo também pertencido ao município de São Gonçalo” (CONSULTORIA ESPECIAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 1996, p.463).

³⁵ UMEI Vale Feliz, localizada no bairro do Engenho do Mato.

³⁶ Escola Municipal Helenoide Studart, localizada em Várzea das Moças e que também oferece vagas de educação infantil; E. M. Eulália da Silveira Bragança, no Jacaré; E.M. Maralegre, no Cafubá; E.M. Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, em Itaipu; e a E. M. Professor Dario de Souza Castello, localizada em Itaipu, que é a escola objeto desta pesquisa.

³⁷ Escola Municipal Francisco Portugal Neves, localizada em Piratininga. Criada através do decreto nº 2345/1975 e inaugurada no dia 13 de novembro de 1975, é a escola municipal mais antiga da Região Oceânica. Entre 2015 e 2018, a escola passou por uma transição em relação à oferta de vagas nos anos iniciais, que eram ofertadas no turno da tarde, através da interrupção de abertura de turmas do 1º ano do ensino fundamental, em decorrência da demanda de mais vagas nos anos finais do ensino fundamental e da inauguração da E.M. Professor Dario de Souza Castello em 2015. Atualmente a Portugal Neves oferece vagas para os anos finais nos turnos da manhã e tarde, além de vagas nos anos iniciais e finais de Educação de Jovens e Adultos.

³⁸ Dados consultados no sistema Inep Data do Inep. Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica> >. Acesso em: 20 jun. 2023.

³⁹ Engloba escolas particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas.

matrículas na Educação Básica⁴⁰, distribuídas em 40.851 na rede privada, 1.099 na rede federal, 27.135 na rede estadual e 28.597 na rede municipal. Especificamente nas etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, trazemos alguns dados de períodos distintos deste século; um compilado por Arosa (2011) acerca da quantidade de matrículas de Niterói em 2002 e 2008 e outros sistematizados por nós das matrículas e escolas da cidade em 2013 e 2019⁴¹.

Tabela 2 - Matrículas na Educação Infantil e Ensino Fundamental em Niterói em 2002 e 2008⁴².

Rede	Educação Infantil 2002	Educação Infantil 2008	Ensino Fundamental 2002	Ensino Fundamental 2008
Privada	7.796	9.952	23.588	24.575
Estadual	3.899	649	30.565	24.838
Municipal	3.227	4.180	15.337	16.162
Total	14.922	14.781	69.490	65.575

Fonte: elaborado por Arosa (2011), com base nos dados do Censo Escolar de 2002 e 2008.

Tabela 3 - Matrículas na Educação Infantil e Ensino Fundamental em Niterói em 2013 e 2019.

Rede	Educação Infantil 2013	Educação Infantil 2019	Ensino Fundamental 2013	Ensino Fundamental 2019
Privada	11.521	9.792	27.324	24.592
Federal	38	56	257	230
Estadual	0	0	13.405	8.767
Municipal	5.070	6.859	19.053	19.812
Total	16.629	16.707	60.039	53.401

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados do Inep.

⁴⁰ Nos dados expostos aqui, a Educação Básica abrange a Educação Infantil, constituída por creche e pré-escola, Ensino Fundamental, dividido em anos iniciais e finais; e Ensino Médio, dividido em propedêutico, normal/magistério e curso técnico integrado. Além disso, também incluídos a Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos.

⁴¹ Adotei este recorte de tempo nas tabelas abaixo por abranger o primeiro ano da delimitação, 2013, desta pesquisa e o ano anterior a pandemia de COVID-19, 2019. Além de coincidir com intervalo de tempo dos anos pesquisados por Arosa (2011), seis anos (2002 e 2008).

⁴² No artigo de Arosa não há dados sobre a rede federal.

Tabela 4 - Número de escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental em Niterói em 2013 e 2019⁴³.

Rede	Educação Infantil 2013	Educação Infantil 2019	Ensino Fundamental 2013	Ensino Fundamental 2019
Privada	165	135	160	142
Federal	1	1	1	1
Estadual	0	0	41	34
Municipal	50	58	46	52
Total	216	194	248	229

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados do Inep.

Entre 2002 e 2008, período analisado por Arosa (2011), havia uma demanda por vagas tanto para a Educação Infantil quanto para o Ensino Fundamental, que eram majoritariamente atendidos pelo governo do Estado e pela rede privada, enquanto a prefeitura de Niterói, mesmo com o aumento quantitativo da oferta de vagas da rede municipal tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental, continuou a ser a menor rede de ensino se somados as duas etapas de ensino. Naquele momento estava em curso a extinção da oferta de Educação Infantil pela rede estadual e a municipalização das escolas de ensino fundamental, referenciados pela Lei Estadual nº. 5.311, que em consonância com a LDB nº 9.394/96, versava sobre o equilíbrio na oferta do Ensino Fundamental de entre Estado e Municípios, sendo que o seu atendimento será realizado preferencialmente pelos Municípios, cabendo ao Estado priorizar o ensino médio, logo:

Nesse percurso, é evidente a ampliação da rede privada de ensino, sobretudo na Educação Infantil, que tem um crescimento nas matrículas da ordem de 28%, enquanto no Ensino Fundamental é de 4%, entre 2002 e 2008. Esse crescimento se verifica no contexto de diminuição na oferta na Educação Infantil por parte do governo estadual, com a insuficiente criação de vagas por parte do município (embora tenha ampliado as matrículas cerca de 30% em relação a 2002) para cobrir o que deixou de ser oferecido; bem como por um processo de municipalização do Ensino Fundamental [...]. Não se

⁴³ Em relação a estes dados, ressalto que há escolas que oferecem tanto a etapa da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, portanto uma mesma escola pode estar tanto na coluna de Educação Infantil quanto na de Ensino Fundamental.

discutirá aqui a, no mínimo, equivocada interpretação da LDB quanto às atribuições de cada ente federado na oferta de Educação Básica, mas deve-se ressaltar que no município de Niterói essa orientação política tem servido a um processo de privatização da oferta de Educação Infantil e de Ensino Fundamental (AROSA, 2011, p. 4-5).

Ao analisarmos o número de matrículas e escolas em 2013 e 2019 notamos que houve um decréscimo do número total de escolas e de matrículas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, puxados pela queda do número de matrículas e da quantidade de escolas na rede privada, mas não encontramos as causas desta queda na revisão bibliográfica, Já na rede estadual se deu pelo processo de municipalização da oferta das vagas do Ensino Fundamental que estavam sob responsabilidade do estado do Rio de Janeiro e foram transferidos para a prefeitura de Niterói, incluindo a interrupção do atendimento de Educação Infantil em escolas da rede estadual situadas em Niterói a partir de 2000, segundo o Censo Escolar.

Em contrapartida, na rede federal não houve aumento do número de escolas entre 2013 e 2019, pois a única escola federal na cidade que atende a Educação Infantil e o Ensino Fundamental é o Colégio de Aplicação Geraldo Reis (COLUNI-UFF), vinculado à UFF, com uma flutuação positiva no número de vagas da Educação Infantil e negativa no Ensino Fundamental. Portanto, os dados relativos à rede federal, ou ao COLUNI, que é única escola da rede federal alocada em Niterói serão desconsiderados de agora em diante por não representar um impacto quantitativo significativo na oferta educacional no município.

Em relação à rede municipal houve quantitativamente o aumento em todas as variáveis, tanto em número de escolas e de matrículas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental. Mas precisamos relativizar este aumento, pois além da queda dos números de escolas e matrículas da rede privada, ainda houve uma acentuada queda do número de matrículas na rede estadual, em consonância com Arosa (2011), com a manutenção da tendência de queda de matrículas.

Pois, ao analisar inicialmente os dados apresentados nas tabelas, temos os seguintes resultados: em relação à Educação Infantil, o número de escolas privadas caiu de 165 em 2013 para 135 em 2019, uma diminuição de 30 escolas ou de aproximadamente 18%; as escolas municipais foram de 50 em 2013 para 58 em 2019, quer dizer um aumento de 8 escolas ou um aumento de aproximadamente 16%. O número de matrículas da rede privada na Educação Infantil diminuiu de 11.251 para 9.792, uma diminuição de 1.729 vagas ou de aproximadamente 15%, a rede municipal

aumentou a oferta de vagas de 5.070 em 2013 para 6.859 em 2019, o que representa um acréscimo de 1.789 vagas ou 35% aproximadamente.

Sobre o Ensino Fundamental, os dados expostos nas tabelas 3 e 4 apontam que houve tanto queda do número de escolas privadas, de 160 em 2013 para 142 em 2019, uma redução de aproximadamente 11% ou de 18 escolas, quanto de escolas estaduais, de 41 em 2013 para 34 em 2019, redução de aproximadamente 17%, quer dizer, 7 escolas da rede estadual eu deixaram de ofertar o Ensino Fundamental; sobre o número de matrículas na rede privada caiu de 27.324 para 24.592, um decréscimo de aproximadamente 10%, ou 2.732 matrículas a menos, já a rede estadual foi de 13.405 em 2013 para 8.767 matrículas em 2019, uma diminuição de aproximadamente 35% no período, que significa 4.638 matrículas a menos.

A rede municipal, ao contrário, registrou o acréscimo de 6 escolas, de 46 em 2013 para 52 em 2019, um aumento de aproximadamente 13%, e do número de matrículas, saindo de 19.053 para 19.812, um acréscimo de 759 matrículas, o que representa aproximadamente 4% a mais de matrículas no período. Porém, o aumento da rede e da oferta de vagas aparentemente está aquém da demanda de vagas fechadas na rede privada e principalmente na rede estadual.

A partir dos dados analisados acima, aparentemente no período entre 2013 e 2019 a rede municipal absorveu a demanda de vagas da Educação Infantil da rede privada, diferente do que aconteceu entre 2002 e 2008, em que o município não absorveu a diminuição abrupta de vagas na rede estadual e ainda parte destas vagas foram absorvidas pela rede privada.

Em relação ao Ensino Fundamental, ao somar os números de matrículas reduzidas nas duas redes em todo o Ensino Fundamental, 7.370, e diminuir com o número de matrículas criadas entre 2013 e 2019, 759, temos 6.620 crianças e adolescentes a menos em alguma escola niteroiense no período, logo a expansão de matrículas de Ensino Fundamental na rede municipal absorveu somente 10%, aproximadamente, do decréscimo de matrículas no período. Na comparação somente com a rede estadual, diante das 4.638 matrículas a menos no período, o município supriu somente 16%, aproximadamente, das matrículas encerradas na rede estadual, o que significou uma perda de 3.879 matrículas oferecidas pelo estado do Rio de Janeiro ou pelo município de Niterói.

Apesar das análises feitas acima, se faz necessário esmiuçar e delimitar mais os dados da oferta educacional e da garantia à educação no município, com foco nos

anos iniciais do Ensino Fundamental, que vai do 1º aos 5º anos de escolaridade, ou do 1º aos 2º ciclos⁴⁴ na rede municipal de Niterói, por ser esta etapa ofertada pela escola que constitui esta pesquisa. Também são necessários os dados da oferta de pré-escola, e anos finais do Ensino Fundamental, que vai do 6º aos 9º anos de escolaridade, ou 3º e 4º ciclos, por ser estas etapas a anterior e a posterior, respectivamente, da etapa de ensino ofertada pela escola pesquisada.

O recorte de tempo dos dados apresentados está entre 2009, por ser o ano posterior a delimitação escolhida por Arosa (2011), e 2021, último ano disponível no Censo da Educação Básica. Os dados da etapa da pré-escola abarcam somente a rede municipal e a rede privada, pois a rede estadual deixou de atender a esta etapa a partir de 2009; também são levantados os dados referentes aos convênios entre o poder público (municipal, estadual, municipal com estadual) e a rede privada nas etapas de ensino delimitadas; além da já declarada exclusão da rede federal nos dados, pela irrisória influência na oferta e no direito à educação na cidade.

Tabela 5 - Série histórica (2009-2021) de matrículas e escolas com a etapa de pré-escola em Niterói.

Ano	Municipal		Privada	
	Matrículas	Escolas	Matrículas	Escolas
2009	3.948	40	7.784	157
2010	3.685	43	7.749	149
2011	3.739	45	7.268	136
2012	3.685	47	7.973	160
2013	3.545	48	7.948	164
2014	3.894	53	7.435	158
2015	3.936	57	6.768	151
2016	4.001	55	6.056	136
2017	4.280	55	6.091	134
2018	4.208	55	6.231	137
2019	4.243	55	6.120	131
2020	4.281	57	5.809	128
2021	4.744	57	5.260	135

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados do Inep.

⁴⁴ A rede municipal de Niterói adota os ciclos de escolaridade no Ensino Fundamental.

Tabela 6 - Série histórica (2009-2021) de matrículas e escolas privadas conveniadas com o Poder Público na etapa de pré-escola em Niterói.

Ano	Municipal		Estadual		Municipal e Estadual	
	Matrículas	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas	Escolas
2009	2.264	35	844	8	222	5
2010	2.119	33	735	9	329	8
2011	1.765	29	716	9	300	7
2012	2.173	38	504	11	803	11
2013	2.251	37	480	10	820	14
2014	1.887	33	0	0	948	17
2015	1.922	32	0	0	450	15
2016	1.498	31	0	0	252	7
2017	1.795	34	0	0	0	0
2018	1.934	34	0	0	0	0
2019	799	14	0	0	0	0
2020	638	12	0	0	0	0
2021	178	4	0	0	0	0

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados do Inep.

Tabela 7 - Série histórica (2009-2021) de matrículas e escolas com a etapa de anos iniciais do Ensino Fundamental em Niterói.

Ano	Municipal		Estadual		Privada	
	Matrículas	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas	Escolas
2009	13.625	42	7.185	34	14.497	130
2010	13.349	42	5.729	32	14.429	129
2011	13.849	43	3.608	28	14.023	121
2012	14.142	44	2.213	23	14.829	139
2013	14.405	43	996	15	15.055	146
2014	14.457	46	432	13	15.141	144
2015	14.751	48	116	6	14.978	140
2016	14.834	48	76	3	14.061	129
2017	15.120	47	78	3	14.031	124
2018	14.948	47	74	3	14.291	128
2019	14.995	47	61	3	13.870	126

2020	14.559	48	64	3	13.798	126
2021	15.565	48	52	2	13.407	128

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados do Inep.

Tabela 8 - Série histórica (2009-2021) de matrículas e escolas privadas conveniadas com o Poder Público na etapa dos anos iniciais do Ensino Fundamental em Niterói.

Ano	Municipal		Estadual		Municipal e Estadual	
	Matrículas	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas	Escolas
2009	201	5	3.366	12	1.632	2
2010	27	2	3.076	13	1.594	3
2011	191	3	2.656	13	1.791	3
2012	78	3	2.308	15	3.008	7
2013	13	2	2.796	18	3.044	8
2014	7	2	0	0	3.386	10
2015	1.135	6	0	0	2.228	6
2016	1.336	9	84	1	1.563	2
2017	2.256	12	0	0	0	0
2018	2.464	12	0	0	0	0
2019	0	0	0	0	0	0
2020	0	0	0	0	0	0
2021	0	0	0	0	0	0

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados do Inep.

Tabela 9 - Série histórica (2009-2021) de matrículas e escolas com a etapa de anos finais do Ensino Fundamental em Niterói.

Ano	Municipal		Estadual		Privada	
	Matrículas	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas	Escolas
2009	4.871	12	14.458	35	11.216	64
2010	4.598	12	14.113	36	12.116	71
2011	4.544	12	13.039	36	13.398	74
2012	4.659	12	12.628	36	12.596	77
2013	4.648	13	12.409	36	12.269	77
2014	4.544	14	11.453	36	11.880	75
2015	4.410	13	10.196	35	11.614	73
2016	4.502	13	9.466	34	10.794	71

2017	5.037	13	7.750	34	10.834	74
2018	4.920	12	8.070	32	11.068	75
2019	4.817	12	8.706	32	10.722	75
2020	4.480	12	9.131	31	10.338	71
2021	5.078	12	8.417	30	10.337	74

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados do Inep.

Tabela 10 - Série histórica (2009-2021) de matrículas e escolas privadas conveniadas com o Poder Público na etapa dos anos finais do Ensino Fundamental em Niterói.

Ano	Municipal		Estadual		Municipal e Estadual	
	Matrículas	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas	Escolas
2009	0	0	3.158	7	1.566	2
2010	0	0	3.529	9	1.597	3
2011	64	1	2.756	9	2.129	3
2012	40	1	2.461	10	3.301	7
2013	696	1	2.052	10	3.006	8
2014	564	1	0	0	2.906	10
2015	1.534	5	0	0	1.819	6
2016	1.611	7	0	0	1.312	2
2017	2.816	9	0	0	0	0
2018	2.725	9	0	0	0	0
2019	0	0	0	0	0	0
2020	0	0	0	0	0	0
2021	0	0	0	0	0	0

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados do Inep.

Em relação à oferta de vagas na pré-escola, é notório o aumento da participação da rede municipal ao longo do período analisado, mais acentuadamente partir do ano de 2013, quando foi lançado o Programa Mais Infância⁴⁵, que impulsionou o aumento do número de matrículas e de escolas na Educação Infantil.

⁴⁵ “O Programa Mais Infância, lançado em março de 2013, tem como objetivo declarado assegurar uma política de efetiva garantia de direitos para a infância no município, com base nos princípios da qualidade pedagógica, da inclusão social e da formação cidadã, tendo como meta a expansão em 75% das Unidades Municipais de Educação Infantil, por meio de novas construções e estatizações de Creches Comunitárias conveniadas à prefeitura, além da estruturação e qualificação da Rede já existente. O Programa surge devido à demanda histórica por vagas na Educação Infantil, integrando

Em 2009 a rede municipal detinha 34% do total de 11.732 matrículas na pré-escola, em 2021 a proporção passa para 47,4% do total de 10.004 matrículas de pré-escola no município, saindo de 3.984, matrículas em 2009 para 4.744 em 2021, com 17 unidades escolares a mais entre 2009 e 2021. Em contrapartida a rede privada diminuiu tanto em relação ao número de matrículas, quanto de escolas.

No período analisado, a oferta de vagas na pré-escola por meio de convênios com o poder público teve seu ápice entre 2009 e 2013, com maior peso da participação do município, com decréscimo a partir de 2014. Porém, há indícios de déficit de vagas na Educação Infantil, apesar do registro somente 178 matrículas em 4 escolas privadas conveniadas na pré-escola, se incluíssemos também a creche no recorte de dados, teríamos um número maior de creches conveniadas, pois há 20 creches comunitárias que fazem parte do Programa Criança na Creche, além da execução do Programa Escola Parceira⁴⁶ neste ano.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental houve aumento do número de matrículas na rede municipal, de 13.625 em 2009 para 15.565 em 2021 e diminuição do número de matrículas na rede privada, de 14.497 em 2009 para 13.407 em 2021, com o ápice de matrículas na rede privada nos anos de 2013 e 2014 e posterior queda em praticamente todos os anos seguintes. Com o processo de municipalização, o número de matrículas na rede estadual caiu ao longo da série, com destaque para a queda abrupta entre os anos de 2012 e 2013, de 2.213 para 996 matrículas.

Apesar do aumento da proporção de matrículas da rede municipal nos anos iniciais, de 38,6% em 2009 para 53,6% do total de matrículas da cidade em 2021, se somarmos as matrículas das redes públicas (municipal e estadual) e compararmos com a rede privada, detectamos um aumento proporcional desta no total de matrículas efetuadas em 2021, apesar da sua redução quantitativa, de 41,1% em 2009 para 46,2% do total de matrículas dos anos iniciais estarem na rede privada.

Outro ponto importante é o número de escolas: enquanto a rede municipal aumentou o número de escolas no período, de 42 em 2009 para 48 em 2021, a rede

os esforços do governo municipal para auxiliar na erradicação da pobreza” (MOREIRA; DALUZ; RODRIGUES, 2016, p.3).

⁴⁶ “Através do Plano Niterói 450 anos, estamos investindo na expansão da rede para suprir o déficit de vagas, que aumentou em razão da pandemia do novo coronavírus, e ofertar uma educação pública de qualidade e acessível. Como obras têm um prazo maior de execução, o Programa Escola Parceira funciona como uma solução a curto prazo para minimizar a falta de vagas e atender às crianças que não foram contempladas”. Declaração do atual secretário de Educação e presidente FME Bira Marques. Disponível em: <<https://www.educacao.niteroi.rj.gov.br/2023/02/10/prefeitura-de-niteroi-divulga-edital-de-adesao-ao-programa-escola-parceira/>>. Acesso em: 24 jul. 2023.

privada perdeu somente duas escolas, e a rede estadual diminuiu drasticamente, de 34 para 2 escolas em 2021. Além disso, a proporção de escolas chama a atenção: se em 2009, a rede municipal correspondia a 20,4% das escolas com anos iniciais de Niterói, em 2021 ela correspondeu a 27%, e mesmo com queda no número de matrículas, a rede privada apresentou um aumento proporcional do número de escolas na cidade, partindo de 63% do total de escolas para 72% do total de escolas.

Já nos anos finais do Ensino Fundamental, o número de matrículas na rede municipal foi irrisório, de 4.871 em 2009 para 5.087 em 2021, um acréscimo de somente 216 matrículas, provavelmente em decorrência da migração ocorrida na Escola Municipal Francisco Portugal Neves⁴⁷ e do aumento da relação aluno/turma nas outras escolas, pois a rede continua com 12 escolas que oferecem vagas nos anos finais do Ensino Fundamental⁴⁸, com o acréscimo somente uma escola com vagas nos anos finais na rede, a Escola Municipal Antineia Silveira Miranda, que foi municipalizada em 2014⁴⁹ e é a única escola de anos finais de EITI na rede municipal de Niterói, apesar do fechamento de turmas de 3º e 4º ciclos em outras unidades.

Ao analisar os dados da oferta educacional nos anos finais entre 2009 e 2021, notamos uma diminuição significativa no número total de matrículas desta etapa em Niterói, tendência observada também nas etapas anteriores, de 30.545 em 2009 para 23.832 matrículas em 2021, com uma queda considerável na rede estadual, de 14.458 em 2009 para 8.417 matrículas em 2021 e uma queda menos acentuada na rede privada, de 11.216 para 10.337 matrículas em 2021.

Porém, proporcionalmente, a rede privada aumentou a sua participação na oferta educacional desta etapa, comparados com as redes municipal e estadual, de 36,7% em 2009 para 43,4% do total de matrículas, o que significa uma diminuição do impacto das redes públicas no direito à educação nos anos finais do ensino fundamental, principalmente no irrisório aumento do número de vagas da rede municipal, além da diminuição acentuada de vagas na rede estadual. Porém, a rede estadual ainda tem um peso significativo na oferta pública de vagas nos anos finais.

⁴⁷ Ver nota 37.

⁴⁸ Houve flutuação em relação ao número de escolas, alguns anos com 13 ou 14, com anos finais porque algumas escolas que ofereciam turmas de anos finais encerram a oferta de vagas nesta etapa para oferecer somente vagas nos anos iniciais.

⁴⁹ Através do Decreto nº 11.159/2014. Disponível em: <
<https://leismunicipais.com.br/a/rj/n/niteroi/decreto/2014/1156/11559/decreto-n-11559-2014-o-ciep-447-antineia-silveira-miranda-localizado-na-rodovia-amaral-peixoto-km-02-caramujo-niteroi-fica-transformado-em-escola-municipal-antineia-silveira-miranda>>. Acesso em 24 jul. 2023.

Se compararmos a proporção de escolas dessa etapa de ensino na cidade, a rede municipal apresenta um peso pequeno, e que praticamente não mudou, de 10,3% em 2009 para 10,8% do total de escolas em 2021, ante a queda da proporção de escolas estaduais, 47,3% em 2009 para 25,9% em 2021.

Em relação aos convênios entre o poder público e a rede privada, entre 2009 e 2011, o governo estadual possuía a maior participação de oferta de matrículas junto a rede privada, com uma mudança gradativa para o município, primeiro com o incremento de convênios compartilhados entre município e o estado na rede privada, entre 2012 e 2016, e posterior término desse convênio, e maior participação do município somente a partir de 2015, até 2018 quando não há registros de convênios do poder público com escolas privadas, tendência muito parecida com o número de matrículas em escolas privadas conveniadas com o poder público nos anos finais.

De acordo com os dados levantados, na série histórica entre 2009 e 2021, houve uma diminuição do número total de matrículas nas três etapas delimitadas, com aumento numérico e proporcional mais acentuado nos anos finais e menos acentuado na pré-escola. Não é possível, e nem é o objetivo desta pesquisa, precisar as causas da queda de matrículas, pois é necessário comparar os dados demográficos e etários do município de 2010 e 2022 (ano em que foi realizado o Censo mais recente), ou se aumentou a retenção e evasão de estudantes nos anos finais, ou se há menos estudantes de outros municípios, mas é possível afirmar que o aumento da rede municipal não superou ainda o problema da demanda de vagas na cidade nas etapas que são de responsabilidade da administração municipal, com a manutenção do significativo peso da rede privada nas três etapas de ensino analisadas e da rede estadual nos anos finais, apesar do aumento da participação da rede municipal na oferta de vagas nos anos iniciais, mas que não absorveu tanto numericamente quanto proporcionalmente a cessão de vagas nos anos iniciais da rede estadual, o que mantém estruturalmente o quadro encontrado anteriormente na rede de que:

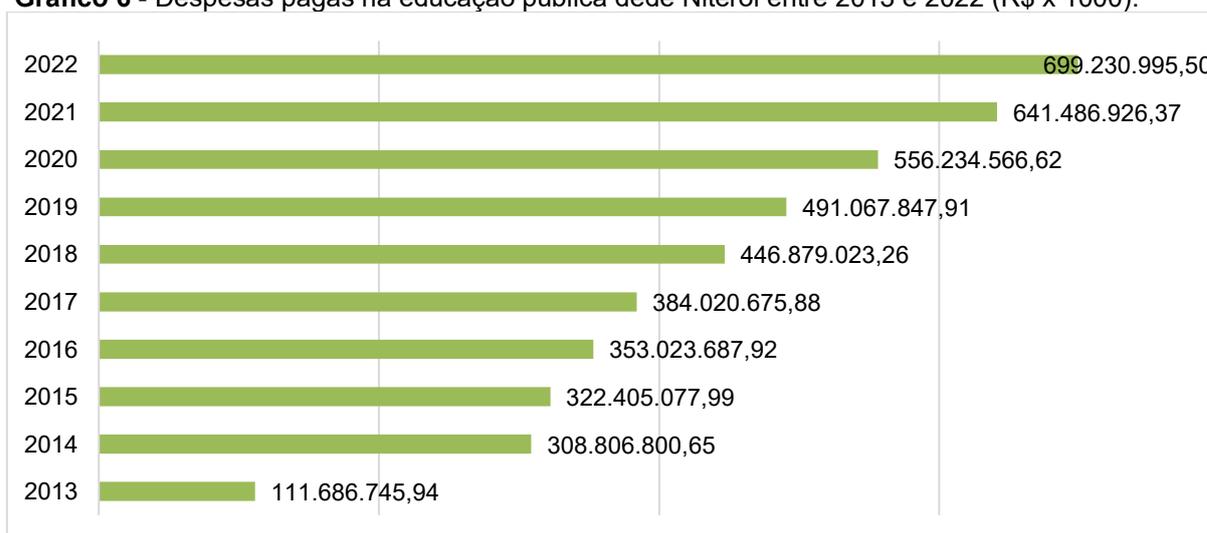
A prioridade a ser conferida a expansão da oferta de vagas aparece de modo tímido nos documentos oficiais que registram as intenções dos gestores da educação da cidade. Comparando com outras frentes de atuação da FME, a criação de novas vagas não ocupou lugar central na política educacional da cidade, se tomados os números como reveladores da política adotada (AROSA, 2011, p.5).

Eu penso que foram escolhas muito infelizes, que, e assim, eu entendo que Niterói tem um planejamento muito ruim de construção de escolas, um planejamento muito ruim mesmo. Que assim, qualquer pessoa, não precisa

nem ser gestor público, basta pensar na evolução de um grupo de pessoas que ingressam na escola na Educação Infantil. Essas crianças vão demandar, uma vez matriculadas na rede, ir mudando de escolas ao longo da sua trajetória escolar. Então se elas ingressam na Educação Infantil, depois de três, quatro, cinco anos, elas vão precisar ingressar no Ensino Fundamental, em escolas de anos iniciais. Depois elas vão precisar ir pros anos finais e aí Niterói ela não, eu penso que não tem planejamento mesmo. Eu falo isso mesmo da experiência que tive nos dois anos, que apesar de a gente fazer um planejamento, um estudo, esse estudo nunca era (sic) acatado. E eu acredito que assim permanece (Trecho extraído da Entrevista 1).

Para situar o montante de verbas direcionadas à educação pública municipal, apresentamos a seguir a Lei Orçamentária Anual (LOA), aprovada posteriormente, de 2022⁵⁰ foi prevista o montante total de despesas de R\$ 4.115.724.108,25, dos quais R\$ 616.672.690,07 foram alocados para a manutenção da Educação Básica da rede municipal, nos quais R\$ 610.812.819,17 foram destinados para a Fundação Municipal de Educação, responsável pela gestão dos recursos financeiros da educação municipal, e R\$ 5.859.870,90 para a Secretaria Municipal de Educação, responsável pela parte pedagógica e administrativa das unidades escolares da rede.

Gráfico 6 - Despesas pagas na educação pública de Niterói entre 2013 e 2022 (R\$ x 1000).



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados do Portal da Transparência de Niterói.

De acordo com os dados disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura de Niterói⁵¹, que estão expostos no gráfico acima, no ano de 2022 foram aplicados R\$

⁵⁰ Livro da Lei de Orçamento Anual de 2022. Disponível em: < http://www.portalplanejamento.niteroi.rj.gov.br/lei_orcamentaria_anual.php >. Acesso em 08. jun. 2023.

⁵¹ Disponível em: < https://transparencia.niteroi.rj.gov.br/api/main/consulta_dados >. Acesso em: 08 jun. 2023.

699.230.955,50 na educação municipal, dos quais R\$ 470.141.310,23 foram destinados aos vencimentos e vantagens físicas dos servidores municipais, ou seja aproximadamente 67% das despesas totais destinadas à educação municipal foram para as remunerações dos profissionais de educação da rede. Ao analisarmos os dados das despesas pagas entre 2013 e 2022, vemos um aumento significativo, principalmente entre 2013 e 2014, provavelmente em decorrência da implantação do Programa Mais Infância e da aprovação do Plano Unificado de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores da FME⁵² em 2013, sempre com uma tendência de crescimento das despesas

Ao longo desta seção abordamos brevemente os aspectos históricos e apresentamos dados relativos à oferta educacional em Niterói com foco na rede municipal, que somados com os aspectos geográficos, históricos, políticos e econômicos do município, e em específico da Região Oceânica e de Itaipu, nos fornece elementos analíticos relacionados à escola que é objeto desta pesquisa.

2.3. Dados da Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello: sua história, estrutura, funcionamento e indicadores.

A escola está situada na dentro da Associação de Moradores e Amigos da Lagoa de Itaipu - a AMOLI, na rua Alice Picanço, nº 21 – Itaipu. Anteriormente funcionava uma escola privada renomada na Região Oceânica, Escola Tia Tereza, sendo desapropriada através do Decreto 10.873 de 30 de dezembro de 2010⁵³. No

⁵² Lei nº 3.067, de 12 de dezembro de 2013. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/arj/n/niteroi/lei-ordinaria/2013/307/3067/lei-ordinaria-n-3067-2013-institui-o-novo-plano-unificado-de-cargos-carreira-e-vencimentos-dos-servidores-da-fundacao-municipal-de-educacao-de-niteroi>>. Acesso em: 25 jul. 2023.

⁵³ Na edição do Diário Oficial em que está este decreto, há mais 5 decretos de desapropriação de imóveis destinados à rede municipal de Niterói. A partir da análise desta edição do Diário Oficial e da pesquisa dos endereços dos imóveis objeto das desapropriações feitas pela internet e/ou *in loco*, temos os seguintes decretos: o de nº 10869/2010, referente a um imóvel na rua Cabo Geraldo Calderado, 319, em Santa Bárbara, destinado inicialmente para a implantação de uma unidade escolar municipal, porém o imóvel foi destinado a implantação do Centro de Oportunidades e Cidadania Digital em 2014; o de nº 10870/2010, referente a um imóvel na rua Timbiras, 409, em São Francisco, destinado inicialmente a implantação de uma UMEI, porém atualmente o imóvel é sede da Secretária Municipal de Esporte e Lazer; o de nº 10871/2010, referente a um imóvel na rua Itaguaí, 148, em Santa Rosa, destinado à implantação de uma UMEI, posteriormente inaugurada em dezembro de 2012 e batizada com o nome da ex-proprietária do imóvel, UMEI Hilka Araújo Peçanha; o de nº 10872/2010, referente a um imóvel na rua Marquês de Caxias, 307, no Centro, destinado inicialmente à implantação de uma UMEI, porém, atualmente, não há indício de utilização para fins de utilidade pública; o de nº 10874/2010, referente a um imóvel na avenida Doutor Acácio Torres, 141, em Piratininga; destinado inicialmente para a implantação de uma UMEI, mas não descobri qual é o imóvel correspondente ao endereço informado no decreto, pois há também no mesmo bairro outro logradouro, uma rua, com o

primeiro momento a previsão do município era construir naquele local uma Unidade de Educação Infantil, mas através de uma corrigenda⁵⁴ do prefeito da época, Jorge Roberto Silveira, publicada em Diário Oficial (DO) datada no dia 02 de julho de 2011, a finalidade do imóvel foi alterada, para a implantação de uma Unidade de Ensino Fundamental (NITERÓI, 2010, 2011).

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, a autorização para o funcionamento da escola foi sancionada por meio do Decreto nº 11.768/2014, publicado no DO municipal em 06 de novembro de 2014. Ela foi a 16ª escola inaugurada na 1ª gestão de Rodrigo Neves, no dia 25 de fevereiro de 2015, apesar do primeiro dia letivo ter sido dois dias antes. A escola foi batizada em homenagem ao professor da UFF Dario de Souza Castello, que faleceu em 2008, que era filiado ao PT, partido do Prefeito Rodrigo Neves na época, após uma visita na obra de sua construção. Há uma diversidade de espaços e equipamentos distribuídos:

No primeiro andar a escola conta com auditório com capacidade para 104 pessoas, pátio, refeitório, cozinha, sala da direção e secretaria, almoxarifado, sala de informática, laboratório de ciência, sala de arte depósitos e banheiros. O segundo andar possui dez salas de aula, biblioteca, sala de recursos, sala de articulação e banheiros. O terceiro andar abriga a quadra poliesportiva, um parquinho com grama sintética e vestiários masculino e feminino e para pessoas com necessidades especiais. Cabe ressaltar que todo o espaço escolar é acessível aos alunos com necessidades especiais.

O auditório e a biblioteca receberam nomes de poetas brasileiros - Clarice Lispector e Manoel de Barros, com vistas ao desejo de se fazer despertar nos alunos que passarem por esta escola o gosto pela leitura, pela escrita e por todas as formas de arte. O auditório conta com camarins, nos quais os alunos podem se arrumar para apresentar peças teatrais, musicais, entre outras atividades.

Da mesma forma, a quadra poliesportiva recebeu o nome de uma referência na comunidade, Dionisio Mendes Filho, morador da AMOLI, como forma de demarcar a importância da relação entre famílias, escola e comunidade local. A escola busca desenvolver também em seus alunos a preocupação para com o meio ambiente, a partir de seu próprio conceito - é uma escola

mesmo nome, onde há a UMEI Nina Rita Torres, a 15ª unidade escolar inaugurada na primeira gestão de Rodrigo Neves. Logo, não consegui identificar qual é o imóvel objeto da desapropriação porque há dois logradouros com o mesmo nome, no qual um, que é a avenida, era denominado como rua Doutor Domingos Araújo (houve muitas trocas de nomes de logradouros na Região Oceânica), além da numeração dos dois logradouros, a da Região Oceânica de modo geral, não seguir uma sequência numérica ordenada.

⁵⁴ Publicada nos Atos do Prefeito desta edição. Além desta há outra corrigenda relativa a outro imóvel desapropriado e destinada a implantação de uma unidade municipal de educação: o referente ao decreto 10948/2011, publicado no Diário Oficial do dia 08 de junho de 2011, que destinava inicialmente a implantação de uma UMEI em um imóvel desapropriado, localizado na rua Doutor Rubens Falcão, antiga denominada de rua 53, lote 10, quadra 115, em Itaipu. Através desta corrigenda, ficou estabelecida a implantação de uma unidade municipal de educação de ensino fundamental ao invés de uma UMEI neste endereço, porém não há qualquer indício de uso desse imóvel para utilidade pública, muito menos de uma unidade municipal de educação.

sustentável: possui aquecedor solar para os chuveiros dos vestiários da quadra, além de captação de águas pluviais que servem para lavar o pátio, aguar as plantas, entre outras funções (Trecho extraído do Projeto Político-Pedagógico da escola, 2015).

No seu PPP também estão descritos dados sobre os materiais disponíveis no ano de sua inauguração: como a alocação de grande parte dos recursos financeiros diretamente geridos pela gestão da escola para a aquisição de materiais de limpeza e de papelaria, em contrapartida havia a carência de jogos de alfabetização, jogos matemáticos, materiais para a sala de recursos, sala de leitura, entre outros, e principalmente havia falta de recursos didáticos a serem utilizados pelos professores em sala de aula, tanto nas atividades diárias, quanto nos reagrupamentos; além da carência de equipamentos audiovisuais tanto para os professores usarem em sala de aula quanto para o auditório. Estes materiais foram adquiridos ao longo do tempo, mas é notório que a carência de recursos na época de sua inauguração evidencia um caráter de urgência na abertura da escola.

Em 2019, segundo os dados do Censo Escolar sistematizados pelo Inep havia 502 alunos, em 20 turmas, 23 docentes e 9 auxiliares docentes no atendimento aos alunos dos anos iniciais (1º ao 5º ano) do ensino fundamental. No ano de sua inauguração, a escola tinha metade do número de estudantes e turmas, 253 alunos matriculados, distribuídos em 10 turmas, organizada em:

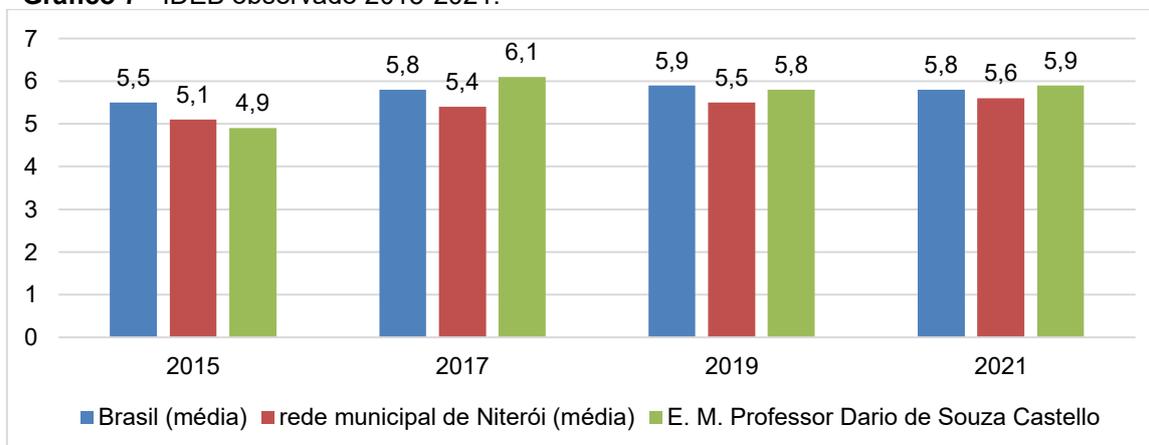
4 grupos de 1º ano de escolaridade, 1 grupo de 2º ano de escolaridade, 2 grupos de 3º ano de escolaridade, 1 grupo de 4º ano de escolaridade e 2 grupos de 5º ano de escolaridade. Na regência dos GR temos 5 professores concursados, 1 em dupla regência e 4 contratados, 2 professoras de ed. física contratadas, 1 professora de língua inglesa contratada com aditivo de contrato e 1 professora de arte concursada. Contamos ainda com 4 professoras de apoio especializado, 1 professora da sala de recursos, 1 professora articuladora, 1 agente administrativo, 3 merendeiras, 4 servidoras da CLIN⁵⁵ e 1 merendeira readaptada, que auxilia na coordenação do 1º turno. Cabe ressaltar que a escola possui três andares, além de um amplo espaço que pertence ao auditório, que nos faz necessitar de um número maior de funcionários. Falta-nos agentes de coordenação e de portaria, além de mais 1 merendeira e 2 servidores da CLIN (Trecho extraído do Projeto Político-Pedagógico da escola, 2015).

A avaliação da escola desde a sua inauguração, de acordo com o IDEB observado, de modo geral foi regular e levemente acima das médias dos índices das escolas municipais e do conjunto das escolas brasileiras, exceto em 2015, ano de

⁵⁵ Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói (CLIN).

inauguração da escola, com o índice de 4,9, abaixo da rede municipal (5,1) e da média nacional (5,5), e em 2019 quando o seu índice (5,8) foi acima da média das escolas municipais (5,5) e um décimo abaixo da média nacional (5,9)⁵⁶.

Gráfico 7 - IDEB observado 2015-2021.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Inep.

Ao observarmos os dados percebemos que, pelo menos no período analisado, em 2017 a escola alcançou o seu melhor índice (6,1), e em 2021 a escola teve um índice um décimo acima da média nacional (sem desconsiderar as observações feitas na nota 51). E a média da rede municipal de Niterói foi sempre abaixo da média nacional.

⁵⁶ De acordo com a Nota Informativa do IDEB 2021, os resultados daquele ano precisam ser avaliados com cautela em decorrência da pandemia de Covid-19, por causa da suspensão do ano letivo para atender as medidas sanitárias para o enfrentamento da pandemia em boa parte de 2020, que posteriormente foi adotado o ensino remoto em grande parte das escolas brasileiras. Em 2021, grande parte das escolas adotaram o modelo híbrido, com aulas presenciais e remotas. Em decorrência das dificuldades dos estudantes em acompanharem as atividades remotas, seja pela falta de acesso à recursos tecnológicos, ou por outros motivos que influenciaram negativamente a aprendizagem, no processo de reordenamento curricular orientado pela Resolução CNE/CP nº 2/2021 foi detectado, como uma das consequências das diretrizes adotadas, a alteração dos critérios de aprovação, pelas redes de ensino que gerou o aumento considerável dos níveis da aprovação. Também destaco que no IDEB de 2021 houve um número significativo de escolas municipais de Niterói que não tiveram IDEB calculado por não apresentarem alguma das condições necessárias, dentre elas por não terem no mínimo 10 estudantes aptos para realizarem o Sistema Nacional de Avaliação Básica (SAEB), o que vai ao encontro do processo gradual de adoção do ensino híbrido na rede municipal. A Dario Castello foi uma das primeiras escolas a adotarem o ensino híbrido, em julho de 2021, primeiramente com turmas de 5º ano. Sobre a Nota Informativa do IDEB 2021.

Disponível em: <

https://download.inep.gov.br/educacao_basica/porta_l_ideb/planilhas_para_download/2021/nota_informativa_ideb_2021.pdf > Acesso em: 29 mar. 2023.

2.4. O desenvolvimento do programa de EITI na rede municipal de Niterói no período entre 2013 e os dias atuais: dilemas e limites.

As políticas educacionais voltadas à EITI na rede municipal de Niterói antes de 2013 foram experiências isoladas e/ou pouco articuladas. De acordo com Monteiro (2023), no Relatório da Comissão Especial Dácio Lôbo Jr: Educação Integral no Ensino Fundamental (2013) há relatos de implantação do tempo integral em duas escolas entre 1981 e 1983, na Escola Municipal Ernani Moreira Franco⁵⁷ e na Escola Municipal Infante Dom Henrique⁵⁸, mas tais experiências não tiveram qualquer tipo de regulamentação por parte da administração municipal, por isso os registros só foram possíveis por causa dos termos de visita de uma profissional⁵⁹ que acompanhou estas escolas no período e pelos relatos de duas professoras⁶⁰ trazidas no relatório.

Nesses relatos foram abordados que: a vulnerabilidade social dos estudantes foi o critério principal para a escolha de quem foi contemplado pelo atendimento em tempo integral; o regime de funcionamento dessas escolas foi de 8h às 17h, porém os professores não trabalhavam com dedicação exclusiva nelas, e sim em grupos, onde os professores do 1º turno aplicavam os conteúdos de todos os componentes curriculares, e os do 2º turno reforçavam os conteúdos propostos no turno anterior; não havia atividades curriculares diversificadas, como Educação Física e Artes, por isso os estudantes ficavam em sala de aula durante todo o período, o que acarretou em graves problemas disciplinares; houve problemas no fornecimento da alimentação escolar; o apontamentos das relatoras foi que o atendimento das escolas em tempo integral não se converteu em níveis satisfatórios de aprendizagem dos estudantes; apesar do recebimento de materiais esportivos no começo de 1983, não houve registro de alocação de qualquer professor(a) de educação física. Mesmo com as expectativas por parte das comunidades escolares das duas escolas, no final de 1983 o atendimento em tempo integral nas foi encerrado.

Apenas em 2010 que a prefeitura de Niterói pôs em marcos legais uma política de EITI, com a criação do Programa Educação Integral⁶¹. O decreto de criação desse

⁵⁷ Localizada no bairro do Fonseca, administrativamente ela faz parte do Polo 2.

⁵⁸ Atualmente denominada Escola Municipal Professora Maria Felisberta Baptista da Trindade, localizada no bairro da Engenhoca, administrativamente ela faz parte do Polo 5.

⁵⁹ Vânia Gomes de Souza.

⁶⁰ Mariza de Oliveira Marques e Neli dos Santos Pereira.

⁶¹ Decreto nº 10.833, publicado em 10 de novembro de 2010, que criou o Programa de Educação Integral para as Unidades de Educação da Rede Pública Municipal de ensino e deu outras

programa foi calcado pela concepção de EITI da Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR) e de cidade educadora adotada pelo município, que tem como pilares a intersetorialidade e a educação permanente, indo ao encontro de uma consulta realizada pela FUNDAR com os diretores das unidades escolares de ensino fundamental sobre o interesse na ampliação da jornada escolar.

A SME e a FME foram designadas para garantir o objetivo anunciado no Artigo 1º de ampliar o tempo, espaço e oportunidades escolares para os estudantes do ensino fundamental, porém a criação de normas, diretrizes sobre o seu funcionamento e organização e execução ficaram a cargo do presidente da FME, além do fornecimento de infraestrutura de apoio pela FME para a execução do programa, articulado com as esferas federal, estadual e comunitária com a previsão de alcance de 30% da implantação do programa nas unidades escolares de ensino fundamental em 2011 e a totalidade das unidades em 2012.

Segundo Pustiglione (2014), dois anos antes da criação do programa houve a implantação de um projeto em caráter experimental de ampliação da jornada escolar em contraturno em uma unidade escolar, a Escola Municipal Maestro Villa-Lobos⁶², que possuía condições favoráveis a esta iniciativa por ser vizinha a um Centro Social Urbano. A implantação, o desenvolvimento e o alcance do programa no seu contexto da prática com as seguintes condições:

O atraso para o início do projeto (outubro de 2009) certamente foi responsável pelo atraso em tê-lo como um projeto amplo que atendesse o conjunto da rede municipal, que viria a ocorrer apenas em meados de abril/maio de 2011 com sua transformação em programa e, ainda assim, para muito menos que o conjunto da rede e com menos atividades do que as que estavam previstas no escopo do programa – as aulas de natação, por exemplo, não ocorreram em nenhum dos polos.

Para além das questões cronológicas, que determinaram, sem dúvida, alguns problemas observados, havia um rol de diversos elementos concorrentes para uma boa execução do programa por parte da FME que se encaixam no que situamos no início deste item: o aluguel de clubes, a contratação de pessoal sob regimes diferenciados daquele praticado com os profissionais efetivos da rede, bem como a pouca presença destes últimos, a logística de transporte e alimentação dos alunos fora do espaço escolar, a relação entre os polos (clubes) do programa e as escolas atendidas, entre outras.

Portanto, apesar de o Programa Educação Integral ser uma iniciativa que já tinha outros precedentes e exemplos vindos de outros municípios, estados e até do governo federal (Segundo Tempo, Mais Educação), ainda assim ele nos dá demonstrações de que construiu-se uma relação íntima entre o poder

providências. Disponível em: <

http://pgm.niteroi.rj.gov.br/legislacao_pmn/2010/DECRETOS/10833_Programa_de_Educacao_Integral_Criacao_Rede_Municipal.pdf >. Acesso em 09 ago. 2023.

⁶² Localizada na Ilha da Conceição, administrativamente ela faz parte do Polo 1.

público e o setor privado no tocante às políticas educacionais na cidade de Niterói; de que, apesar da rede escolar ser pequena, a estrutura existente não consegue cobrir as necessidades de alguns projetos (PUSTIGLIONE, 2014, p.108-109).

O Programa Educação Integral notoriamente realizou as suas atividades em espaços externos às unidades escolares e com profissionais que não constituíam os quadros da FME, em consonância com o seu preceito de intersectorialidade, na mesma época que estava em curso o Programa Mais Educação. O formato de funcionamento do Programa Educação Integral inclusive se assemelha ao Mais Educação, na medida que as suas atividades não estiveram articuladas às dinâmicas curriculares das unidades escolares e por não induzir para as unidades escolares intervenções arquitetônicas para a sua execução.

Também não houve qualquer formulação de princípios e ações pedagógicas de EITI por parte da FME e/ou da SME, através da formulação de documentos que referenciassem a implantação do programa. Além dos pontos expostos acima, é notório que o Programa Educação Integral não alcançou as suas metas e durou pouco tempo, até 2012, tendo um alcance tão pequeno que não foi possível achar registros ou documentos que esmiuçassem os seus impactos nas escolas.

Mas foi somente a partir de 2013 que aconteceu de fato a formulação e estruturação de uma política de EITI na rede municipal de Niterói. Segundo Monteiro (2023), o candidato vencedor do pleito para a prefeitura em 2012, Rodrigo Neves, teve como uma das plataformas do seu programa eleitoral a EITI.

Em consonância com o programa de governo, o secretário de educação da época, Waldeck Carneiro⁶³, anunciou publicamente a intenção de: “(...) adotar o sistema de tempo integral em todas as escolas do ensino fundamental (...)” (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI, 2014, p.1) e instalar a “(...)

⁶³ Graduado em Biblioteconomia e Documentação pela UFF, Mestre em Educação pela UFF e Doutor em Ciências da Educação pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Sorbonne (Universidade Paris V). É professor da Faculdade de Educação da UFF desde 1990. Dentre outros cargos, foi Secretário Municipal de Educação de Niterói-RJ (2005-2008), Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Niterói-RJ (2013-2014), Presidente do Conselho Municipal de Educação de Niterói (2005-2008 e 2013-2014) e Presidente do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia de Niterói (2013-2014). Exerceu três mandatos de vereador no município de Niterói (entre 2005 e 2014) e dois mandatos de deputado estadual no Rio de Janeiro (2015-2022). É Assessor Especial para Assuntos Federativos e Parlamentares da Universidade Federal Fluminense (desde 2023). Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4784115E9>>. Acesso em: 12 ago. 2023. Apesar de não ter citado em sua descrição no Currículo Lattes, ele foi presidente da FME entre 2005 e 2008, concomitantemente ao cargo de secretário de educação (vide nota 24).

Comissão Especial ‘Professor Dácio Tavares Lôbo Júnior’⁶⁴, com a finalidade de elaborar a proposta pedagógica do Ensino Fundamental em tempo integral na rede municipal de Educação de Niterói” (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI, 2013, p.1). Assim:

A Comissão ela começou o trabalho em 2013, então assim a gente tinha acabado de assumir a Secretaria de Educação e uma das tarefas que o Waldeck, que era secretário na época, nos deu foi de pensar o ensino fundamental em tempo integral porque a rede em educação infantil já é praticamente toda, já era, e ainda é, eu acho que são só duas ou três UMEIs que não tem educação integral e já era assim, então a educação infantil já era praticamente em tempo integral e a ideia era que todas as escolas de ensino fundamental que fossem inauguradas a partir dali já fossem escolas de ensino fundamental em tempo integral (Trecho extraído da Entrevista 1).

A Comissão Especial foi criada no dia 16 de fevereiro de 2013, através da Portaria 01/SME/2013, publicada em Diário Oficial⁶⁵. Foi formada por oito componentes de diferentes setores da SME/FME e de diretores de duas escolas municipais de ensino fundamental, além de uma representante do SEPE – Niterói.

O prazo determinado pela portaria para a comissão apresentar a proposta foi de 120 dias, prorrogáveis por mais 60, a partir da publicação em DO, onde na primeira reunião da Comissão, no dia 08 de março de 2013, foi estabelecido a periodicidade, reuniões quinzenais, e a agenda para a construção do documento, 18 encontros até julho, inclusa a reunião de abertura da comissão.

E assim foi, essa comissão levou um ano trabalhando, ela foi instituída dia 16 de fevereiro de 2013, [...] e a gente trabalhou aquele ano inteiro, inteiro, e a ideia era justamente essa, tanto que as escolas que marcaram esse período, as três escolas, tem uma linha do tempo, todas tem numa das paredes da reinauguração, tem uma linha do tempo da educação integral no Brasil, que foi um pouco pra marcar a história da comissão, de como a comissão foi estudando e resgata essa história pra trazer pra Niterói (Trecho extraído da Entrevista 1).

O principal critério de escolha dos componentes da comissão foi o de proximidade com o tema da EITI, seja por terem trabalhado em CIEPs, tanto no 1º

⁶⁴ Dácio Tavares Lobo Jr, sociólogo de formação, foi professor da UFF e produziu pesquisas no campo da teoria sociológica, produções simbólicas, representações sociais e escola pública, além do tema da educação integral, com destaque para a sua pesquisa sobre os Cieps quando cursou o Mestrado em Educação na UFF, que resultou na dissertação intitulada “Ciep: a impotência de um desejo pedagógico”, sob a orientação da professora Célia Linhares, defendida em 1988 (MONTEIRO, 2023).

⁶⁵ Disponível em: < http://www.niteroi.rj.gov.br/wp-content/uploads/do/2013/02_Fev/16.pdf >. Acesso em: 12 ago 2023.

quanto no 2º Programa Especial de Educação (PEE), ou por terem atuado em um projeto pioneiro de tempo integral em uma escola privada em Niterói⁶⁶, ou por aqueles que possuíam interesse acadêmico pela temática:

Na época a gente tinha o Programa Mais Educação acontecendo no município e o Programa Escola Aberta, e uma escola que tinha destaque nesses programas, uma pessoa que acompanhava há muito tempo era a Célia, Maria Célia, na Escola Ernani Moreira Franco, era uma das pioneiras do Escola Aberta no município, nós chamamos a Maria Célia também pra ir discutir conosco, então foi um grupo pensado a partir de pessoas que tinham experiências distintas na educação integral, não necessariamente em tempo integral, mas com experiências de ampliação de jornada também, que é o caso da Escola Aberta e do Mais Educação. O Nelson foi chamado porque tinha experiência em educação privada, ela trabalhou em Ciep também como professor da rede pública e tinha experiência no Centro Educacional de Niterói, então chamamos o Nelson. Então a ideia era compor com pessoas que tinham acúmulo nessa área. A Glória Anselmo também fazia parte da comissão, tinha experiência em Ciep. Então a ideia era que esse grupo se dedicasse a estudar a partir das suas experiências, a partir da bibliografia disponível e a partir da realidade de Niterói, daí a necessidade da gente trazer a experiência do Demenciano, a experiência do Mais Educação no município, da Escola Aberta no município e dessa escola que tava se constituindo naquele momento. E aí eu lembro que um dos primeiros passos foi pensar essa comissão, e num Fórum de Diretores, eu acho que, não me lembro se foi no anterior à instituição da comissão, ou se foi perto disso no mês anterior, quando o secretário anuncia isso pras diretoras, algumas diretoras já se mostraram interessadas em participar do processo, foi o caso da diretora do Elvira Lúcia, que é uma escola, acho que ali é Jardim Icarai, não sei, que era uma escola de Educação Infantil, 1º ciclo, que tinha interesse também de migrar, e aí ela foi compor também a comissão, não sei se ela chegou a entrar na comissão especificamente, no nome no Diário Oficial, mas ela acompanhou as reuniões em dado momento. (Trecho extraído da Entrevista 1).

Fica explícito que havia unidades escolares que funcionavam em tempo integral, mas focadas na vertente de alunos em tempo integral, de acordo com a definição de Cavaliere (2009), notadamente as escolas que aderiram ao Programa Mais Educação e/ou similares por iniciativa da administração municipal que estavam ou estiveram em curso na época, como o Programa de Educação Integral. O objetivo da comissão não era somente a implantação de escolas em tempo integral no ensino fundamental, mas também “de educação integral em tempo integral, que é importante reforçar essa lógica” (Trecho extraído da Entrevista 1).

Nas reuniões foram realizados estudos sobre o tema da EITI, sobre experiências anteriores, como os Cieps, experiências em curso, concepções de

⁶⁶ A escola em questão é o Centro Educacional de Niterói (CEN), criada pela Professora Myrthes Wenzel que desenvolveu e implantou uma experiência de educação integral nos anos 1960. Um dos professores e um ex-estudantes do CEN compuseram a Comissão Especial (MONTEIRO, 2023).

educação integral, legislação, entre outras questões referentes ao tema e/ou que fossem necessários para a implantação da política educacional de EITI no ensino fundamental, além de visitas a escolas com EITI de outras redes de ensino⁶⁷.

O documento foi entregue no tempo estabelecido, mas não foi publicado, apesar de ter servido como base para as três escolas de ensino fundamental que implantaram a EITI em 2014. Apesar dessas três unidades escolares terem, de uma certa maneira, adotado os pressupostos teórico-metodológicos que, segundo Monteiro (2023), se aproximaram de uma visão progressista e incluyente de educação, e da organização curricular e temporal indicados no Relatório Final da comissão, há algumas peculiaridades nos seus contextos de implantação da EITI:

Nesse sentido, a administração municipal, em seus primeiros passos rumo à materialização da política de educação integral no ensino fundamental, optou por cuidar de três iniciativas simultâneas. Em primeiro lugar, assegurar amplo apoio institucional à iniciativa que vinha sendo desenvolvida, desde antes de 2013, por conta própria, por uma unidade municipal de educação, a saber, a Escola Municipal Demenciano Antônio de Moura. Situada em área popular socialmente vulnerabilizada (Morro do Juca Branco), esta escola é oriunda da rede estadual do Rio de Janeiro e foi incorporada à rede municipal de Niterói, após truncado processo de municipalização, efetivado às pressas nos estertores do ano de 2008. Em segundo lugar, construir, em diálogo com a comunidade escolar (direção, profissionais da educação, alunos e famílias), o processo de conversão em escola de educação integral de uma unidade de educação municipal, qual seja, a Escola Municipal Elvira Lúcia Esteves de Vasconcelos, que funcionava em regime parcial. Localizada em área residencial de classe média, porém atendendo, em boa medida, crianças oriundas de área popular também socialmente vulnerável (Morro do Cavalão), a referida escola oferece escolarização apenas nos anos iniciais do ensino fundamental. Trata-se de antiga escola particular, que havia sido desapropriada pela prefeitura de Niterói, no governo anterior (2009-2012). Em terceiro lugar, a inauguração de uma nova unidade municipal de educação, Escola Municipal Anísio Teixeira, situada em área residencial de classe média, porém com atendimento expressivo a alunos oriundos de área popular também marcada por vulnerabilidades (Morro do Palácio). Desta feita, não se tratava de escola municipal já em funcionamento nem de escola municipal que se convertia do regime parcial para a educação integral. (CARNEIRO; MONTEIRO, 2020, p. 38631-38632).

De acordo com Monteiro (2023), apesar do Relatório Especial Professor Dácio Tavares Lôbo Jr não ter sido publicado, ele serviu como pilar para a implantação da EITI nestas três escolas, além de ainda cumprir um papel de referência histórica na EITI da rede municipal, em consonância com o relato abaixo:

⁶⁷ Ciep Glauber Rocha, localizado no bairro da Pavuna, na cidade do Rio de Janeiro, que obteve uma média no IDEB de 8,5 em 2011; a Escola Municipal Professora Catharina Cardoso da Silva, localizada na cidade de Cabo Frio/RJ; e a Escola Municipal Eurídice Ferreira de Melo (Dona Lindu), localizada na cidade de Palmas, no Tocantins (MONTEIRO, 2013).

[...] esse relatório da Comissão Dácio Tavares Lôbo Jr foi uma pesquisa que eles fizeram, esse grupo, essa comissão, pra implantar a proposta, implantar não, pra desenvolver a proposta de EITI no Ensino Fundamental da rede municipal. Então foi basilar, foi o primeiro, foi o germe, é uma coisa que ficou escrita porque existiram experiências anteriores lá da década de 90, 1990, de tempo integral, mas que não teve, não tem registro (Trecho extraído da Entrevista 3).

De acordo com relato citada acima, não foi objetivo da Comissão planejar e executar a política de EITI nas escolas de ensino fundamental, apesar da intenção explícita da adotar a EITI, naquele momento, nas escolas que fossem inauguradas após a finalização do Relatório da Comissão Dácio Tavares Lôbo Jr.

Tive acesso a uma versão preliminar do documento, porém não o anexei na pesquisa, pois ele não foi publicado e porque na pesquisa de Monteiro (2023) há citações retiradas do relatório, apesar de não constar nos anexos. Informalmente eu soube que não há uma versão final disponível na SME, o que é sintomático, pois apesar da importante referência para a implantação da EITI nas escolas de ensino fundamental da rede, é notório que houve um processo de esvaziamento do processo de desenvolvimento e produção do relatório formulado pela comissão, o que causa estranheza, no mínimo, em relação ao ocultamento desse documento:

Então acho que a partir do relatório da comissão vem essa proposta, essas três escolas são fruto desse relatório, dessa proposta da comissão e as que vieram depois não, essas outras que eu falei, que vieram na sequência (2019, 2022) já foi mesmo uma iniciativa da secretaria de dar continuidade de ampliar essa oferta de tempo integral no ensino fundamental, mas que não teve uma relação direta com o relatório da comissão, mas teve indireta, porque foi com base nas experiências das 3 escolas que já existiam antes, acho que é mais ou menos por aí (Trecho extraído da Entrevista 3).

Além do engavetamento e esquecimento do relatório da Comissão Dácio Tavares Jr, outro fato demonstra as fragilidades em torno desta política de EITI para a rede municipal. Após a conclusão dos trabalhos da comissão, uma instância administrativa foi criada especificamente para o acompanhamento aquelas três primeiras escolas onde foram implantadas a EITI, o que é inexistente atualmente:

[...] em 2014 foi criada uma coordenação de educação integral dentro da Diretoria de 1º e 2º ciclo, porque aí as coordenações viraram diretorias, então a gente tinha uma Diretoria de 1º de 2º ciclo, foi criada dentro dessa diretoria uma coordenação, a Camila Bacellar era coordenadora na época desse espaço, era ela somente, então ela acompanhava a rotina dela diária era acompanhar de perto as três escolas (Trecho extraído da Entrevista 1).

[...] eu não tenho uma coordenação específica, não existe, não existia também anteriormente, mesmo nos outros momentos há sempre alguém que assume, que acompanha porque faz parte, tanto da Diretoria de 1º e 2º ciclo, da Diretoria de Articulação Pedagógica, tá dentro dessas diretorias e a gente faz esse acompanhamento, mas não existe e ainda não existiu, antes, uma coordenação específica [...] (Trecho extraído da Entrevista 3).

A seguir apresentamos como aconteceu, dentro dos dados coletados na pesquisa, a implantação da EITI nas 4 escolas de ensino fundamental posteriores a aquelas três primeiras escolas e que não se referenciaram no Relatório da Comissão Dácio Tavares Lôbo Jr:

[...] a Escola Municipal Antineia de Silveira, que é uma escola de 6º ao 9º ano, de tempo integral é a única, foi posterior, bem posterior ao estudo da comissão, se não em engano em 2019, agora não me lembro bem, ela não fez parte do meu estudo, mas ela foi já, também é um Ciep que foi municipalizado já há muito tempo e ela funcionava antigamente em horário estendido, depois passou a tempo integral, de 6º ao 9º, fundamental 2; e mais duas escolas que surgiram em 2022, no ano passado, foram transformadas também, também não tem nada a ver com o estudo da comissão, foi num outro momento histórico e político também da cidade, que é Escola Municipal Maria Felisberta e a Escola Municipal Dom José Pereira Alves; e tem ainda a Escola Municipal Djalma Coutinho, que também foi num outro momento histórico, um pouquinho antes da pandemia, em 2019. Aí veio 2020, pandemia, as crianças em casa, então efetivamente ela começa mesmo em 2022 (Trecho extraído da Entrevista 3).

Não encontrei mais dados, notícias ou pesquisas sobre a implantação do tempo integral na Escola Municipal Djalma Coutinho de Oliveira⁶⁸, além da citação do ano de implantação do tempo integral relatado na Entrevista 3. Mas, sobre as outras escolas, existem mais dados.

No caso da Escola Municipal Dom José Pereira Alves⁶⁹, há alguns dados sobre a implantação do tempo integral, como a implantação do EITI ter partido de uma demanda da gestão dessa unidade escolar, expressa, por exemplo, no Plano de Gestão da Unidade Escolar para os anos de 2022 e 2023, onde:

Há um desejo latente por parte da comunidade escolar para que seja implantado o sistema de educação integral em nossa unidade, em atendimento às necessidades específicas de nosso alunado, cuja maioria se encontra em extrema vulnerabilidade social. Neste sentido, acreditamos que a Educação Integral contribuirá para o desenvolvimento dos alunos (as) em todas as suas dimensões, ou seja, ao desenvolvimento intelectual, físico,

⁶⁸ Escola situada no bairro do Fonseca, faz parte do Polo 2.

⁶⁹ Escola situada no bairro do Fonseca, mais precisamente na Vila Ipiranga, faz parte do Polo 2.

emocional, social e cultural (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2022, p. 8)⁷⁰.

O mote para a implantação da EITI na Dom José Pereira Alves está diretamente relacionado à vulnerabilidade social daquele território, com destaque para o fato dela estar situada em um território conflagrado pela violência. Estas condições, de acordo com um dos relatos, foram determinantes para a decisão do secretário de Educação daquele momento:

O Wu⁷¹, na época dele, ele fez o que: pegou escolas, tipo o Dom José, Dom José é uma escola que fica dentro da Vila Ipiranga, uma escola que tem poucos alunos, ele tem mais salas pra oferecer do que demanda de alunos, então todo ano sobravam salas vazias na escola, era uma escola do Estado, uma escola que tem salas muito grandes e tudo, e do dia pra noite ele resolveu que ia transformar o Dom José no horário integral.

[...] uma escola que era parcial, dentro da Vila Ipiranga, que é uma comunidade perigosa, que constantemente tem tiroteio, polícia entra toda hora, e aí não tinha muitos alunos porque quem ia querer botar seu filho dentro da comunidade que na hora que tivesse saindo da escola está tendo tiroteio? E aí era uma escola que sempre tinha salas vazias foi transformada em horário integral, mas com que estrutura? Não tem professor, não tem as aulas extras que precisariam ter, não tem funcionário na escola (de limpeza, de cozinha). Acabou que eles só ... ampliou o horário de estudo das crianças, mas não deu estrutura pra isso. Criança que fica de horário integral ela almoça e janta na escola. Então essa criança que fica de horário integral não tem essa coisa de que "ah não tem comida". Tem que ter, você está entendendo, tá o dia todo na escola. Não pode faltar, não tem merendeiro pra botar nessa escola, não tem pessoal de limpeza pra botar nessa escola, então hoje eu acho assim: antes de pensar em horário integral porque inevitavelmente quando você fala em horário integral, você também fala no horário integral, você tem que pensar quem serão os componentes dessa escola porque não adianta você fazer uma escola de horário integral e ficar funcionando de forma precária porque aí o tiro sai pela culatra, em vez de você ajudar essa criança você vai transformar um ambiente insalubre pra trabalhar. As pessoas vão ficar doentes porque você vai prender uma criança dentro de uma escola durante oito horas e a criança vai ficar saturada de ficar nessa escola durante oito horas, sem ter nada de diferencial pra oferecer pra essa criança. Então é isso (Trechos extraídos da Entrevista 2).

⁷⁰ O documento está armazenado em uma pasta da SME hospedado no Google Drive.

⁷¹ Vinícius Gomes Wu. Doutorando em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestre em Comunicação Social pela PUC-Rio. Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Idealizador do Gabinete Digital, uma das mais importantes experiências de governo aberto desenvolvidas no Brasil, vencedora de quatro prêmios nacionais de excelência em gestão pública e três internacionais, incluindo o prêmio Bank Beneficiary Feedback Awards, concedido pelo Banco Mundial/Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o prêmio ao serviço público concedido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Desde 2006 atua nas áreas de Gestão e Administração Pública, dentre elas foi Secretário Municipal de Educação de Niterói entre 2021 e 2022. Disponível em: < <http://lattes.cnpq.br/0134487767464034> >. Acesso em: 19 set. 2023.

Já a Escola Municipal Professora Maria Felisberta Baptista da Trindade⁷² teve o mesmo contexto de implantação do tempo integral na Dom José Pereira Alves, porém não encontrei mais dados acerca da implantação do tempo integral nesta unidade escolar, apesar de ela ter uma experiência pregressa da predominância da vertente de escola de tempo integral, categorização de Cavaliere (2009), no ensino fundamental da rede municipal antes de 2013.

A única escola de ensino fundamental de 6º ao 9º anos de escolaridade de tempo integral da rede municipal de educação, a Escola Municipal Antineia Silveira Miranda surgiu após a municipalização de um CIEP homônimo em 2014⁷³. Segundo Fontenelle e Bragança (2021), antes de ser municipalizada, a escola ofertava turmas dos anos iniciais do ensino fundamental, com o horário de funcionamento entre 8h e 14h, porém como consequência do desmantelamento do programa dos Cieps, a relação entre a comunidade e a escola se desgastou, o que resultou na deterioração do prédio, com a diminuição gradativa no número de turmas, matrículas e profissionais de educação, e conseqüentemente verbas, inclusive quando ela foi municipalizada havia somente 45 matrículas.

Inicialmente, após a sua municipalização, a gestão da unidade escolar foi compartilhada entre a Secretária de Estado de Educação (SEEDUC) e a prefeitura, e somente após três meses a gestão ficou exclusivamente para a FME/SME, em que:

Durante o processo de municipalização, ocorreram reuniões entre a SME/FME e SEEDUC, entre a FME/SME com representantes da comunidade do Caramujo para que fossem estabelecidas as bases para o funcionamento da escola. Entre outros pedidos, a comunidade solicitou às autoridades municipais presentes, a permanência da jornada ampliada (FONTENELLE; BRAGANÇA, 2021, p. 675).

Sobre o processo de implantação do tempo integral da escola:

[...] foi mais ou menos esse contexto, aí eu lembro que também em 2014 uma coisa não esperada e que esses estudos todos que falam de educação integral no município de Niterói não aborda aparece numa escola no Caramujo em tempo estendido dos anos finais do ensino fundamental, que isso não foi estudado, eu lembro que na comissão a gente até fala numa possível ampliação pros anos finais, mas a gente não chegou a tocar nessa

⁷² Vide nota 58.

⁷³ Localizada no bairro do Caramujo, faz parte do Polo 3. A municipalização da escola foi via Decreto nº 11.559/2014. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/rj/n/niteroi/decreto/2014/1156/11559/decreto-n-11559-2014-o-ciep-447-antineia-silveira-miranda-localizado-na-rodovia-amaral-peixoto-km-02-caramujo-niteroi-fica-transformado-em-escola-municipal-antineia-silveira-miranda> >. Acesso em 12 ago. 2023.

história, nesse momento de estudo, isso hoje a Escola Antineia em tempo estendido nos anos finais, então ela sempre foi toda uma proposta pedagógica totalmente à parte da rede, não era orientada pelas discussões da comissão. Ela se organizou sozinha e aí sabe lá por que essa escola ficou em horário estendido e permanece em horário estendido até hoje (Trecho extraído da Entrevista 1).

É preciso deixar claro que foram poucas as interferências da SME/FME. A preocupação com dados, gastos e controle sempre existiu. Mas talvez por não ter o grupo gestor da SME/FME definição clara da política educacional dirigida à rede, não impuseram à escola uma proposta a ser desenvolvida. Coube à direção e aos professores encontrar, de forma criativa, o tom da organização e do funcionamento da escola para que ela se tornasse um espaço de jornada ampliada. Houve, portanto, liberdade de criação de uma proposta própria de atuação (FONTENELLE; BRAGANÇA, 2021, p. 676).

Outro fato que compõe o contexto de desenvolvimento da EITI no ensino fundamental da rede de Niterói foi a formulação do Plano Municipal de Educação de (PME) para o decênio 2016-2026 na “III Conferência Municipal de Educação de Niterói: a cidade educadora que queremos”, em consonância com PNE 2014-2024, que foi entregue à Câmara Municipal e em seguida foi sancionado pelo prefeito Rodrigo Neves no dia 02 de agosto de 2016, por meio da Lei Municipal nº 3.234.

Diferente do PNE, que na Meta 6 só se refere à educação em tempo integral (sem menção à educação integral) e não discrimina os percentuais de atendimento da meta nas diferentes etapas da Educação Básica (no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% da(o)s estudantes da educação básica), no PME foram estabelecidas metas específicas para a EITI nas etapas de ensino atendidas pela rede.

Na educação infantil foi estabelecido que o município tem que “atender em **tempo integral**, na educação infantil, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos alunos de 0 (zero) a 5 (cinco) anos (PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2015, p. 18, **negrito nosso**) e para o ensino fundamental em ofertar em no máximo 5 anos, **educação integral em tempo integral** a pelo menos 20% das unidades escolares existentes em 2015, aos alunos da rede municipal” (PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2015, p. 20, **negrito nosso**).

As metas estabelecidas pelo PME são maiores do que as do PNE. Uma indagação surge já que em 2021, último ano com dados disponíveis no Inep, havia 7 escolas em tempo integral em um universo de 53 escolas de Ensino Fundamental, aproximadamente 13% do total de unidades municipais: a administração municipal cumpriu a meta estabelecida no PME 2016-2026?

A resposta depende de qual etapa da educação básica, pois quase a totalidade das UMEIs funcionam em tempo integral e não há no plano menção ao conceito de educação integral nesta meta e nas ações previstas; se for referente ao ensino fundamental não, já que somente 13% das escolas só com ensino fundamental oferecem tempo integral, desconsiderando as UMEIs que possuem turmas de ensino fundamental parcial e turmas de educação infantil integral e se as escolas de EITI realmente oferecem educação integral sob o ponto de vista formativo.

Mas se a referência for o PNE, a Meta 6 é cumprida no município, pois ela se refere a educação básica, o que inclui a Educação Infantil, etapa na qual a quase totalidade das UMEIs da rede de Niterói são de tempo integral:

[...] parece que no contexto político de Niterói já há um entendimento de que não é tão necessário ampliar escolas em tempo integral, mas isso não é dito, tanto que a campanha eleitoral do então prefeito na recondução em 2016 tinha como mote as escolas de ensino fundamental em tempo integral, era umas das, não sei se dos projetos, das coisas que ele defendia como programa de governo pra próxima gestão, mas quando ele então assume na gestão seguinte isso se desacelera mesmo porque aí ele tava muito motivado pelo Plano Nacional de Educação de 2014, a gente começa esse movimento antes do plano, mas ele muito motivado pelo Plano Nacional de 2014, que tem lá aquela meta de ampliação da educação integral, mas aí depois ele entende que Niterói já cumpria isso com a Educação Infantil porque fala educação integral na Educação Básica, não necessariamente no ensino fundamental, e aí o prefeito entende que já tava coberto pela Educação Infantil e aí tira o pé do acelerador mesmo com a questão do ensino fundamental em tempo integral (Trecho extraído da Entrevista 1).

Então, a minha opinião é que houve claramente uma opção de investimento na Educação Infantil de tempo integral que eu acho excelente também porque é uma faixa etária que precisa mesmo dessa atenção, de ficar mais tempo e a gente vê que tem uma proposta de educação de tempo integral maciça, 95% das UMEIs são de tempo integral e toda ela que surgiu no decorrer, logo depois da comissão, ela é já de tempo integral, nenhuma foi pensada “ah essa vai ficar em tempo parcial”. Já as escolas de Ensino Fundamental, também não tenho, assim, dados empíricos pra te dizer porque que ela não avançou tanto quanto a Educação Infantil. O que a gente percebe que é uma questão de escolha política, de investir em um determinado segmento, deixar o outro, talvez não sei se teve algum estudo também, porque eu também não fiz uma pesquisa em cima da Educação Infantil. Eu sei que o Ensino Fundamental, ele teve um crescimento nesse sentido de tempo integral um tanto quanto menor, mas a Educação Infantil do jeito que é atende a meta do Plano Nacional de Educação porque o plano também não especifica, fica aí uma sugestão pro próximo plano porque talvez se o plano especificasse em cada um dos segmentos, a gente tivesse um cenário diferente, inclusive é uma coisa que pensei quando fiz a pesquisa porque o plano fala de alunos e escolas, matrículas e escolas de tempo integral, inclusive a questão da matrícula tinha muito a ver com a Mais Educação, que também depois desaparece do cenário, mas o plano ainda é feito dentro desse cenário do Mais Educação, matrículas e escolas, alunos em tempo integral e escolas de tempo integral, e nesse quesito a rede atende ao que tá no plano com

Educação Infantil. Então é aí um dado importante pra gente fazer essa observação, então acredito que seja por aí (Trecho extraído da Entrevista 3).

Os dados expostos ao longo desta seção trazem alguns elementos sobre a política de EITI, intrinsicamente ligados ao problema estrutural e histórico do direito à educação pública municipal que são: a descontinuidade/continuidade da política de EITI no município; e a frágil estruturação, organização e planejamento da implantação da política EITI no bojo dos dilemas da oferta do direito à educação pública municipal. Estas condições influenciaram na não-implantação da EITI na escola objeto da pesquisa? Este contexto é o objeto da próxima seção.

2.5. As determinações para que a Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello não desenvolvesse a EITI: contextualização histórica, relações e impactos.

Na seção anterior abordamos alguns dados sobre a política educacional de EITI da rede municipal de educação de Niterói, com foco no período entre 2013, ano em que a Comissão Professor Dácio Tavares Lôbo Jr foi instituída com o intuito de formular diretrizes para a EITI no ensino fundamental da rede municipal de Niterói sintetizadas em um relatório, e os dias atuais.

Apesar do relatório não ter previsto uma quantidade exata de unidades escolares de ensino fundamental de EITI que deveriam ser implantadas, tanto em declarações do secretário de educação da época, quanto na coleta de dados feitas para esta pesquisa, especificamente nas entrevistas semiestruturadas, estavam explícitas a intenção de implantar a EITI nas unidades escolares de ensino fundamental inauguradas a partir daquele ano, pelo menos.

De lá pra cá somente 3 escolas de ensino fundamental foram inauguradas: a Antineia Silveira Miranda, municipalizada em 2014; a Escola Municipal Anísio Teixeira, que segundo Vasconcellos (2016) era o prédio que abrigava a educação infantil do Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC), posteriormente inaugurada com enquanto unidade municipal de educação no dia 10 de março de 2014; e a Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello, unidade escolar objeto da pesquisa, inaugurada em 2015 e a única das três escolas a funcionar em tempo parcial.

Apesar da falta de documentação da parte da prefeitura sobre o planejamento e a execução da EITI na escola, na coleta de dados fica evidente que a Dario Castello foi projetada para ser de tempo integral:

A proposta foi no final de 2013 a gente chegou a um documento, tanto que quando o Anísio Teixeira é inaugurado ele já tem um primeiro documento com uma matriz curricular pensada, e isso demarca que essa matriz curricular não fosse de contraturno, que o aluno tivesse, o estudante tivesse as disciplinas, o currículo básico num turno e no outro turno a parte diversificada, ele era alternando essas disciplinas e essa base comum com a diversificada, o espaço do Anísio foi pensado já pra dar conta, ele começou com salas temáticas, então os alunos circulavam na escola ao longo do dia, uma coisa que eu lembro que a gente brigou muito com o setor de obras na época da construção do Anísio foi por conta de não ter banheiros em número suficiente e vestiário pras crianças tomarem banho, porque como que a gente quer criar uma escola em tempo integral sem a possibilidade de banho, sobretudo no calor enfim, mas a gente não conseguiu avançar porque tem sempre um problema lá entre o pessoal lá da arquitetura, da engenharia com o pessoal da pedagogia, coisa que na Dario Castello não aconteceu.

O prédio da Dario Castello quando começa em 2014, aí eu já era Superintendente de Ensino, a gente consegue garantir até porque eles já tinham uma estrutura pensada em forma diferente, garantir vestiários, chuveiros, banheiros em número suficiente para que houvesse um trânsito melhor na escola pras crianças permanecerem o dia inteiro (Trecho extraído da Entrevista 1).

Sim, sim, muito, muito, muito. É assim, a expectativa era que essa escola fosse de horário integral. A fala na época era que a Dario Castello seria de horário integral, tanto que o prédio foi construído para ser uma escola de horário integral. Nós temos no terceiro andar vestiário com banheiros, com água quente, teto solar, placa de teto solar, de energia solar, nós temos aqui, foi todo feito uma estrutura para ser em horário integral (Trecho extraído da Entrevista 2).

Havia naquela época grandes expectativas na implantação em tempo na escola, tanto por causa das declarações do primeiro secretário municipal de educação, principalmente pelas declarações do prefeito da época, além da formação Comissão Dácio Lobo Júnior e da sistematização de uma proposta de EITI para a implantação de um programa da EITI:

Na inauguração aquele auditório lotado, pelos convidados e pela comunidade, o prefeito garantiu que ali seria uma escola de tempo integral, então assim quando os familiares souberam que não seria os pais ficaram revoltadíssimos porque eles diziam que eles estavam sendo enganados pelo prefeito, o prefeito falou. Ele não mandou, não foi só publicação em jornal, ele falou no discurso da inauguração da escola. Foi muito feio e a gente como direção da escola ficou de frente [...] (Trecho extraído da Entrevista 1).

Na época, inclusive teve uma mãe, que era de uma criança especial, que no dia da inauguração que o prefeito esteve aqui, que ele falou, saiu até na revista, que essa escola seria de horário integral, ela saiu na foto e como isso

não aconteceu, essa mãe do CEC ela foi para todos os meios de comunicação pra poder denunciar isso, que uma coisa que foi prometida na inauguração e que usaram a foto dela veiculando a escola de horário integral acabou não acontecendo. Teve uma briga muito grande nessa época (Trecho extraído da Entrevista 2).

Os relatos acima vão ao encontro a algumas matérias jornalísticas publicadas na época, onde foram noticiadas a implantação da EITI na escola, com destaque para uma revista institucional, que está no Anexo B, publicada pela Prefeitura de Niterói para noticiar informes da Região Oceânica denominada “Feita por você”, distribuída em 2015. Em um trecho, a revista propagandeou, dentre outras qualidades e elogios da comunidade escolar, que a escola funcionaria em tempo integral, de 8h às 17h. Porém, posteriormente foi veiculada outra matéria jornalística no Jornal Extra com denúncias de responsáveis da escola, com destaque para o relato da mãe do CEC citada no trecho da Entrevista 2 citada acima:

Na revista institucional “Feita por você”, divulgada neste mês, a Prefeitura de Niterói enaltece a ótima estrutura da Escola Municipal Professor Dario de Souza Castelo, em Itaipu, dizendo que a unidade funciona em período integral, das 8h às 17h. Neste caso, o famoso ditado “a propaganda é a alma do negócio” acabou virado ao avesso. Não só a escola não funciona em horário integral, como a estrutura é alvo de reclamações. As mães de alunos matriculados na unidade — algumas até citadas na propaganda — reclamam da paralisação de projetos esportivos antes oferecidos. Segundo elas, funcionários já informaram que tanto o turno integral quanto os projetos foram cortados por falta de verba. [...]

Mas o maior problema é que a matéria afirma que a escola funciona em horário integral e é uma mentira. Nunca funcionou. Nossa esperança era de que isso pudesse ocorrer no ano que vem, como o prefeito prometeu — comenta Tânia [...]

— Quando o colégio foi inaugurado, fizeram uma propaganda enorme dizendo que seria uma unidade modelo, com ensino em horário integral e projetos de esporte, mas pelo que a gente está vendo foi apenas um ‘oba-oba’ para enganar os bobos — comenta Cinara. [...]

A prefeitura diz que houve erro de edição da revista e acrescenta que só as unidades de educação infantil funcionam em período integral. [...] e confirma que existe um projeto, ainda sem data, para que o colégio funcione em horário integral (RIGEL, 2015, p.1).

Apesar da versão da prefeitura de Niterói dada na reportagem de que foi um engano, em nenhum momento ela negou a possibilidade, ou melhor a intenção inicial, da implantação do tempo integral na escola, tanto que quando ela é inaugurada havia 280 estudantes distribuídos em 10 turmas, número máximo de salas (NITERÓI, 2015).

No PPP da escola também está registrado que no ano de 2015 estes 10 grupos de referência ficaram no turno da manhã, enquanto no turno da tarde foram realizados projetos e atividades de extensão ministrados por profissionais da rede ou em parceria

com outras instituições, como o Serviço Social do Comércio (Sesc), a saber: dança, robótica, badminton e reforço escolar:

Então a gente conseguiu algumas parcerias, que era o Sesc, era, o Sesc foi com badminton, até o Gabriel, que uma referência no esporte no Brasil, foi professor lá e a gente conseguiu fazer esse projeto e ao longo do ano conseguimos trazer também dança de salão com um professor da região, ali da Região Oceânica, esqueci o nome dele, mas ele tinha uma academia de dança ali na região, então a gente fez essa parceria, e as crianças faziam horário estendido em dois dias na semana, então a gente começou com essa lógica, mas os pais, o conselho escolar a todo momento reafirmando que lá seria uma escola em tempo integral (Trecho extraído da Entrevista 1).

Notadamente houve uma tentativa por parte da comunidade escolar da Dario Castello em pleitear e sensibilizar a administração municipal para a implantação da EITI na unidade escolar. Da parte da direção da escola isso se expressou na oferta de atividades em contraturno, em consonância com o depoimento acima que está na entrevista 1, na manutenção de 10 turmas no ano letivo em 2015 e do conjunto de profissionais de educação na elaboração e produção do PPP, onde foi apontado nos resultados apresentados sobre o perfil socioeconômico das famílias, que 92% das famílias entrevistadas na época, em que existia:

[...] um grande interesse da comunidade escolar, demonstrado desde o início do ano letivo, de ter seus filhos matriculados em uma escola de tempo integral. Inclusive foi organizado um abaixo assinado, capitaneado pelos pais representantes do CEC, para a Prefeitura e Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia com tal finalidade. [...]

Por fim, destaca-se o interesse da quase totalidade das famílias em uma escola de ensino fundamental de tempo integral. Acredita-se que tal desejo seja oriundo da necessidade dos 38% de desempregados trabalharem e, ainda, de garantirem uma educação mais completa para todas as crianças e adolescentes (Trecho extraído do Anexo A – PPP da escola).

As famílias que constituíam a comunidade escolar da Dario Castello tiveram um papel de destaque na reivindicação da implantação da EITI, com destaque para a sua articulação no CEC, inclusive a implantação da EITI foi ponto de pauta em algumas reuniões do CEC no ano de 2015 (vide anexos B, C, D, E):

[...] a escola comprou a briga mesmo, a gente, a gente não, o CEC, eu apoiei como diretora, eu não me isento disso não. O CEC deliberou por fazer o abaixo-assinado e eu assinei também, então, eu não me lembro agora, mas tinha umas 300 assinaturas [...] e a secretaria sequer respondeu, sequer respondeu o abaixo-assinado, a gente encaminhou pra secretária, pra Fundação, para a prefeitura, ninguém respondeu, ignoraram a demanda da

comunidade e saiu num jornal do município também [...] (Trecho extraído da Entrevista 1).

Na época os pais ficaram muito indignados porque muito dos pais que colocaram os seus filhos aqui colocaram pela proposta de ser de horário integral. Houve uma briga muito grande na época, mas o que que aconteceu: a gente iniciou com, se não me engano, com sete turmas, sete turmas parcial, somente num horário. Depois, no ano seguinte, de sete nós aumentamos pra catorze, se não me engano (Trecho extraído da Entrevista 2).

Em 2016 a escola se posicionou no PPP em favor da manutenção do funcionamento adotado no ano anterior, porém está registrado a possibilidade, que se concretizou, de abertura de novas turmas, o que vai ao encontro aos relatos obtidos no trabalho de campo:

Para o turno da tarde ainda não dispomos de informação sobre quais serão as medidas adotadas pela FME: se a escola será de tempo integral ou se abriremos mais turmas. Sabemos da carência de vagas na região, mas também do desejo da comunidade em abrigar uma escola de tempo integral. São questões que serão desdobradas até o final da primeira quinzena de dezembro (Trecho extraído do Projeto Político-Pedagógico da escola, 2015).

No ano seguinte, que a ideia era essa no ano seguinte, em 2016 ela já começar com todas as turmas em tempo integral e aí a gente foi vendo que isso não foi acontecendo, eu lembro que a gente já fez uma proposta pra 2016, então a gente tinha tudo organizado com o conselho escolar, as famílias participavam ativamente de toda a proposta pedagógica que a gente ia construindo, tanto nesse momento de ampliação da jornada, quanto no projeto pro ano seguinte, até que a secretaria disse que não, que lá ia começar direto com turmas no 1º e no 2º turno porque não tinha como a demanda da região ser atendida, haja vista que tinha 5 UMEI ali na região [...] Então, e a gente tinha que receber essas crianças de 6 anos, então a gente foi cada vez mais aumentando primeiro ano e recebendo essas crianças, eu sei que teve em 2016 a gente abriu algumas turmas no 2º turno, não foram todas e aí a gente ainda dizia dá tempo, dá pra gente né, a gente fez todo um arranjo pra poder garantir que mesmo com mais turmas, a gente, mais do que 10 turmas que era o que a gente tinha capacidade de funcionar por turno, que com 12 ou 13 turmas a gente ainda fosse capaz de funcionar em tempo integral, mas em 2000, eu acho que foi exatamente no ano de 2017, isso foi dito que não, que, enfim, ia funcionar mesmo em horário parcial [...] (Trecho extraído da Entrevista 1).

Apesar do desejo, das articulações e arranjos feitos pela comunidade escolar para que o indicativo inicial de implantação da EITI na escola fosse cumprido, em 2017 a escola definitivamente se tornou em tempo parcial. Porém, o caso da Escola Municipal Antineia Silveira Miranda é emblemático, pois, assim como a Dario Castello, a implantação da EITI também foi uma reivindicação da comunidade escolar, além daquela escola ofertar os anos finais do ensino fundamental, etapa de ensino onde a oferta de vagas é bem menor, comparada às outras etapas da rede municipal:

De dentro pra fora, a argumentação era que ela não podia, o Ciep, prédio fantástico, mas ela começa funcionando somente em um andar por conta de não ter conseguido fazer obra pra começar o ano letivo, ela começou só com um andar, então podia receber poucos alunos e aí ela fez esse pouco, esse trabalho com poucos alunos em tempo, em jornada estendida, tanto que lá o horário de 8h às 4h, é um horário completamente diferente, inclusive do que a gente propõe pras escolas de tempo integral dos anos iniciais de ensino fundamental, que é de 8h às 5h, ela se organiza de 8h às 4h e por conta própria. E aí eu não sei, em 2014 eu ainda acompanhei que era por conta dessa coisa de não ter a escola toda construída, mas depois a escola foi toda reformada e continua assim, apesar, aí eu não sei dizer por qual razão, apesar de haver uma grande demanda de anos finais de ensino fundamental na rede, são pouquíssimas escolas. Senão não falhe a memória são 12 (Trecho da Entrevista 1).

Em contrapartida:

[...] fica evidente lá na Dario Castello, que em 2015 a gente começa somente funcionando em um turno, que era o turno da manhã, a escola já começa em março, eu não me lembro o dia exato, dia 15 de março, alguma coisa assim, ela começa em março, e começa só funcionando em um turno, sem, porque não tinha recurso ainda pra manter a escola em tempo integral, mas que a gente, a proposta que nos foi dada como direção e equipe pedagógica era que a gente fosse construindo uma proposta de educação integral primeiro com parcerias (Trecho extraído da Entrevista 1).

Ao analisarmos as duas situações, fica evidente que houve encaminhamentos diferentes da FME/SME para declinar ou implantar a política de EITI em unidades escolares diferentes. Mas, não foram encontrados na pesquisa quais foram os critérios e pontos adotados pela administração municipal nos dois casos.

Há alguns indícios que nos ajudam a entender as determinantes para a não implantação da EITI na Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello. Um está relacionada a decisão por parte da administração municipal em focar o alcance da implantação da EITI na Educação Infantil, que é quase toda em tempo integral, na rede, com maior ênfase a partir de 2013, induzida pelo Programa Mais Infância:

[...] a rede municipal de Niterói tratou a Educação Infantil porque hoje 95% da rede de Educação Infantil é de tempo integral. 95% das escolas, das unidades municipais de Educação Infantil da rede já é de tempo integral, então a gente percebe que houve uma intenção, uma intencionalidade de ampliar esse tempo da Educação Infantil, que não aconteceu da mesma maneira com as escolas de Ensino Fundamental, que hoje temos 3 escolas, essas 3 primeiras escolas. São 7 escolas hoje de ensino fundamental de tempo integral [...]. Então aí contabilizando são 7 escolas hoje de tempo integral, uma rede desse tamanho que tem 95% das UMEIs em Educação Infantil em tempo integral, assim é uma discrepância e a gente, no meu estudo, há indícios de que foi uma opção em investir na Educação Infantil, ou por estar aqui, ou por a

necessidade de dar esse atendimento, mas não se ampliou, ainda. Nós percebemos que há uma intenção [...] (Trecho extraído da Entrevista 3).

Outra determinante para a não implantação do tempo parcial na Dario Castello parece estar diretamente relacionada aos dilemas da oferta educacional da cidade e de questões de ordem histórica e geográficas da na Região Oceânica, pois a demanda por vagas lá é ainda mais sensível, em decorrência do seu processo de ocupação territorial, que apesar das especificidades espaciais foi muito acentuado, principalmente a partir dos anos de 1970, mesma época da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e da inauguração da Ponte Rio-Niterói, condições que intensificaram exponencialmente a especulação imobiliária da cidade, com um peso significativo para a Região Oceânica, que influenciaram na demanda e na oferta da educação pública municipal na região, potencializada também pela debilidade no planejamento das vagas por parte da administração municipal:

Na época que a escola foi inaugurada eu estava na sede, eu trabalhava na FME, e aí eu tive um outro, como eu estava de uma outra posição, eu tive um outro olhar sob esta escola porquê, que a Região Oceânica é uma região com uma demanda de vagas, a demanda era muito grande e a oferta era pequena, então era, vamos dizer assim, não tem quando uma coisa já está prevista de acontecer, era uma erro, era, vamos dizer assim, era uma propaganda que a gente sabia que não ia se concretizar porque a gente quando ia fazer, todo ano, quem trabalha lá na sede que vai fazer, vai trabalhar na matrícula, que ela faz, ela faz um mapeamento de quantas escolas têm de ensino fundamental, quantas escolas têm de educação infantil, de 1º ao 5º ano quantas têm, de 6º ao 9º, e aí a gente vê o quê, por exemplo, na mesma época que a Dario Castello foi inaugurada, estava sendo inaugurada algumas UMEIs, qual é a tendência, a tendência é: quanto mais UMEIs você tem na região, mais crianças você vai ter que abrigar quando abrir, quando for pro ensino fundamental, então na época da matrícula o que que a gente fazia, a gente fazia um levantamento com todas as direções aqui da Região Oceânica perguntando quantas turmas do 5º ano da Educação Infantil você vai botar pra fora, botar pra fora é quando, assim, está saindo da escola, eles vão até a turma de 5 anos, que é o GREI 5, quantas turmas estão saindo da sua escola, aí é gente via “ah, tá saindo duas no Odete Rosa; ah, tá saindo três no Paulo Cesar Pimentel, tá saindo no Lizete Maciel, que é lá no Jacaré, tá saindo mais duas, no Nina Torres, que é em Piratininga, tá saindo mais três; Áurea Trindade, Paulo Cear Pimentel, Odete Rosa, são todas escolas de Educação Infantil e todas na mesma região, que que acontece: essas crianças vão sair da Educação Infantil da rede e tem que ter prioridade em vagas para a rede no Ensino Fundamental. E aí a gente ia nas escolas e perguntava “diretora, de 1º ano ao 4º ano, 1º ao 5º ano, quantas turmas estão saindo do 5º ano? Ah, aqui tá saindo uma, na outra duas, três, quatro”. Então na conta que a gente fazia, o que que a gente tinha que fazer: se tá saindo duas turmas aqui de 5º ano, então vamos abrir duas turmas de 1º, porque você não pode ofertar mais do que você tem pra oferecer, porque só tenho, vamos dizer assim, só tem dez salas aqui, então eu tenho que ... saiu duas eu vou ocupar duas com 1º ano. E aí o que a gente já percebia antes mesmo da escola ser inaugurada é que a demanda da região era maior do que a oferta, tinha muitos alunos que ficavam sem estudar, que iam para Conselho

Tutelar, e aí a gente tinha que ficar aumentando a modulação de crianças por turma, o que não poderia fazer [...]. Então assim, a demanda era maior do que a oferta, então era certo de que se você fosse fazer uma escola aqui nessa região, pra você poder ofertar escolas de horário integral você não podia simplesmente abrir uma, você tinha que abrir outras escolas de ensino fundamental [...] (Trecho extraído da Entrevista 2).

E foi no ano que sacramentou negativa do tempo integral na Dario Castello que eu fui lotado nessa unidade escolar, além de estar lotado concomitantemente na Escola Municipal Francisco Portugal Neves desde 2012. Quando me apresentei na escola, tinha algumas lembranças da época da sua inauguração dois anos antes, que me fizeram questionar sobre os motivos do programa de EITI não ter sido desenvolvido na Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello, pois em 2015 ela foi amplamente propagandeada que ela seira uma escola em tempo integral. Quando ingressei lá, ela funcionava em tempo parcial e não soube por parte da comunidade escolar que estava na escola desde a sua inauguração sobre os meandros que inviabilizaram o desenvolvimento da EITI na unidade escolar.

Mas, há algumas incongruências entre o problema estrutural da demanda de vagas na rede, em específico na Região Oceânica, pois, apesar do reconhecimento das limitações orçamentárias que qualquer município tenha em comparação com a União, Niterói é um município com recursos privilegiados.

Neste sentido, o caso da Fagundes Varela⁷⁴ é emblemática, pois essa escola, segundo as matérias jornalísticas de Nader (2017) e Soares (2020), após a sua extinção na rede estadual, houve um processo de mobilização popular para que a cessão do terreno da antiga unidade estadual de educação fosse revertida para a construção de uma unidade municipal de educação em tempo integral, e não para a construção de um posto de vistoria do DETRAN. Após a queda de braços, em 2013 a prefeitura anunciou a construção de uma nova unidade escolar e até hoje a Fagundes Varela não foi inaugurada:

[...] já tinha uma discussão daquela escola onde era um DETRAN, a Escola Fagundes Varela foi desapropriada, ia ser um DETRAN e aí o município retoma o prédio do Fagundes Varela, então já tinha aquela coisa que aquela escola ia abrir pra poder, a gente, as duas escolas fazerem em tempo integral, e aí quando tiram de fato a ideia de tempo integral dali da Dario foi com

⁷⁴ Antigo Colégio Estadual Fagundes Varela, criado através do Decreto no 15.021, publicado no Diário Oficial de 28 de janeiro de 1971, situado no Engenho do Mato e extinto pela Resolução SEEDUC nº 4758, de 16 de dezembro de 2011. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/1Is3OAd54fXPc-DpvFotwdvg7S7wnXnz> >. Acesso em: 24 set. 2023

argumento que a Fagundes Varela viraria escola de tempo integral. Até hoje ela não inaugurou [...] (Trecho extraído da Entrevista 1).

Não há da parte da administração municipal qualquer informação oficial acerca da demora na construção da Escola Municipal Fagundes Varela; em contraposição no mesmo município foi inaugurado em 2019 a UMEI Vale Feliz, que apesar de uma unidade de Educação Infantil, atualmente também oferta turmas de Ensino Fundamental, assim como outras UMEIs no município:

Fagundes Varela, “ah que vou fazer uma reforma, que vou botar no Fagundes Varela “e até hoje, 2023, uma escola que foi inaugurada em 2015, até hoje o Fagundes Varela ainda não saiu do papel. E foi feito também na mesma época a escola do Vale Feliz. Mas na época tinha um programa que era Mais Infância que tava subsidiando financeiramente as escolas de Educação Infantil. O dinheiro veio para o Mais Infância, então todas as escolas naquela época tinham que ser voltadas para a Educação Infantil, mas mesmo assim acabou que o Vale Feliz começou com escola de Educação Infantil e teve que pegar de Ensino Fundamental também porque não tinha aonde colocar os alunos que estavam indo pro 1º, 2º ano, e aí a gente enfrenta um outro problema agora: que a escola só vai até o 2º ano, todo ano a gente recebe pessoas da Fundação querendo trazer o 3º ano pra cá, o que é um problema (Trecho extraído da Entrevista 2).

Após o levantamento e análise dos dados apresentados ao longo da dissertação, partimos para a conclusão da pesquisa.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Antes de apresentar os resultados e os apontamentos desta pesquisa, exponho algumas questões referentes aos percalços enfrentados neste processo. O principal deles está relacionado à pandemia de COVID-19, que corresponde a um período significativo da minha inserção no PPGEduc-UNIRIO. Sei que sou mais um dos milhares de pesquisadores que sofreram às consequências daquele período, somados àquela conjuntura política terrível sob a presidência de Jair Bolsonaro, mas é inegável que a pandemia de coronavírus, que correspondeu justamente quando o trabalho de campo ia iniciar, influenciou significativamente na pesquisa, sendo marcada por interrupções e afastamentos.

Logo, reiniciá-la foi um processo lento, tomando como referência o período entre a qualificação e a reaproximação com a dissertação, incipientemente a partir de janeiro de 2023, quando comecei a abrir os arquivos e retomei a leitura de algumas referências bibliográficas, intensificada a partir de março, quando comecei a reescrever a parte da dissertação que foi avaliada na qualificação. Parti das ponderações e observações feitas pela banca, dos apontamentos e análises da revisão de literatura, principalmente nas disciplinas que eu cursei, no Neephi e do meu orientador, retomamos com esta pesquisa. Mesmo nos momentos mais críticos durante o período em que estive afastado da pesquisa eu continuei a ruminar sobre pontos relacionados à pesquisa.

Evidente que, em consequência do processo pelo qual enfrentamos, tanto o tempo disponível quanto a minha saúde e energia para aplicar maior rigor e profundidade nos aspectos teórico-metodológicos e conceituais, deixaram lacunas na pesquisa, principalmente no aprofundamento analítico dos dados coletados, mas, apesar dos seus limites, ela traz dados e análises que podem colaborar para o tema da educação integral e(m) tempo integral.

A consideração primária desta pesquisa, por que em algumas escolas a EITI foi implantada e na Dario Castello não, é que a negação da política na unidade escolar foi uma decisão administração municipal de que não era oportuno mais implantar (ou deixar que a escola implantasse) a EITI na Dario Castello. Apesar de ser mais natural e mais significativo perguntar o “por quê?” da não implantação do EITI na escola, seguir o truque sugerido por Becker (2007) acerca das condições da não implantação da EITI, ou os “como?”, nos revelaram mais dados e respostas para a análise do nosso

objeto de pesquisa, portanto mais do que simplesmente apontar que a não implantação da EITI na escola aconteceu simplesmente por um não da administração municipal, é fundamental levantar também as condições que foram determinantes para a negação desta política educacional na escola.

A principal condição para a não implantação da EITI na Dario Castello está relacionada a oferta do direito à educação no município, notadamente as suas condições estruturais, de ordem histórica, geográfica, política e administrativa. Estas condições ficam nítidas na revisão de literatura, pois na descrição dos aspectos históricos e geográficos de Niterói, principalmente na sua antiga condição de capital da província determinaram marcas na cidade, especificamente na oferta educacional pela administração pública municipal.

Quando Niterói teve status de capital do estado do Rio de Janeiro, a educação pública da cidade foi incumbência da administração estadual, além da significativa influência da rede privada. Quando Niterói perdeu o status de capital do estado, ocasionado pela fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1975, a oferta da educação pública, em específico da Educação Infantil e do Ensino Fundamental continuou centrada na rede estadual por um bom tempo, o que somados às dificuldades administrativas e o ritmo lento na expansão da rede municipal influenciaram na sua capacidade de suprir as demandas por vagas públicas.

O ritmo de crescimento rede aumentou, timidamente, últimos anos, em decorrência do processo de transferência da responsabilidade da oferta educacional pública da etapa do Ensino Fundamental do estado para o município e, principalmente, pelo crescimento mais acentuado da Educação Infantil, induzido pelo Programa Mais Infância a partir de 2013.

Mas, mesmo com o crescimento da rede nos últimos anos, havia, e ainda há, uma demanda de vagas na rede municipal de Niterói que não foi solucionada, como é evidente de diagnosticar no levantamento tanto do número total de matrículas ofertadas na cidade, quanto nas proporções nas redes municipal, estadual e privada, além dos regimes de colaboração e/ou convênios entre as redes no período, apesar de ser evidente também que, em números totais, o número de matrículas na cidade diminuiu nesta série histórica⁷⁵.

⁷⁵ A série histórica de matrículas no município foi até 2021, mas o último Censo foi em 2022. Como não tive tempo hábil, e nem condições físicas, para utilizar os dados do Censo de 2022 e nem destrinchar os dados de perfil etário da cidade, há uma lacuna analítica em relação à diminuição do número total

O aspecto geográfico também é uma questão relevante na implantação da EITI na rede municipal, aparentemente. Apesar de não ser o objeto desta pesquisa, além dos próprios limites que enfrentamos em relação ao tempo e um nível de domínio de conceitos caros ao campo da Geografia, como território e urbanização, é notório que a implantação da EITI no Ensino Fundamental na rede municipal está concentrada em áreas de vulnerabilidade social e com condições específicas em relação à oferta e a demanda dessas escolas, tanto que alguns dos casos, ou a administração municipal propôs a implantação da EITI para as escolas posteriores àquelas 3 primeiras vinculadas ao Relatório da Comissão Dácio Tavares Lôbo Jr, ou não interferiu na organização endógena da implantação da ampliação da jornada escolar da Escola Municipal Antineia Silveira Miranda.

Outra consideração importante constatada nesta pesquisa é referente à organização e planejamento da política de EITI na rede municipal. O X da questão não é ter obrigatoriamente no organograma da educação municipal uma repartição, coordenação ou departamento exclusiva à política de EITI no município, mas sim de apontar o limitado e precário planejamento e organização dessa política educacional na rede de Niterói, seja pelo esvaziamento e esquecimento do Relatório Especial Professor Dácio Tavares Lôbo Jr, que não foi nem atualizado, ou substituído, por outro documento normativo e prescritivo da política de EITI na rede, o que expressa nitidamente o que se tornou central, ou não, na administração educacional municipal, dentro do contexto de disputas entre sujeitos e correntes que constituem o grupo político que está no executivo:

uma descontinuidade terrível nas políticas públicas e olha que a gente tá falando, de 2013 pra cá, do mesmo grupo político que esteve à frente, o mesmo grupo político que tá lá ocupando, a Secretaria, a Secretaria não, a prefeitura, mas dentro da Secretaria quanta descontinuidade já teve que faz com que projetos não sigam adiante (Trecho extraído da Entrevista 1).

O dilema da continuidade/descontinuidade das políticas educacionais brasileiras está muito evidente no nosso caso em particular, fruto das disputas de diferentes setores e grupos da sociedade. No caso específico da (não) implantação da EITI na Dario Castello, em 2021 esta possibilidade voltou a ser ventilada:

de matrículas na cidade. Portanto, é necessário aprofundarmos e nos debruçarmos posteriormente nestas variantes.

[...] o Wu entrou, ele veio aqui na escola, fez uma reunião aqui na escola e na frente de todos os professores da escola ele falou que essa escola se tornaria de horário integral. Na mesma hora eu perguntei pra ele: como? Porque pra ele fazer essa escola aqui de horário integral, ele teria que fazer um outro Dario Castello do mesmo tamanho porque ele teria que tirar metade dos alunos daqui e colocar pra lá. Não era simples assim, no momento que esta escola passou a ter dois turnos, ela não pôde de jeito nenhum passar pro horário integral porque pra isso acontecer teria que ser feito uma outra escola na mesma proporção, no mesmo tamanho pra sair metade das crianças daqui pra lá [...] (Trecho extraído da Entrevista 2).

Após esta reunião, que não foi registrada, não houve mais qualquer menção a possibilidade de implantação da EITI na Dario Castello. Houve mais duas trocas de secretários de educação após esse episódio, além da implantação do tempo integral em duas escolas de Ensino Fundamental, questão abordada no Capítulo 3.

Há mais uma consideração a ser feita: a conjuntura política e econômica brasileira no período. Quando a programa de EITI foi anunciado em 2013, o cenário nacional era mais favorável; a partir de 2015, os rumos da política e da economia nacional pioram significativamente, notadamente com o impeachment (golpe) que a presidenta Dilma Rousseff sofreu e a adoção das políticas de austeridade (ajuste fiscal em 2015, EC 95, dentre outras) comprometeu drasticamente os ditames constitucionais, já tão combatidos pelas reformas neoliberais do Estado brasileiro a partir dos anos de 1990.

A oferta do direito à educação pública no Brasil se dá através do regime de colaboração entre os entes federativos (União, estados, municípios e Distrito Federal), em que a União tem uma função redistributiva e supletiva na educação básica, centralmente pela transferência de recursos para os outros entes federativos.

Portanto, com a restrição de verbas, que já eram insuficientes para o financiamento da educação básica, pela diminuição do papel do Estado enquanto investidor dos direitos sociais, tese adotada pelas reformas de Estado, o cumprimento das metas estabelecidas pelo PNE, e dos respectivos planos de educação dos outros entes federativos, ficara impossíveis de serem cumpridas a partir de 2015.

No trabalho de campo não foram encontradas as possíveis influências da política de austeridade adotadas a partir de 2015, pois não foi abordada por nenhuma pessoa entrevistada, tampouco foram levantados dados sobre financiamento da União para o município de Niterói, como repasses do Fundeb, mas a revisão de literatura aponta que a política econômica neoliberal adotada pelo Estado brasileiro a partir dos anos de 1990, em decorrência da crise estrutural do capitalismo, com destaque para

a crise do Petróleo nos anos de 1970, combinadas com as políticas de austeridade adotadas nos últimos anos possivelmente foram determinantes para o menor alcance da política de EITI nas escolas de ensino fundamental da rede municipal de Niterói, conseqüentemente para a sua não implantação na Dario Castello. Este é um ponto interessante, e necessário, para investigações futuras sobre a EITI no município.

Os dados coletados e analisados acerca das condições objetivas da cidade e da rede pública de Niterói nos indicam as condições que resultaram na timidez na ampliação da política educação de EITI na rede municipal de educação. Porém haverá novos espaços em disputa em torno da amplitude e dos sentidos desta política:

Então espero que na correlação de força pra o novo Plano Nacional de Educação, a educação integral ganhe destaque e que venha separado, ou as metas para Educação Infantil, para Ensino Fundamental e para Ensino Médio, já não sou tão a favor de educação integral no ensino médio, porque o Novo Ensino Médio no estado do Rio de Janeiro vem nos mostrando que a educação integral não é uma alternativa para os jovens da classe popular, infelizmente porque eles precisam trabalhar. Então, mas principalmente, a não ser que se pense em bolsas de permanência, em outras estratégias, que venha no Plano definido pro Ensino Fundamental e pra Educação Infantil em separado, porque aí Niterói sai dessa arapuca que ela mesmo se colocou, de achar que está tudo resolvido com a Educação Infantil (Trecho extraído da Entrevista 1).

Sobre a possível melhora na qualidade na oferta educacional na escola, se fosse implantada a EITI lá. Mesmo com os questionamentos feitos por Coelho e Fernandes (2013) sobre a relação entre ampliação da jornada escolar e melhora dos índices do Ensino Fundamental, ao compararmos com os IDEBs da Escola Municipal Anísio Teixeira com os da Dario Castello e da média das escolas municipais: em 2015, em ano após a inauguração daquela escola, o IDEB foi de 6,6; em 2017 foi de 6,8; em 2019 foi de 7,0; e em 2021 6,6 (levando em conta as observações feitas na nota 51).

Apesar da compreensão de que o conceito de qualidade da oferta educacional é polissêmico e historicamente produzido, e dos questionamentos feitos acima sobre a relação entre a ampliação da jornada escolar e a melhora da qualidade educacional, expressos nas expectativas e no imaginário que a comunidade escolar da Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello tinha sobre a possível implantação da EITI em 2015, a comparação da série histórica dos IDEBs expostos acima não podem ser desconsiderados, portanto, dentre outros questionamentos, fica a seguinte pergunta: a implantação da EITI na escola em questão melhoraria a qualidade da oferta educacional na escola?

REFERÊNCIAS

BECKER, H. **Segredos e Truques da Pesquisa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BOURDIEU, P.. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CARA, D.; PELLANDA, A.. Avanços e retrocessos na Educação Básica: da Constituição de 1988 à Emenda Constitucional 95. In: ROSSI, P; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. O.. (Orgs.). **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

CARNEIRO, W. ; MONTEIRO, S. O. S. M.. **Ensaio sobre educação integral: análise de experiências e apontamentos conceituais**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 6, n. 6, p. 38627-38639, jun. 2020.

CAVALIERE, A. M. V.. **Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral**. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63, abr. 2009.

_____. **Anísio Teixeira e a educação integral**. Paidéia, Ribeirão Preto, v. 20, n. 46, p. 249-259, maio-ago. 2010.

_____. **Escola Pública de Tempo Integral no Brasil: filantropia ou política de estado?** Educação & Sociedade (online), v. 35, n. 129, p. 1205-1222, out.-dez. 2014.

CAVALIERE, A. M. V.; COELHO, L. M. C. C.. **Para onde caminham os CIEPs? Uma análise após 15 anos**. Cadernos de Pesquisa (online), n.119, p. 147-174, jul. 2003.

_____. **Trajetória dos CIEPs do Rio de Janeiro: municipalização e novas configurações**. Educação em Foco (online) v. 16, n. 2, p. 213-242, jul.-out. 2013.

_____. 'Costurando' história, políticas e práticas sobre educação integral e(m) tempo integral. In: CAVALIERE, A. M. V.; COELHO, L. M. C. C. (Orgs.). **Pesquisas sobre educação integral em tempo integral: história, políticas e práticas**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2017.

COELHO, L. M. C. C. Educação Integral e Integralismo: Fontes impressas e história (s). **Acervo**, Rio de Janeiro, V 18, n. 01/02, p. 83-94, jan./dez. 2005.

_____ **História(s) da Educação Integral**. Em Aberto: educação integral em tempo integral, Brasília, v. 22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009.

COELHO, L. M. C. C.; FERNANDES, C. O.. **Mais anos na escola, mais tempo diário na escola: qualidade no ensino fundamental?** Cadernos de Educação (UFPEl), v. 44, p. 150-171, jan./abr. 2013.

COELHO, L. M. C. C.; HORA, D. M.. **Educação integral, tempo integral e currículo**. Série-Estudos (UCDB), v. 27, p. 177-192, 2009.

CONSULTORIA ESPECIAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. - PMN. **Niterói Bairros**. Niterói-RJ.1996. 499p.

CUNHA, L. A. **A universidade crítica; o ensino superior na república populista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

CUNHA, V. G. P.. **Trajetória da Política de Ciclos na Rede Municipal de Educação de Niterói/RJ (1999-2012): análise do processo de recontextualização do discurso pedagógico nos textos oficiais**. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação. Ano de Obtenção: 2013.

CUNHA, F. P.. **Atlas Histórico e Geográfico de Niterói**. 1. ed. Niterói: NitPress, 2014.

DWECK, E.; SILVEIRA, G. S.; ROSSI, P.. Austeridade e desigualdade social no Brasil. In: ROSSI, P; DWECK, E.; OLIVEIRA, A.L.O.. (Orgs.). **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

FERREIRA, M. M.. A cidade como centro político. In: MARTINS, I. L.; KNAUSS, P. (Orgs.). **Cidade múltipla: temas de história de Niterói**. Niterói: Niterói livros, 1997. p. 73 - 100.

FONTENELLE, D. G.; BRAGANÇA, I. F. S.. **Narrativa dos itinerários de uma pesquisaformação: a jornada ampliada na Escola Municipal Antineia Silveira**

Miranda. Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 666-686, set./dez. 2021.

FONTENELLE, T. H.; CORRÊA, W. B. . **Urbanização Efetiva e Densidade de Domicílios na Região Oceânica de Niterói (RJ) entre 1976 e 2010.** Caminhos de Geografia (UFU), v. 14, p. 172-183, 2013.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI. **Educação municipal de Niterói se prepara para implantar escola em tempo integral.** Sítio da Fundação Municipal de Educação, Niterói, fev. 2013. Disponível em: <<http://www.educacaoniteroi.com.br/2013/03/educacao-municipal-de-niteroi-se-prepara-para-implantar-escola-em-tempo-integral/>>. Acesso em: 09 fev. 2020.

_____. **Prefeitura de Niterói inaugura a primeira escola de ensino fundamental em tempo integral do município.** Sítio da Fundação Municipal de Educação, Niterói, mar. 2014. Disponível em: <<http://www.educacaoniteroi.com.br/2014/03/prefeitura-de-niteroi-inaugura-a-primeira-escola-de-ensino-fundamental-em-tempo-integral-do-municipio/>>. Acesso em: 09 fev. 2020.

_____. **Fundação Municipal de Educação de Niterói realiza o Fórum Permanente do Conselho Escola-Comunidade (CEC).** Sítio da Fundação Municipal de Educação, Niterói, mar. 2014b. Disponível em: <<http://www.educacaoniteroi.com.br/2014/03/fundacao-municipal-de-educacao-realizou-o-forum-do-conselho-escola-comunidadeceec/>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

_____. **Planos de Gestão das Unidades Municipais de Educação 2022-2023.** Sítio da Fundação Municipal de Educação, Niterói, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1JkRz1Y41eqc2yFk59kTZVRjkwiV7S_c5>. Acesso em: 17 set. 2023.

GENTILI, P.. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século.** 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

GUILARUCCI, R. H. M.. Educação integral: concepções de formação humana em disputa. In. IV Congresso Nacional de Educação. Campina Grande: Realize Editora, 2017. **Atas.** Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/36658>>. Acesso em: 10 de jul. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico e Contagem da População: Séries Temporais**. Disponível em: <
<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios>>. Acesso em: 08 abr. 2023.

JULIO, S. S.. **Presença indígena na história: reflexões em torno da Igreja de São Domingos Gusmão (Niterói, Rio de Janeiro)**. Revista Nordestina de História do Brasil, v. 2, p. 104-118, 2019.

MARTINS, A. M. S.. A Pedagogia Libertária e a Educação Integral. In. VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas – História, Sociedade e Educação no Brasil: história, educação e transformação - tendências e perspectivas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. **Atas**. Trabalhos das Sessões de Comunicação. Disponível em:
<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.

MAURÍCIO, L. V.; RIBETTO, A.. **Duas décadas de educação em tempo integral: dissertações, teses, artigos**. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 137-160, abr. 2009.

MINAYO, M. C. S.. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016a. (Série Manuais Acadêmicos).

_____ Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016b. (Série Manuais Acadêmicos).

MONTEIRO, S. O. S. M.. **Educação Integral no ensino fundamental da rede municipal de Niterói: análise da gênese e dos fundamentos da proposta**. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação. Ano de Obtenção: 2023.

MORAES, J. D.. **Educação integral: uma recuperação do conceito libertário**. In: COELHO, L. M. C. C. (Org.). Educação Integral em tempo integral: estudo e experiência em processo. 1. ed. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009, p. 21-39.

MOREIRA, P. G. P.; DALUZ, L. B.; RODRIGUES, V. N. R.. **Programa mais infância: a ampliação da educação infantil na rede municipal de educação de**

Niterói-RJ. In: CONEDU, III, 2016, Campina Grande. Campina Grande: Realize Editora, 2016, p. 1-9. Disponível em: <
<http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/22060>>. Acesso em: 24 jul. 2023.

NÉDER, L.. **Municipalização de três Cieps tramita em ritmo lento.** O Globo bairros (online), 10 dez. 2017. Disponível em: <
<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/municipalizacao-de-tres-cieps-tramita-em-ritmo-lento-22170284>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

NITERÓI. Decreto nº 10873, de 30 de dezembro de 2010. **Diário Oficial do Município**, Niterói, 30 dez. 2010, p. 5-6. Disponível em:
<http://www.niteroi.rj.gov.br/downloads/do/2010/12_Dez/30.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

_____. Atos do Prefeito: corrigendas no Decreto nº 10873, de 30 de dezembro de 2010. **Diário Oficial do Município**, Niterói, 02 jul. 2011, p. 1. Disponível em:
<http://www.niteroi.rj.gov.br/downloads/do/2011/07_Jul/02.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

_____. **Prefeitura inaugura escola de ensino fundamental na Região Oceânica.** Sítio da Prefeitura Municipal, Niterói, fev. 2015. Disponível em: <
http://cisp.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2930:2015-02-25-20-47-54>. Acesso em: 09 mai. 2023.

_____. Lei nº 3243, de 02 de agosto de 2016. Aprova o Plano Municipal de Educação para o decênio 2016-2026, na forma a seguir especificada, e adota outras providências. **Diário Oficial do Município**, Niterói, 04 ago. 2016, p. 1. Disponível em: <
http://www.niteroi.rj.gov.br/downloads/do/2016/08_Ago/04.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2020.

OLIVEIRA, M. P.. **Política Urbana e o Caminho Niemeyer em Niterói-RJ: da re-significação da cidade à (re)valorização do espaço urbano.** Trabalho apresentado no Seminário Política Urbana e Cidadania na metrópole: o Caminho Niemeyer em Niterói como estratégia de revitalização promovido. Natal, 2012, p. 1-16. Disponível em: <
<https://cchla.ufrn.br/ipp/evento/seminario-com-marcio-pinon/#1504805175011-bd988257-84e798bb-77fd>>. Acesso em: 08 abr. 2023.

PAES, M. H. S; PORTUGAL, R.. **Estudo das Receitas Públicas do Município de Niterói: análise da arrecadação de recursos.** Espaço e Economia (online), v. 8, n.16, p. 1-14, dez. 2019.

PAIVA, F. R. S.; AZEVEDO, D. S.; COELHO, L. M. C. C.. **Concepções de educação integral em propostas de ampliação do tempo escolar**. Instrumento - Revista em estudo e pesquisa em educação, v. 1, n. 1, p. 45-60, jan./jun. 2014.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI. **Minuta do Plano Municipal de Educação discutida e aprovada na III Conferência Municipal de Educação de Niterói: a Cidade Educadora que queremos**. Sítio da Câmara Municipal de Niterói, Niterói, 2015. Disponível em: <<http://consultaniteroi.siscam.com.br/DetalhesDocumentos.aspx?IdDocumento=37864>>. Acesso em: 09 fev. 2020.

PUSTIGLIONE, L. C. A. B.. **A Fundação Municipal de Educação de Niterói/RJ: efeitos na Educação Pública no município**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação. Ano de Obtenção: 2014.

RIGEL, R.. **Propaganda que não cola: prefeitura anuncia escola com horário integral, mas pais de alunos desmentem**. Extra (online), 30 out. 2015. Disponível em: < <https://extra.globo.com/noticias/rio/propaganda-que-nao-cola-prefeitura-anuncia-escola-com-horario-integral-mas-pais-de-alunos-desmentem-17932825.html> >. Acesso em: 14 set. 2023.

ROSA, A. V. N.; MARCONDES, M. I.; COELHO, L. M. C. C.. **Educação integral e(m) tempo integral: analisando as organizações curriculares apresentadas nas pesquisas publicadas entre os anos 2000 e 2012**. Revista Cocar (UEPA), v. 10, p. 27-51, 2016.

SANTOS, M. R.. **Experiências pedagógicas libertárias brasileiras: passado e presente**. Revista Estudos Libertários (online), v. 2, n. 6, p. 114-137, nov. 2020.

SAVIANI, D.. História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M.I.M. (Orgs.). **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. 1 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. **Política educacional brasileira: limites e perspectivas**. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008

_____. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4a ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SEPE – NITERÓI: 10 pressupostos para um projeto de educação integral na rede municipal de Niterói. **Blog do Sindicato Estadual dos profissionais de Educação**

do Rio de Janeiro – Núcleo de Niterói, 15 mai. 2013. Disponível em: <
<http://seperjniteroi.blogspot.com/p/fala-educador.html>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SEVERINO, A.J.. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SILVA, B. A. R.. **A predominância da vertente “alunos em tempo integral” nas discussões sobre o tema da educação integral em tempo integral**. Revista Brasileira de Educação (online), vol. 22, n. 71, dez. 2017.

_____ **Uma proposta de atividade epistemológica no Núcleo de Estudos - Tempos, Espaços e Educação Integral: História Oral e Revisão Sistemática**. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa (online), v. 4, p. 1-16, 2019.

SOARES, M. M.. **Engenho do Mato terá escola municipal de ensino fundamental em tempo integral**. A Tribuna (online), 03 jan. 2020. Disponível em: <
<https://www.tribunarij.com.br/engenho-do-mato-tera-escola-municipal-de-ensino-fundamental-em-tempo-integral/>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

VASCONCELLOS, K.R.T.. **Formação continuada na Escola Municipal Anísio Teixeira: um olhar sobre a formação docente**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais. Ano de Obtenção: 2016.

XAVIER, M. E. S. P.. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)**. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

WEHRS, C.. **Niterói: Cidade Sorriso – a história de um lugar**. Rio de Janeiro: Gráfica Vida Doméstica, 1984.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ENTREVISTA 1

Entrevista 1 - Componente da Comissão Dácio Lôbo Jr

Data: 18/07/2023

0:00 à 8:45 – Leitura do TCLE e outros esclarecimentos.

G: Em sua trajetória você teve contato com o tema da Educação Integral e(m) Tempo Integral (EITI), isso que associa aumento do tempo escolar às oportunidades educacionais diversificadas nas escolas públicas, antes de participar da Comissão Dácio Lôbo Júnior? Descreva essa experiência em caso de resposta afirmativa e em caso de resposta negativa descreva como foi esse primeiro contato naquela comissão? Assim, resumindo se você já teve contato em alguma escola, que tenha tido tempo integral, ou se você tenha participado enquanto alguém que implantou essa política em alguma escola, ou se não, enfim...

E1: Não. Já tinha atuado em algumas redes, mas nunca em EITI, como professora, como pedagoga, mas já tinha estudado algumas coisas via grupo de pesquisa. Já fazia parte do GRUPPE, eu faço parte do GRUPPE desde de eu que eu ingressei na direção do André Trouche em 2008, quando terminei meu mestrado. Na época o professor Waldeck era Secretário de Educação me convidou para...eu entrevistei ele na época do mestrado e ele me convidou para ingressar no grupo de pesquisa e aí desde então faço parte do GRUPPE e a gente vem estudando a política educacional de uma forma geral e um dos temas nesses anos de estudo foi a EITI. E aí quando me dedico mais a estudar Educação Integral já é na Comissão, no contexto da Comissão que eu era, acho que era a Secretária da Comissão, e eu era Secretária, eu era na época Diretora do Ensino Fundamental na rede, mas fui Secretária da Comissão, depois relatora do texto final e ali eu pego, foi um ano de estudo diário individual e semanal, ou quinzenal, com a Comissão mesmo. Mas antes não especificamente.

G: Poderia falar sobre a sua inserção na Comissão Dácio Lôbo Júnior, dar detalhes desse processo? Acho que você já começou um pouco, mas se você puder se aprofundar um pouco mais.

E1: A Comissão ela começou o trabalho em 2013, então assim a gente tinha acabado de assumir a Secretaria de Educação e uma das tarefas que o Waldeck, que era secretário na época, nos deu foi de pensar o ensino fundamental em tempo integral porque a rede em educação infantil já é praticamente toda, já era, e ainda é, eu acho que são só duas ou três UMEIs que não tem educação integral e já era assim, então a educação infantil já era praticamente em tempo integral e a ideia era que todas as escolas de ensino fundamental que fossem inauguradas a partir dali já fossem escolas de ensino fundamental em tempo integral, de educação integral em tempo integral, que é importante reforçar essa lógica e, educação integral em tempo integral, então a ideia era criar essa comissão para estudar como que isso seria feito, e já tinha uma escola sendo construída naquele momento, que era a Anísio Teixeira, então toda a nossa perspectiva foi sendo traçada junto com aquela escola que tava sendo construída, uma escola na rede que funcionava em horário estendido, que na verdade não era pensada pra ser educação integral em tempo integral, ela acontecia em um tempo estendido por conta da dinâmica da comunidade, que era a escola no Juca Branco, que é a Demenciano Antônio de Moura, então por conta da vida ali, não sei se você já foi lá naquela escola, ela é uma escola no meio da comunidade mesmo, não tem posto de saúde, não tem nenhum outro atendimento do poder público naquela localidade, então aquela escola pra sobreviver naquela comunidade, que é uma comunidade conflagrada pelo tráfico enfim, pra sobreviver ali porque os professores não conseguem chegar e trocarem ao longo do dia essa dificuldade e por conta do horário, ela não consegue passar ali das 4:30h, 5h, então não dava pra fazer dois turnos. E aí a escola foi sobrevivendo ampliando o tempo enfim, e aí ela também foi chamada pra conversar conosco nessa primeira formatação da comissão. Na época a gente tinha o Programa Mais Educação acontecendo no município e o Programa Escola Aberta, e uma escola que tinha destaque nesses programas, uma pessoa que acompanhava há muito tempo era a Célia, Maria Célia, na Escola Ernani Moreira Franco, era uma das pioneiras do Escola Aberta no município, nós chamamos a Maria Célia também pra ir discutir conosco, então foi um grupo pensado a partir de pessoas que tinham experiências distintas na educação integral, não necessariamente em tempo integral, mas com experiências de ampliação de jornada também, que é o caso da Escola Aberta e do Mais Educação. O Nelson foi chamado porque tinha experiência em educação privada, ela trabalhou em Ciep também como professor da rede pública e tinha experiência no Centro Educacional de Niterói, então chamamos o Nelson.

Então a ideia era compor com pessoas que tinham acúmulo nessa área. A Glória Anselmo também fazia parte da comissão, tinha experiência em Ciep. Então a ideia era que esse grupo se dedicasse a estudar a partir das suas experiências, a partir da bibliografia disponível e a partir da realidade de Niterói, daí a necessidade da gente trazer a experiência do Demenciano, a experiência do Mais Educação no município, da Escola Aberta no município e dessa escola que tava se constituindo naquele momento. E aí eu lembro que um dos primeiros passos foi pensar essa comissão, e num Fórum de Diretores, eu acho que, não me lembro se foi no anterior à instituição da comissão, ou se foi perto disso no mês anterior, quando o secretário anuncia isso pras diretoras, algumas diretoras já se mostraram interessadas em participar do processo, foi o caso da diretora do Elvira Lúcia, que é uma escola, acho que ali é Jardim Icaraí, não sei, que era uma escola de Educação Infantil, 1º ciclo, que tinha interesse também de migrar, e aí ela foi compor também a comissão, não sei se ela chegou a entrar na comissão especificamente, no nome no Diário Oficial, mas ela acompanhou as reuniões em dado momento. E assim foi, essa comissão levou um ano trabalhando, ela foi instituída dia 16 de fevereiro de 2013, eu lembro foi o dia do meu aniversário, e a gente trabalhou aquele ano inteiro, inteiro, e a ideia era justamente essa, tanto que as escolas que marcaram esse período, as três escolas, tem uma linha do tempo, todas tem numa das paredes da reinauguração, tem uma linha do tempo da educação integral no Brasil, que foi um pouco pra marcar a história da comissão, de como a comissão foi estudando e resgata essa história pra trazer pra Niterói, e a ideia era que todas as escolas inauguradas na sequência fossem assim, a proposta, é pra falar sobre isso agora também?

G: Pode.

E1: Pode ir. A proposta foi no final de 2013 a gente chegou a um documento, tanto que quando o Anísio Teixeira é inaugurado ele já tem um primeiro documento com uma matriz curricular pensada, e isso demarcar que essa matriz curricular não fosse de contraturno, que o aluno tivesse, o estudante tivesse as disciplinas, o currículo básico num turno e no outro turno a parte diversificada, ele era alternando essas disciplinas e essa base comum com a diversificada, o espaço do Anísio foi pensado já pra dar conta, ele começou com salas temáticas, então os alunos circulavam na escola ao longo do dia, uma coisa que eu lembro que a gente brigou muito com o setor de obras na época da construção do Anísio foi por conta de não ter banheiros em número suficiente e vestiário pras crianças tomarem banho, porque como que a gente

quer criar uma escola em tempo integral sem a possibilidade de banho, sobretudo no calor enfim, mas a gente não conseguiu avançar porque tem sempre um problema lá entre o pessoal lá da arquitetura, da engenharia com o pessoal da pedagogia, coisa que na Dario Castello não aconteceu. O prédio da Dario Castello quando começa em 2014, aí eu já era Superintendente de Ensino, a gente consegue garantir até porque eles já tinham uma estrutura pensada em forma diferente, garantir vestiários, chuveiros, banheiros em número suficiente para que houvesse um trânsito melhor na escola pras crianças permanecerem o dia inteiro. Então foi esse contexto e as reuniões da comissão aconteciam, eu penso que era quinzenalmente, não era semanalmente, e a gente se propunha a mesmo, era um grupo de trabalho, temas pra estudar, discussões pra cada reunião, visitas a algumas experiências nas escolas que tinham esse trabalho no Rio de Janeiro e em outros estados também, em outros municípios, eu lembro que Glória foi a Cabo Frio enfim, teve, a gente conseguir fazer algumas visitas, não tanto quanto gostaríamos por conta da questão de recurso pra deslocamento, de tempo mesmo, e a ideia era entregar esse documento no final de 2013, não publicá-lo ainda porque em 2014 foi criada uma coordenação de educação integral dentro da Diretoria de 1º e 2º ciclo, porque aí as coordenações viraram diretorias, então a gente tinha uma Diretoria de 1º de 2º ciclo, foi criada dentro desse diretoria uma coordenação, a Camila Bacellar era coordenadora na época desse espaço, era ela somente, então ela acompanhava a rotina dela diária era acompanhar de perto as três escolas. Então ela ia na Anísio Teixeira, na Elvira e no Demenciano pra ver como a educação integral no ensino fundamental, a educação integral no ensino fundamental de tempo integral estava acontecendo naquelas três realidades distintas, uma escola aqui no centro de Niterói, outra lá dentro da comunidade do Juca Branco e outra no Jardim Icaraí porque eram comunidades totalmente distintas, uma escola que já existia nesse formato estendido, uma que foi transformada, então com sérias questões, crianças que estavam acostumadas ao período parcial e tiveram que migrar pro período integral, a grande da comunidade maioria quis, mas não foi tão simples assim, e uma escola que tinha, o Elvira tinha duas etapas da Educação Básica, eu acho que segue tendo Educação Infantil e 1º ciclo, então com questões distintas dentro da mesma escola e o Anísio já criado nesse formato, com aulas de francês, com salas temáticas e que também enfrentou vários problemas práticos ali no início, e eu lembro que em 2014 foi uma luta muito grande manter essa coordenação atuante, nós fizemos seminários de educação integral, convidando

professores de universidades pra dialogar com os professores das escolas, eu não me lembro agora quantos seminários foram, se foram dois ou três que aconteceram no órgão central, mas com esses profissionais, e a ideia era no final de 2014 aí sim publicar esse documento já com as contribuições dessa implementação no dia-a-dia das escolas, pra em 2015 a gente começar essa ampliação na rede e a proposta era caminhar por duas vertentes: a primeira que já falei que era as escolas de ensino fundamental que fossem inauguradas de anos iniciais já serem inauguradas nesse formato e as escolas que já existem serem progressivamente, a partir da demanda da escola, se transformando em escolas de tempo integral. Então primeiro, claro que isso não podia ser feito de um dia pro outro, porque a escola atende a um número x de alunos, pra ela se transformar em escola em tempo integral ela tinha que parar de abrir matrículas e progressivamente se transformando, então isso demandaria tempo e abertura de novas escolas pra poder pegar aquela demanda ali naquele determinado bairro. Então a ideia era que a partir de 2015 essa coordenação não acompanhasse mais localmente, tão cotidianamente, as experiências das escolas, vou chamar assim de escolas instituintes, mas ela passasse a acompanhar essas escolas que **queriam** se transformar e estudar junto com essas escolas como faria isso, em que período de tempo, como que isso aconteceria. Eu saio da Superintendência no final de 2014, eu já anuncio que vou sair lá por setembro e aí fecho algumas coisas, não consigo publicar esse documento, isso ficou pra ser publicado em 2015. Quando eu chego na Dario Castello, e aí eu vou pra Dario Castello muito animada pra fazer isso acontecer, quando eu vou pra Dario Castello, na Secretaria de Educação a Camila sai, essa coordenação de educação integral deixa de existir, Camilla assume a Coordenação de 3º e 4º ciclos, a Diretoria de 3º e 4º ciclos, e essa coordenação de educação integral meio que morre, e aí a gente já entende, muda nesse contexto, o secretário já tinha mudado, Waldeck sai, vai pra vereança, acho que já tá em plena campanha lá pra deputado estadual, Flávia, que era subsecretária, assume a secretária, tanto que eu vou pra superintendência nesse movimento, isso foi em abril de 2014, e quando eu volto pra escola parece que no contexto político de Niterói já há um entendimento de que não é tão necessário ampliar escolas em tempo integral, mas isso não é dito, tanto que a campanha eleitoral do então prefeito na recondução em 2016 tinha como mote as escolas de ensino fundamental em tempo integral, era umas das, não sei se dos projetos, das coisas que ele defendia como programa de governo pra próxima gestão, mas quando ele então

assume na gestão seguinte isso se desacelera mesmo porque aí ele tava muito motivado pelo Plano Nacional de Educação de 2014, a gente começa esse movimento antes do plano, mas ele muito motivado pelo Plano Nacional de 2014, que tem lá aquela meta de ampliação da educação integral, mas aí depois ele entende que Niterói já cumpria isso com a Educação Infantil porque fala educação integral na Educação Básica, não necessariamente no ensino fundamental, e aí o prefeito entende que já tava coberto pela Educação Infantil e aí tira o pé do acelerador mesmo com a questão do ensino fundamental em tempo integral. Então isso fica evidente lá na Dario Castello, que em 2015 a gente começa somente funcionando em um turno, que era o turno da manhã, a escola já começa em março, eu não me lembro o dia exato, dia 15 de março, alguma coisa assim, ela começa em março, e começa só funcionando em um turno, sem, porque não tinha recurso ainda pra manter a escola em tempo integral, mas que a gente, a proposta que nos foi dada como direção e equipe pedagógica era que a gente fosse construindo uma proposta de educação integral primeiro com parcerias. Então a gente conseguiu algumas parcerias, que era o Sesc, era, o Sesc foi com badminton, até o Gabriel, que uma referência no esporte no Brasil, foi professor lá e a gente conseguiu fazer esse projeto e ao longo do ano conseguimos trazer também dança de salão com um professor da região, ali da Região Oceânica, esqueci o nome dele, mas ele tinha uma academia de dança ali na região, então a gente fez essa parceria, e as crianças faziam horário estendido em dois dias na semana, então a gente começou com essa lógica, mas os pais, o conselho escolar a todo momento reafirmando que lá seria uma escola em tempo integral. No ano seguinte, que a ideia era essa no ano seguinte, em 2016 ela já começar com todas as turmas em tempo integral e aí a gente foi vendo que isso não foi acontecendo, eu lembro que a gente já fez uma proposta pra 2016, então a gente tinha tudo organizado com o conselho escolar, as famílias participavam ativamente de toda a proposta pedagógica que a gente ia construindo, tanto nesse momento de ampliação da jornada, quanto no projeto pro ano seguinte, até que a secretaria disse que não, que lá ia começar direto com turmas no 1º e no 2º turno porque não tinha como a demanda da região ser atendida, haja vista que tinha 5 UMEI ali na região, acho que ainda tem ainda 5 UMEI na região.

G: Na época.

E1: É? Agora não tem mais?

G: Tem mais.

E1: Tem mais. Então, e a gente tinha que receber essas crianças de 6 anos, então a gente foi cada vez mais aumentando primeiro ano e recebendo essas crianças, eu sei que teve em 2016 a gente abriu algumas turmas no 2º turno, não foram todas e aí a gente ainda dizia dá tempo, dá pra gente né, a gente fez todo um arranjo pra poder garantir que mesmo com mais turmas, a gente, mais do que 10 turmas que era o que a gente tinha capacidade de funcionar por turno, que com 12 ou 13 turmas a gente ainda fosse capaz de funcionar em tempo integral, mas em 2000, eu acho que foi exatamente no ano de 2017, isso foi dito que não, que, enfim, ia funcionar mesmo em horário parcial, já tinha uma discussão daquela escola onde era um DETRAN, a Escola Fagundes Varela foi desapropriada, ia ser um DETRAN e aí o município retoma o prédio do Fagundes Varela, então já tinha aquela coisa que aquela escola ia abrir pra poder, a gente, as duas escolas fazerem em tempo integral, e aí quando tiram de fato a ideia de tempo integral dali da Dario foi com argumento que a Fagundes Varela viraria escola de tempo integral. Até hoje ela não inaugurou, assim de 2015 pra cá...

G: Foi nem..

E1: Nem obra.

G: ...nem construído.

E1: Nem obra, nem obra. Então foi mais ou menos esse contexto, aí eu lembro que também em 2014 uma coisa não esperada e que esses estudos todos que falam de educação integral no município de Niterói não aborda aparece numa escola no Caramujo em tempo estendido dos anos finais do ensino fundamental, que isso não foi estudado, eu lembro que na comissão a gente até fala numa possível ampliação pros anos finais, mas a gente não chegou a tocar nessa história, nesse momento de estudo, isso hoje a Escola Antineia em tempo estendido nos anos finais, então ela sempre foi toda uma proposta pedagógica totalmente à parte da rede, não era orientada pelas discussões da comissão. Ela se organizou sozinha e aí sabe lá por que essa escola ficou em horário estendido e permanece em horário estendido até hoje.

G: Então no caso dessa escola de 3º e 4º ciclo ela foi um movimento de dentro pra fora?

E1: De dentro pra fora, a argumentação era que ela não podia, o Ciep, prédio fantástico, mas ela começa funcionando somente em um andar por conta de não ter conseguido fazer obra pra começar o ano letivo, ela começou só com um andar, então podia receber poucos alunos e aí ela fez esse pouco, esse trabalho com poucos

alunos em tempo, em jornada estendida, tanto que lá o horário de 8h às 4h, é um horário completamente diferente, inclusive do que a gente propõe pras escolas de tempo integral dos anos iniciais de ensino fundamental, que é de 8h às 5h, ela se organiza de 8h às 4h e por conta própria. E aí eu não sei, em 2014 eu ainda acompanhei que era por conta dessa coisa de não ter a escola toda construída, mas depois a escola foi toda reformada e continua assim, apesar, aí eu não sei dizer por qual razão, apesar de haver uma grande demanda de anos finais de ensino fundamental na rede, são pouquíssimas escolas. Senão não falhe a memória são 12.

G: Doze, segundo os dados oficiais são doze, mas aí tem que contar que se alguma escola que pode ter uma turma de 6º ano porque na minha cabeça são 11.

E1: É 11?

G: Mas pelos dados que coletei no Inep são 12 mesmo.

E1: Na época que trabalhei na Fundação eram 13, aí o Infante Dom Henrique, que agora é Maria Felisberta, deixou de oferecer, ficaram 12. E aí um absurdo um município com o de Niterói ter esse número desde, minimamente desde que eu estava na gestão central em 2013, ainda diminuiu uma escola e a gente achar que não tem demanda pras esses adolescentes e jovens. E aí aquela escola imensa funciona com um número pequeno de alunos, não sei por quê.

G: Assim, na verdade a agente já, você já foi linkando as perguntas foi fluindo assim, tá fluindo, porque na verdade as outras perguntas elas eram pautadas em coisas que você já disse, sobre número de escolas contempladas, e você informou sobre que a proposta inicial era que elas fossem, as escolas que fossem sendo inauguradas posteriormente desdobrando pra outras escolas, etc...

E1: Eu lembro que o Dom José já tinha interesse desde a primeira pergunta. Ela, a diretora Leni, ainda é diretora, ela já demonstrava interesse desde sempre em transformar, mas aí não, como ali também é uma comunidade, tem dificuldade de ter outras escolas, são duas perto, o Dom José...

G: Jacinta.

E1: Jacinta Medela, mas mesmo assim ainda tinham bastante alunos, então tinha que, ela já entraria nesta proposta de estudos em 2015 para ampliação.

G: Olha. E assim, e é isso sobre a proposta a Dario já tava assim, porque é o que, na verdade essa é a pergunta central porque eu parto, enquanto pesquisador através daquilo que observei enquanto também, porque sou um pesquisador e também sou um agente, sou um sujeito que está inserido dentro da rede, desde aquela época, e

de uma escola próxima, isso aí não é nenhum mistério, tanto que tá na pesquisa também está escrito, e eu me lembro vagamente desses movimentos, eu era novo na rede, e me lembro também de todos os burburinhos em torno da implantação do tempo integral na Dario Castello, que é escola nova e tal naquele momento e tudo mais, e pra mim foi uma surpresa ver que a escola ela não foi, foi anunciada inclusive em jornal, me lembrei daquilo depois eu consegui até achar as matérias.

E1: Gustavo, o prefeito falou na inauguração.

G: É...

E1: Na inauguração aquele auditório lotado, pelos convidados e pela comunidade, o prefeito garantiu que ali seria uma escola de tempo integral, então assim quando os familiares souberam que não seria os pais ficaram revoltadíssimos porque eles diziam que eles estavam sendo enganados pelo prefeito, o prefeito falou. Ele não mandou, não foi só publicação em jornal, ele falou no discurso da inauguração da escola. Foi muito feio e a gente como direção da escola ficou de frente...

G: Sim...

E1: ...e assim a escola comprou a briga mesmo, a gente, a gente não, o CEC, eu apoiei como diretora, eu não me isento disso não. O CEC deliberou por fazer o abaixo-assinado e eu assinei também, então, eu não me lembro agora, mas tinha umas 300 assinaturas, acho que isso ainda tem na escola, se você pedir lá, eles devem ter, eu guardava, e a secretaria sequer respondeu, sequer respondeu o abaixo-assinado, a gente encaminhou pra secretária, pra Fundação, para a prefeitura, ninguém respondeu, ignoraram a demanda da comunidade e saiu num jornal do município também, e inclusive uma das coisas que revoltaram a mãe da Paloma, não lembro o nome dela agora, gente tô ficando já velha.

G: Também esqueci.

E1: É...que revoltaram uma das mães que era muito atuante no CEC, a Paloma tinha necessidades, era uma criança com deficiência, uma adolescente já com deficiência, e que a foto da Paloma sai num jornal, então ela falou assim “o prefeito mentiu ainda usou a foto da minha filha”.

G: Eu tenho esse jornal.

E1: Esse jornalzinho, era da Folha da Região Oceânica

G: Isso, isso, isso. É, e assim, particularmente, é importante eu me situar, eu chego na Dario em 2017, então eu cheguei após esse movimento, de quando consolida essa mudança do tempo parcial, então, por exemplo, essas coisas que você relatou aqui

agora são coisas das quais quase eu não tinha conhecimento porque não estava na comunidade, eu não estava na comunidade escolar naquele momento, cheguei posterior a esse movimento todo, e eu me lembro que, enfim, não foi algo que a gente...eu me lembro que quando eu cheguei lá a gente, não havia essa conversa assim...nos corredores e tal, isso não foi mencionado, eu tinha isso na memória, mas é como se tivesse tudo esquecido assim, como se tivesse de fato debaixo do tapete sim, foi realmente bem estranho.

E1: É que foi uma rasteira mesmo que a gente tomou e foi de um dia pro outro porque a gente foi tentando conversar, lembro que na época jornal nos procurou, no ano de 2016, e quem é diretor na rede é proibido de falar na rede com a imprensa, a gente não pôde falar, mas vários meios de comunicação procuraram por conta de denúncias da comunidade, de que a escola tinha sido prometida como uma escola em tempo integral e isso não tava sendo cumprido, mas até 2016 quando eles pediram pra gente abrir as turmas de 1º ano, eram turmas de 1º ano e Aceleração, não lembro quantas 1º anos. No turno da tarde, a gente ainda abriu, reclamando, mas entendia que era demanda.

G: Acho que eram umas quatro porque a Aceleração... porque quando cheguei na escola tinha bastante 2º ano.

E1: É. Eu acredito que era isso mesmo, tinha uma ou duas de manhã e à tarde tinham várias turmas de 1º ano por conta da demanda daquelas, as crianças da UMEI não tinham pra onde ir. Então a gente foi, abriu um monte com maior disposição de ajudar, mas assim, o tempo inteiro garantindo e fazendo poder público garantir que isso não implicaria na ampliação da jornada e aí a gente continuou com essas experiências de contraturno, e aí era contraturno mesmo não era educação integral, era reforço no 2º turno de alguns alunos, especificamente a Aceleração, acontecendo no 2º turno, então, mas a gente mantinha atuante esse projeto de ter essa jornada ampliada, tanto que quando pedem o mapeamento, o mapeamento é sempre, sempre, não sei como é agora, mas ele começava a ser feito em setembro por aí, agosto, setembro. Quando pediram o mapeamento, eu e Patrícia, Patrícia adjunta, agora geral, ela, a gente fez toda uma matemática lá, se virou nos 30 pra poder dizer que a gente daria conta daquelas turmas em tempo integral, fazendo rodízio de espaço, aquela loucura toda, desde que a Fundação não abrisse mais nenhuma turma no ano seguinte. Iam sair turmas de 5º ano, a gente não receberia mais nenhum aluno e a gente conseguiria dar conta. E aí foi alegado que não era possível que a escola ia passar pra 20 turmas,

e aí gente depois que passa pra 20 turmas é impossível, depois de ter quase 600 alunos dentro da escola como é que você vai voltar a ter 300, é impossível. Aí a gente viu que era impossível voltar atrás, nem com a abertura de uma outra escola, que teria que ser uma escola de um grande porte para poder tirar metade...

G: ...ou escolas?

E1: Ou escolas.

G: É. Assim, qual a sua opinião sobre o desenvolvimento da EITI no município. Enfatize as escolhas realizadas pela gestão municipal. Você falou um pouco em outras falas ao longo da conversa, mas você poderia ser um pouco mais enfática em relação a esse tempo.

E1: Eu penso que foram escolhas muito infelizes, que, e assim, eu entendo que Niterói tem um planejamento muito ruim de construção de escolas, um planejamento muito ruim mesmo. Que assim, qualquer pessoa, não precisa nem ser gestor público, basta pensar na evolução de um grupo de pessoas que ingressam na escola na Educação Infantil. Essas crianças vão demandar, uma vez matriculadas na rede, ir mudando de escolas ao longo da sua trajetória escolar. Então se elas ingressam na Educação Infantil, depois de três, quatro, cinco anos, elas vão precisar ingressar no Ensino Fundamental, em escolas de anos iniciais. Depois elas vão precisar ir pros anos finais e aí Niterói ela não, eu penso que não tem planejamento mesmo. Eu falo isso mesmo da experiência que tive nos dois anos, que apesar de a gente fazer um planejamento, um estudo, esse estudo nunca era acatado. E eu acredito que assim permanece.

G: Acatado pela Fundação, pela Secretaria?

E1: Tanto pela Fundação, pelo presidente da Fundação, quanto pela Secretaria. Mas mesmo dentro da Fundação, quando a gente conseguia um diálogo bom com os gestores, a prefeitura que determina como vai ser feita a política educacional, então o secretário ele não é um quadro técnico que discute de igual pra igual com o prefeito. Claro que ele não é igual ao prefeito, mas ele como um quadro técnico que tem competência na área, ou deveria ter competência na área, para falar sobre ela, ele não é respeitado, eu percebo que enquanto Waldeck era secretário, ele conseguia impor algumas pautas à prefeitura, vou dar alguns exemplos: a da educação integral e a do SAEN. O SAEN, quando ele foi desenhado, e eu não vou falar muito sobre isso que não é o seu assunto, ele foi desenhado a pedido da prefeitura, que se fizesse um sistema de educação em Niterói por conta dos índices do IDEB, que em Niterói tinha índices baixos, principalmente nos anos finais, que aí quando Niterói faz, quando a

gente começa a ser dedicar ao estudo do SAEB, a gente tem todo um compromisso de não ranqueamento, porque são coisas que a gente, eu, Waldeck, as pessoas que estavam à frente da Secretaria naquele momento não concordamos. E numa mesa com o prefeito, ele fala sobre bonificação, e o secretário na época foi muito firme que não, que esse não era o caminho. A gente tava o prefeito, a secretária de planejamento, o secretário de educação. Quando ele sai, eu percebo que não tem muito enfrentamento e as pautas vêm mesmo da Prefeitura pra Secretaria de Educação. Então eu penso que passa por isso, quando o prefeito vê que ia ser não é um dado relevante pra Niterói aparecer no cenário estadual, no cenário nacional, essa discussão da educação integral ela fica esquecida, e de fato ela foi jogada pra debaixo do tapete, não se falou mais nisso. Não se publica o relatório da comissão, a coordenação que tinha ali por dentro é extinta, então assim, não se falou mais. E o foco, a resistência, que a gente pedia na educação integral aquilo foi abafado, bota 20 turmas lá pra dentro não vai dar nem tempo mais na escola pensar nisso. E de fato, não deu mais tempo pra gente pensar. E a meu ver esse é um grande equívoco, porque se a gente fosse pensar nessa fluidez da rede, foi lá, de 2013 até 2020 foram construídos mais de 10 UMEI não é isso? Foram 20 UMEI.

G: Foi. Aumentou, acho que em 50%, uma coisa assim. De matrícula sei que foram 50%.

E1: É, eu não lembro, mas acho que foram 20 UMEI.

G: Porque teve algumas que foram absorvidas, que eram conveniadas também.

E1: Olha que loucura. Quantas escolas de ensino fundamental foram inauguradas? A Dario e a Anísio Teixeira, só. Aí começa um movimento de botar 1º ciclo por dentro de UMEI. A Jacy Pacheco tem até o 5º ano, continua com nome de UMEI, é até o 5º ano. É... aquela lá dá...

G: Aquela é a Vale Feliz?

E1: A Vale Feliz. Aquela lá perto, aí gente, esqueci o nome da escola, Vinícius de Moraes, tem 1º ciclo, porque essas crianças tem que ir pra algum lugar. A UMEI Vinícius de Moraes, esqueci o nome daquele bairro.

G: Ali é Sapê.

E1: Sapê. Ali tinha 1º ciclo, não sei se ainda tem, mas foi uma das primeiras, pro Levi não cabia mais estudante no Levi. Então porque essa rede ainda continua pensando em UMEI, escolas de anos iniciais e escolas de anos finais? Não sei se isso é o melhor caminho, todos os municípios que precisam ampliar a escola hoje, pensam em

escolas maiores, em escolas de 1º ao... Se quer fazer UMEI separada, ao meu ver é um equívoco também, vou na contramão do que especialistas em educação, alguns especialistas em educação infantil falam, mas eu entendo que a UMEI poderia ser UMEI e escolas da infância, escolas com 1º ciclo. As crianças continuam sendo crianças com seis, com sete, com oito, então terem escolas ampliadas, que aí atendiam o fluxo da comunidade. Num dado momento pode abrir 1º ciclo, no outro não. Se não houver mais demanda, não abre. As escolas de 1º ciclo poderiam ser de 1º, 2º, 3º, 4º ciclo, poderiam ser escolas maiores porque aí você vai vendo, tem demanda? Os professores podiam ficar alocados, ao invés de ficarem alocados em escolas, ficarem alocados por polo porque aí você atenderia a demanda do polo. Se naquele ano não tem demanda pro Dario Castello pro sexto, pro sétimo ano, ele fica só na Portugal Neves. Então assim, eu entendo que a gente poderia avançar nas formas de pensar as escolas por território, que aqui se pensa por polo, mas avançar nessas escolas por território. O Barreto tem uma forma muito interessante, são escolas uma de frente pra outra, por que que não avança ali naquela discussão? Primeiro como uma escola com polo que tem uma área, que tem escolas tão próximas por que não avança ali como um estudo pra ver se dá certo? O Barreto tem essa realidade, ali onde é o Diógenes, Sitio do Ipê, Matapaca, também é possível fazer isso, tem escolas muito próximas, tanto de Educação Infantil, quanto de Ensino Fundamental anos iniciais e finais, então por que não pensar em outras formas de organizar o fluxo? E aí sim seria possível, nessas áreas começar a implantar a educação integral, e pensar educação integral até os anos finais. É possível, falta é vontade política, porque isso vai implicar contratar mais professores, uma coisa que é apontado lá no nosso relatório da educação integral, era que era preciso pensar e rediscutir a contratação de professores pra trabalhar escola de educação integral. Não dá pra você trabalhar em escola de tempo integral com professores parciais, isso é uma dificuldade extra. A Anísio Teixeira sofre com isso. Assim, falo Anísio Teixeira porque eu vivencio mais de perto, agora Maria Felisberta que eu tô tendo uma aproximação também. Quem fica com as crianças na hora do almoço? A UMEI tem vivenciado, as UMEI têm vivenciado isso agora também, porque antigamente eles prendiam, o professor tinha que fazer dupla regência. Agora não é mais assim, então um vai embora, o outro chega e quem fica com as crianças? Então entendo que Niterói não tem uma política pensada de aumento de escolas, não tem. Isso fica evidente agora quando é necessário fazer o uso do Programa Escola Parceira pra Educação

Infantil. Essa semana mesmo saiu aí nos noticiários que nem o Escola Parceira deu conta disso, que ao meu ver é uma política totalmente equivocada, que é desvio de dinheiro público para instituições privadas. Mas nem assim, porque não há um estudo detalhado de como entender quantas pessoas tem nesse bairro, quantas pessoas tem nesse território, nesse polo e como vai ser o fluxo ali. E no caso nos anos finais continua a se garantindo na rede estadual, que também tem seu compromisso com o ensino fundamental, mas não há um esforço da gestão municipal de ampliar o número de vagas, não tem, não tem mesmo. Fico realmente pensando pra onde vão esses estudantes no Ensino Fundamental, enquanto não tiver essa preocupação, que dirá vai pensar em escolas de tempo integral? E isso é um equívoco porque se tivéssemos ampliado essa discussão lá na década passada, a gente não taria sofrendo tanto com os impactos da pandemia agora, porque veja só alunos numa escola em tempo integral eles têm muito mais chance de recuperar o que foi “perdido” na pandemia do que numa escola parcial, com as salas superlotadas, falta de professor de apoio, com tudo que a rede está vivenciando agora. Uma escola em tempo integral ele tem muito mais oportunidades, inclusive tempo, que é pra se movimentar com reforço na própria jornada dele, sem prejudicar o “conteúdo” daquela turma na qual ele tá matriculado, possibilidades de reagrupamento. Então se de fato a gente tivesse uma política de ampliação do número de escolas, conjugada com a ampliação da jornada, com uma ideia de implantação de um currículo que seja de fato de educação integral, que contemple a multidimensionalidade do sujeito, nessa perspectiva omnilateral, que não seja somente para fazer com que as nossas crianças sejam eficientes no que cobra a Prova Brasil, que é Português, Matemática, o que os organismos externos acham que é ter um cidadão qualificado, e também agregado a isso, com professores que fossem de dedicação exclusiva pudessem estar no município somente aqui nesse município se dedicando, recebendo efetivamente o seu plano de cargos e salários, com um terço de planejamento, a gente tinha tudo pra dar certo, que aqui temos profissionais muito bem formados, temos uma realidade municipal que não se vê, por exemplo, no município de São Gonçalo, que é uma rede muito maior, um número de, muito mais pessoas, mas a meu ver falta vontade política mesmo, falta vontade política e planejamento. Eu acho que ficam muito preocupados com o que aparece na mídia, e uma descontinuidade terrível nas políticas públicas e olha que a gente tá falando, de 2013 pra cá, do mesmo grupo político que esteve à frente, o mesmo grupo político que tá lá ocupando, a Secretaria, a Secretaria não, a prefeitura, mas dentro da

Secretaria quanta descontinuidade já teve que faz com que projetos não sigam adiante.

G: É o velho dilema da descontinuidade/continuidade da política.

E1: É, mas que é assustador que é dentro do mesmo grupo político. Teoricamente teria tudo para dar certo, o cara tá no terceiro mandato à frente, terceiro ou quarto?

G: É são dois, é terceiro, indo pro terceiro agora.

E1: Vai pro quarto agora.

G: É reeleição, ou eleição?

E1: É. Então assim, por que não avançamos com tanto dinheiro que Niterói tem? Tanto dinheiro! É royalties, é não sei o quê! Não tem explicação!

G: É, assim, a gente tá terminando. A última pergunta é: por fim gostaria de acrescentar alguma outra informação? Na verdade, na realidade são várias, mas tem algo mais que você queira relatar, o que, algo que você vivenciou nesse processo do contexto, do contexto de produção do texto, depois da tentativa do contexto da prática, de tentar implantar a política de EITI na escola?

E1: É, assim, eu agora tô tentando me reaproximar nas escolas via universidade, então o meu projeto de residência pedagógica eu acompanho duas escolas de tempo integral de ensino fundamental em tempo integral, em duas realidades muito distintas: uma aqui que foi essa que é gestada nesse percurso; uma que foi transformada. E venho percebendo inúmeras diferenças de precarização da proposta, a escola inclusive que foi transformada desconhece a proposta da comissão, desconhece, eles não tiveram contato com ela, então eles foram simplesmente transformados, sem aumento, com um currículo parcial, cujo tempo de ampliação da permanência das crianças aumenta, que é tudo que a gente critica naquele documento, que não é só ampliar jornada, que era o que O Mais Educação fazia, é pensar em outro currículo, que formam esse estudante integralmente. Mas mesmo dentro da Anísio Teixeira, que é uma escola que foi pensada neste contexto, inúmeras dificuldades, a escola vivencia inúmeras dificuldades, desde as mais básicas, que é quantidade de merenda, desde 2014 quando a escola foi inaugurada esse é um ponto que sempre foi colocada, eu lembro disso, e hoje diretora ainda fala, a quantidade de merenda não é pensada pra crianças que ficam o dia inteiro. Assim, numa questão mais elementar, que não consegue avançar até questão da verba que é recebida pela escola, que não aumenta também, desde então, essas escolas precisam ser ouvidas de uma forma diferente da rede. A rede precisa assumir que ela não precisa de ter um desenho igual pra todas

as escolas. Eu acho que isso é uma coisa que, eu tenho pensado muito, que eu não pensava naquela época, mas que eu tenho pensado muito, que a gente, a política municipal ela tem que acompanhar as demandas dos territórios, e não ao contrário. Então se nesse território hoje há uma demanda, aconteceu na Anísio Teixeira no ano passado, ou ano retrasado, quando volta da pandemia uma demanda por 6º ano, porque as crianças que tavam no 5º ano não tinham vivenciado a escola, então a comunidade demanda por ter 6º ano ali e houve um 6º ano. Com todas as críticas que eu possa fazer a gestão do Wu, ele ouviu a comunidade naquele momento, foi implantado um 6º ano, que já acabou, mas num formato totalmente diferente, que foi muito bacana, assim, de tudo que a gente que discute essa continuidade que normalmente a escola regular rompe, da educação infantil pros anos iniciais, tem uma ruptura, a gente propõe uma educação da infância, a educação da infância em que você não rompa com aquela, que a criança de 6 anos continua sendo criança, você dá aula pra criança de seis anos, eles precisam brincar, eles precisam de parquinho, não dá pra você falar “epa, agora você não é mais criança, você vai aprender a ler, esquece de brincadeira!” Quando a criança vai do quinto pro sexto, ela é ainda criança pré-adolescente, tá entrando na adolescência, tem um monte de mudança, por que tem que romper tanto? Para com um professor, dois, três, passa a ter nove de uma hora pra outra! Na Anísio, quando houve esse ensaio do sexto ano, houve uma perspectiva muito interessante, tinha professor dos anos iniciais que acompanhava aquela turma, que era como se fosse a referência deles e tinha professores por áreas de conhecimento. Então isso merecia um estudo pra se repensar a própria discussão de ciclos na rede, que é uma discussão emperrada né. É ciclo e não é. É ciclo com grade de série. É ciclo com retenções homéricas no final de cada ciclo. É ciclo que não tem reagrupamento mais. Então assim, por que a gente não para pra ouvir as experiências de cada escola, o que elas nos têm a nos dizer? Essa experiência do sexto ano é interessantíssima, mas já foi extinta. O que que uma escola lá, por exemplo, a Portugal Neves tem um auditório, tem uma escola enorme, o que que pulsa ali dentro daquela escola? Por que que eu tenho que fazer um programa de aceleração, de reforço igual pra todo mundo? Por que que as escolas não podem demandar? Aí eu vou fazer isso por meio do teatro, vou fazer isso por meio de uma banda, vou fazer isso meio, sei lá, deixa as escolas dizerem o que que, o que que move aquela escola e pensa a política educacional a partir dali. Então eu tenho cada vez mais pensado nisso, as escolas como protagonistas dos seus projetos político-

pedagógicos e a Secretaria como instrumentalizadora desses projetos, e aí os técnicos que estão na secretaria acompanhando o que essas escolas estão a oferecer e dando o suporte necessário, vendo se tá sendo sério, se a legislação está sendo cumprida, mas a partir dali deixar acontecer o trabalho pedagógico. E aí a gente fica fazendo tudo formatado, que não acontece formatada nas escolas, cada uma acaba fazendo o seu jeito porque a secretaria não consegue acompanhar, e ao mesmo tempo nada fica bom, e fica nessa dissonância. Então penso que cada vez mais pensar na discussão de ciclos e ampliação das jornadas, e aí o governo federal agora vem com, dá um gás nessa discussão novamente. Volta a falar de educação integral, lança um programa pra educação integral, como plano de governo, e a gente tem ano que vem um novo Plano Nacional de Educação, então vamos ver o que que vai ser discutido em termos de educação integral.

G: E no nosso caso lá em 2026, se seguir o calendário. Porque a gente postergou lá em 2016.

E1: Exatamente. Então espero que na correlação de força pra o novo Plano Nacional de Educação, a educação integral ganhe destaque e que venha separado, ou as metas para Educação Infantil, para Ensino Fundamental e para Ensino Médio, já não sou tão a favor de educação integral no ensino médio, porque o Novo Ensino Médio no estado do Rio de Janeiro vem nos mostrando que a educação integral não é uma alternativa para os jovens da classe popular, infelizmente porque eles precisam trabalhar. Então, mas principalmente, a não ser que se pense em bolsas de permanência, em outras estratégias, que venha no Plano definido pro Ensino Fundamental e pra Educação Infantil em separado, porque aí Niterói sai dessa arapuca que ela mesmo se colocou, de achar que está tudo resolvido com a Educação Infantil.

G: Eu agradeço a tua participação, claro né, um dos motivos que eu li pra ti, eu não posso dizer o teu nome, então vou agradecer aqui em anônimo.

E1: Eu falei um monte de nomes.

G: É, não tem problema, mas meu papel também é filtrar, enfim, e muito obrigado pelas informações, pelas experiências relatadas aqui, e que posteriormente que esse material consiga colaborar também com esse processo, essas experiências relatadas pra que a gente pense a educação pública municipal de Niterói, em específico o meu tema de estudo, que é a EITI no município, da qual pra mim também é muito caro. Obrigado.

APÊNDICE B – ENTREVISTA 2

Entrevista 2 - Componente do primeiro Conselho Escola-Comunidade da Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello

Data: 30/08/2023

0:00 à 1:55 – Leitura do TCLE e outros esclarecimentos.

G: Em sua trajetória, antes da inauguração da Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello, você conheceu alguma outra escola que tenha desenvolvido a Educação Integral e(m) Tempo Integral (EITI), isso que associa aumento do tempo escolar às oportunidades educacionais diversificadas nas escolas públicas?

E2: Sim. Antes de eu vir para esta escola, já existia o Demenciano, que é uma escola dita de horário integral, mas na verdade o que seria de horário integral simplesmente foi uma ampliação do tempo da criança na escola e não vai nem assim, não abrange os dois horários. A criança acho que entra oito horas da manhã e sai três ou quatro horas da tarde, não seria nem nos dois turnos, vamos dizer assim, e se fosse pra ampliar o horário seria de 7:30h às 5:30h, mas não é. Era simplesmente uma ampliação do horário de permanência da criança na escola, mas o oferecido, o que é necessário para que a criança tenha uma educação integral. E, na época, eu sei que existiam alguns projetos, tipo de natação, alguma coisa assim, ligada à prefeitura que as crianças iam para esse projeto fazer aulas de natação, alguma coisa assim, mas uma coisa bem rasa. Eu também participei do primeiro momento de implantação do Anísio Teixeira, que a proposta era muito boa se realmente acontecesse da forma como estava sendo proposta, que era a criança ficaria, mas teria várias atividades, por exemplo, na época teve um concurso de Artes, esse concurso de professor de Artes, ele teve l  formação específica, por exemplo, eles queriam professor que tivesse formação em Teatro, outro em Música, porque a ideia era: você pegar e botar aula de teatro, aula de música, oferecer várias oportunidades que ficam no horário integral para não ficar só cuspe-giz dentro da escola dia inteiro. Mas o concurso, além muitos professores não terem passado nesse concurso, a maioria só tinha Artes Plásticas, então inviabilizou essa questão de colocar, de oferecer outras atividades. Além disso, foi aberto, na época, tinha um contrato de Inglês e Espanhol e Francês,

Inglês e Francês, e lá foi colocado professor de Francês, que também não avançou, não avançou. Os professores de Francês foram aos poucos saindo, passando em outras coisas e acabou que não avançou. E aí, foi aí que a escola foi inaugurada, aqui o Dario Castello. Você já vai ter outra pergunta?

G: Sim. Você poderia...são seis perguntas, então elas têm, elas são um caráter de guia, elas não são um caráter de serem engessadas, inclusive você pode responder numa outra pergunta a primeira questão. De qualquer maneira eu vou pra segunda: poderia falar sobre a sua inserção no primeiro Conselho Escola-Comunidade (CEC) da Escola Municipal Dario de Souza Castello? Quais eram as funções desse conselho? O que você fazia?

E2: Então, nesse primeiro conselho eu entrei como diretora-adjunta. O conselho, ele era muito atuante, muito atuante, os pais representantes do CEC, eles eram pessoas muito envolvidas com a escola, então eles faziam na época de festas saíam por aí nos comércios arrecadando dinheiro, ou doações, pra poder trazer pra escola. Eles, na hora de fazer as coisas, eles vinham pra cá pra fazer pastel, eles vinham pra cá pra poder ajudar a fazer o bolo de algum aniversário da escola, alguma coisa assim. Então eles participavam muito, eles eram bem atuantes, inclusive na época, na época desse conselho a gente sempre quando teve um conselho com constantes reuniões, então assim, a gente fazia pelo menos uma reunião por mês, mas toda vez que a gente tinha uma coisa a mais, que interferia no andamento da escola a gente convocava o conselho e eles vinham, eles estavam sempre presentes na escola. Na época, inclusive teve uma mãe, que era de uma criança especial, que no dia da inauguração que o prefeito esteve aqui, que ele falou, saiu até na revista, que essa escola seria de horário integral, ela saiu na foto e como isso não aconteceu, essa mãe do CEC ela foi para todos os meios de comunicação pra poder denunciar isso, que uma coisa que foi prometida na inauguração e que usaram a foto dela veiculando a escola de horário integral acabou não acontecendo. Teve uma briga muito grande nessa época.

G: É, eu assim, eu achei muito estranho porque quando a escola é inaugurada eu tava já na Portugal Neves, e eu me lembro que houve inclusive deslocamento de materiais da Portugal Neves para poder...

E2: ...para fazer a inauguração

G: ... principalmente de Ciências porque não tinha ainda os equipamentos e tudo mais, e depois de um tempo eu não ouço mais falar da Dario Castello, como se a escola pra

mim, na época eu não conhecia tanto a Região Oceânica, como se a escola tivesse sei lá, tá ali, eu nem sabia aonde estava, aonde era a escola, diga-se de passagem, e quando eu venho pra cá em 2017, eu já cheguei aqui “ué a escola em tempo parcial, tipo assim mas essa escola não seria em tempo integral”. Eu achei bem estranho, mas obviamente eu fui meio que indo...

E2: Na época que a escola foi inaugurada eu estava na sede, eu trabalhava na FME, e aí eu tive um outro, como eu estava de uma outra posição, eu tive um outro olhar sob esta escola porquê, que a Região Oceânica é uma região com uma demanda de vagas, a demanda era muito grande e a oferta era pequena, então era, vamos dizer assim, não tem quando uma coisa já está prevista de acontecer, era uma erro, era, vamos dizer assim, era uma propaganda que a gente sabia que não ia se concretizar porque a gente quando ia fazer, todo ano, quem trabalha lá na sede que vai fazer, vai trabalhar na matrícula, que ela faz, ela faz um mapeamento de quantas escolas têm de ensino fundamental, quantas escolas têm de educação infantil, de 1º ao 5º ano quantas têm, de 6º ao 9º, e aí a gente vê o quê, por exemplo, na mesma época que a Dario Castello foi inaugurada, estava sendo inaugurada algumas UMEIs, qual é a tendência, a tendência é: quanto mais UMEIs você tem na região, mais crianças você vai ter que abrigar quando abrir, quando for pro ensino fundamental, então na época da matrícula o que que a gente fazia, a gente fazia um levantamento com todas as direções aqui da Região Oceânica perguntando quantas turmas do 5º ano da Educação Infantil você vai botar pra fora, botar pra fora é quando, assim, está saindo da escola, eles vão até a turma de 5 anos, que é o GREI 5, quantas turmas estão saindo da sua escola, aí é gente via “ah, tá saindo duas no Odete Rosa; ah, tá saindo três no Paulo Cesar Pimentel, tá saindo no Lizete Maciel, que é lá no Jacaré, tá saindo mais duas, no Nina Torres, que é em Piratininga, tá saindo mais três; Áurea Trindade, Paulo Cear Pimentel, Odete Rosa, são todas escolas de Educação Infantil e todas na mesma região, que que acontece: essas crianças vão sair da Educação Infantil da rede e tem que ter prioridade em vagas para a rede no Ensino Fundamental. E aí a gente ia nas escolas e perguntava “diretora, de 1º ano ao 4º ano, 1º ao 5º ano, quantas turmas estão saindo do 5º ano? Ah, aqui tá saindo uma, na outra duas, três, quatro”. Então na conta que a gente fazia, o que que a gente tinha que fazer: se tá saindo duas turmas aqui de 5º ano, então vamos abrir duas turmas de 1º, porque você não pode ofertar mais do que você tem pra oferecer, porque só tenho, vamos dizer assim, só tem dez salas aqui, então eu tenho que ... saiu duas eu vou ocupar duas com 1º ano.

E aí o que a gente já percebia antes mesmo da escola ser inaugurada é que a demanda da região era maior do que a oferta, tinha muitos alunos que ficavam sem estudar, que iam para Conselho Tutelar, e aí a gente tinha que ficar aumentando a modulação de crianças por turma, o que não poderia fazer. Foi até nesse período que a secretaria na época falou que ... saiu uma portaria dizendo que nas escolas aonde a demanda fosse muito grande poderia ultrapassar 10% da modulação, e aí uma modulação de 1º ao 5º ano que era de 25 alunos passou pra 27; uma modulação de segundo ciclo, que era de 4º e 5º anos que era de 28 alunos passou a 30. Então o que a gente via: a maioria das escolas estavam com a modulação estourada porque depois que você faz ... o período da matrícula, você primeiro oferece para quem é da rede, depois você oferece pra quem tá vindo de fora, o que sobrar do que foi oferecido pra aluno da rede, você vai abrir pra aluno de fora e nesse meio, muitas crianças ficam sem vaga, e aí vamos pro Conselho Tutelar, vai pra MP, e aí ao longo do ano as diretoras começam a receber um cumpra-se, a Fundação recebe o cumpra-se e manda pra gente “olha é cumpra-se, tem que botar”. E que que já chegou a acontecer: turmas ficaram...a modulação assim, muito mais do que 10%, 20%, entendeu, já cheguei a ter aqui turmas de 1º ano com 32 alunos. Então assim, a demanda era maior do que a oferta, então era certo de que se você fosse fazer uma escola aqui nessa região, pra você poder ofertar escolas de horário integral você não podia simplesmente abrir uma, você tinha que abrir outras escolas de ensino fundamental e desde aquela época já tinha aquela história do, do...

G: Fagundes Varela.

E2: ... Fagundes Varela, “ah que vou fazer uma reforma, que vou botar no Fagundes Varela “e até hoje, 2023, uma escola que foi inaugurada em 2015, até hoje o Fagundes Varela ainda não saiu do papel. E foi feito também na mesma época a escola do Vale Feliz. Mas na época tinha um programa que era Mais Infância que tava subsidiando financeiramente as escolas de Educação Infantil. O dinheiro veio para o Mais Infância, então todas as escolas naquela época tinham que ser voltadas para a Educação Infantil, mas mesmo assim acabou que o Vale Feliz começou com escola de Educação Infantil e teve que pegar de Ensino Fundamental também porque não tinha aonde colocar os alunos que estavam indo pro 1º, 2º ano, e aí a gente enfrenta um outro problema agora: que a escola só vai até o 2º ano, todo ano a gente recebe pessoas da Fundação querendo trazer o 3º ano pra cá, o que é um problema. Porque você pegar uma criança do 1º ano é uma coisa, você está pegando desde o começo, então

quando chega no terceiro, que é o final do primeiro ciclo, essa criança, o produto que essa criança vai oferecer é produzido por essa escola, o que não acontece quando a criança chega aqui no último ano do ciclo, a gente já pega uma criança que o produto não é nosso, veio de outra escola, então o trabalho que foi feito lá a gente, entendeu, não é uma proposta pedagógica desenvolvida por aquela escola, já não é seu aluno que tá ali no 3º ano e acontece que a gente muitas das vezes, algumas das vezes, a gente acaba pegando criança que turma inteira que não tá alfabetizada ainda e aí cria mais uma situação porque a gente acaba deixando de ter que abrir primeiro ano pra abrir terceiro, e aí mais criança que ficam fora da escola porque a gente deixou de ofertar o primeiro ano.

G: A possibilidade de implantação da EITI na escola era algo debatido no âmbito do conselho? Houve algum diálogo com a gestão municipal sobre esse assunto?

E2: Sim, sim, muito, muito, muito. É assim, a expectativa era que essa escola fosse de horário integral. A fala na época era que a Dario Castello seria de horário integral, tanto que o prédio foi construído para ser uma escola de horário integral. Nós temos no terceiro andar vestiário com banheiros, com água quente, teto solar, placa de teto solar, de energia solar, nós temos aqui, foi todo feito uma estrutura para ser em horário integral. Porque a criança fica o dia inteiro tem que tomar banho na escola. Acabou que ficou subutilizado aquele vestiário porque, até porque a gente seria uma escola de primeiro ao quinto ano de horário integral. Se tivesse aqui esportes, outra coisa se fosse adolescente, até poderia até utilizar aquele vestiário, mas como não tem, foi uma coisa subutilizada. Na época os pais ficaram muito indignados porque muito dos pais que colocaram os seus filhos aqui colocaram pela proposta de ser de horário integral. Houve uma briga muito grande na época, mas o que que aconteceu: a gente iniciou com, se não me engano, com sete turmas, sete turmas parcial, somente num horário. Depois, no ano seguinte, de sete nós aumentamos pra catorze, se não me engano. Foi aumentando gradativamente porque, porque quando você saiu dessas sete turmas e foi pro ano seguinte, começaram as escolas a colocar a escola pra fora e não ter pra onde botar, pra qual escola colocaria? E aos poucos o Portugal Neves, que também atendia de 1º ao 9º ano, ele foi acabando com o fundamental 1, foi acabando com 1º ano, depois com 2º ano, depois com 3º ano, depois com 4º e por último o 5º e acabaram que eles ficaram só com 6º ao 9º ano e isso aumentou mais a demanda pro Dario Castello porque de ensino fundamental na região só tinha Dario Castello, Marcos Waldemar, o Eulália lá no Jacaré, e era Portugal Neves e...

G: Maralegre.

E2: ... Maralegre. Só tinha isso de fundamental, tinha muito mais Educação Infantil do que Ensino Fundamental, então assim, acabou que pela demanda aos poucos a gente de 7 turmas a gente passou a atender 10, depois, no ano seguinte, foi assim... eu sei que em 3 anos a gente já estava com todas as 20 turmas fechadas, ficou impossível de você manter uma escola de horário integral porque até no segundo ano a gente ainda tentou fazer uns arranjos aqui dentro da escola pra que a gente conseguisse fazer de horário integral, mesmo assim não deu. A gente ia fazer alguns sacrifícios pra poder garantir horário integral, só que no ano seguinte a demanda muito grande, esse sonho foi ficando cada vez mais distante porque hoje pra fazer uma escola de horário integral aqui no Dario Castello, inclusive ano passado, acho que foi ano passado que teve o Wu...

G: Retrasado.

E2: ...retrasado, quando o Wu entrou, ele veio aqui na escola, fez uma reunião aqui na escola e na frente de todos os professores da escola ele falou que essa escola se tornaria de horário integral. Na mesma hora eu perguntei pra ele: como? Porque pra ele fazer essa escola aqui de horário integral, ele teria que fazer um outro Dario Castello do mesmo tamanho porque ele teria que tirar metade dos alunos daqui e colocar pra lá. Não era simples assim, no momento que esta escola passou a ter dois turnos, ela não pôde de jeito nenhum passar pro horário integral porque pra isso acontecer teria que ser feito uma outra escola na mesma proporção, no mesmo tamanho pra sair metade das crianças daqui pra lá. Então assim, o sonho do horário integral ele acabou no momento que formaram-se 20 turmas na escola.

G: A EITI não foi implantada na escola, mesmo considerando que isso estava previsto na gestão municipal. Em sua opinião, tendo em vista sua experiência como conselheira, qual foi o motivo dessa decisão administrativa?

E2: Então, foi isso que eu já tinha até respondido antes, a demanda da região era muito grande, a rede, na época, tava investindo muito em Educação Infantil, então no momento em que você investe só na Educação Infantil você tem que esperar que vai ter um gargalo, vai ter um momento que você tem que abranger o que você tá...quando você cria Educação Infantil, você tem que entender o seguinte: esse aluno é seu, ele tem que ir pra algum lugar da rede. Por mais que você tenha Brizolões, que aqui tem alguns Brizolões que pegam do 6º ao 9º ano, mas por mais que você tivesse Brizolões, vamos dizer assim, que atendessem crianças de 3º ... por mais que você tivesse

Brizolões não é responsabilidade do estado, é responsabilidade do município porque na lei está escrito que a obrigação, na LDB está escrito, que a obrigação do Ensino Fundamental é do município, então acaba que, de acordo com as interpretações, você acaba colocando, ah o estado acaba pegando do 6º ao 9º ano, mas eles foram cada vez saindo mais, então ficaram...hoje a gente tem algumas escolas na região, alguns Brizolões que atendem do 6º ao 9º porque se não tivesse, o Portugal Neves, que é a única escola municipal da região que atende do 6º ao 9º ano, não daria conta de pegar todas as crianças que saem do 5º ano daqui da rede. Então assim, ficou claro isso, tinha que ser feito um estudo de impacto, coisa que a rede não faz, por exemplo: no Barreto tinha algumas escolas, vamos dizer assim, tinha o Mestre Fininha, o Altivo César, ali tem um complexo educacional, mas estava em construção vários condomínios ali, é óbvio que se está sendo construído e tem uma previsão pra ser inaugurado em 2023, é certo que essas crianças tem que ter escolas pra oferecer pra estas crianças, então esse estudo de impacto que deixou a desejar, entendeu? Deixou a desejar. Além desse estudo de impacto, e que não foi feito, a Região Oceânica ainda tem outro agravante: pra quem trabalhou na sede, a gente sabe que lotar um profissional aqui na Região Oceânica é a coisa mais difícil que tem. A gente aqui deu sorte porque como foi feita toda uma propaganda que escola modelo, de escola, isso aqui, a Dario Castello, era um sonho, o sonho da comunidade daqui. A escola dentro de um condomínio, apesar disso aqui não ser um condomínio, uma escola que tem uma quadra poliesportiva, uma escola que tem um auditório, sala de informática, mesmo que não funcionasse, que foi emprestado na época alguma coisa do laboratório de Ciências, mas tinha um laboratório de Ciências, então a escola que tinha ar-condicionado em todas as salas, em todos os ambientes, então assim foi feita uma divulgação muito grande dessa escola, a gente tem captação de água da chuva, então era uma escola que era...até a questão ambiental, era uma escola de peso, vamos dizer assim. E aí muitos professores quiseram vir pra cá, a maioria dos professores que trabalhavam, que moravam próximo, eles optaram por vir pra cá, mas até mesmo pra lotar pessoas na Região Oceânica é a coisa mais difícil que tinha. Você fazia uma chamada do concurso, se eu podia fazer uma chamada de 100 pessoas, dessas 100 pessoas, se você conseguisse 5 pra lotar na Região Oceânica era muito, porque todo mundo ou era de São Gonçalo, município próximo, que não ia querer gastar 3 passagens pra vir pra cá, ou era do Rio, que era só atravessar que já tava no Centro, no Barreto, ali em Icaraí, que são próximos, no máximo, mas pra vir pra Itaipu,

Piratininga, nem pensar. Avenida Central muito menos, então assim, até mesmo pra lotar professores aqui foi difícil. Primeiro ano nós começamos a funcionar com praticamente 90% de contrato, eram poucos professores de matrícula que tinha aqui porque, como disse, na época tava sendo inaugurada UMEIs, foi inaugurado Vale Feliz e o concurso já tinha acontecido um tempo. O último concurso que teve na época da nossa inauguração foi o 2010, que começaram a chamar em 2011, então a escola foi inaugurada em 2015, já não tinha ninguém de concurso pra chamar, já tinha esgotado, então eles abriram um contrato e aí esse contrato ... colocaram aqui a maior parte dos professores eram contratados. Foi um começo difícil porque muita gente que tava no contrato não tinha muita experiência, a gente teve que fazer formação, teve que formar esses professores e quando esses professores conseguem estar no ponto do que a gente esperava pedagogicamente, o Ministério Público entrou com uma liminar dizendo que Niterói não podia ter mais contrato, que teria que abrir um concurso, e aí do dia pra noite a gente perdeu todos os nossos contatos, não podia nem renovar os contratos porque a princípio quem entrou em 2015 a gente pôde renovar, fazer um aditivo, aditivo de contrato pra ficar mais um pouco até chegar 3 anos, que era o máximo. E alguns saíram porque já tavam fazendo 3 anos e os que ainda tinham um tempo pra ficar também não puderam renovar porque o Ministério Público proibiu contrato na rede, e aí foi o terror porque do dia pra noite você tinha que arranjar professor pra lotar aqui. Então assim, foram vários agravantes que fizeram com que essa escola ... fosse mais difícil de implantar, a questão também era: o que é escola de horário integral? É o horário integral, ou é escola integral? Que tem uma diferença muito grande aí. Porque, o que a gente pretendia aqui era uma escola integral. Quando você fala integral não é só disciplina, não é só Português, Matemática, História, Geografia; você tem que oferecer outras atividades pra criança nesse período que a criança fica aqui dentro. E como oferecer se a gente não tinha isso aqui na rede? Não podia fazer contrato. Não tinha esse ser pra a gente colocar aqui. Muita das vezes as pessoas ficavam assim “gente, a gente vai ter que fabricar a pessoa pra colocar na Região Oceânica”. Porque não tinha dá onde tirar.

G: Em sua opinião, também como conselheiro à época, a EITI teria impactado no cotidiano da Escola Municipal Dario de Souza Castello?

E2: Teria impacto?

G: Impacto.

E2: Em que sentido?

G: Olha, impacto, qual seria esse impacto, na verdade a pergunta é essa: se haveria impacto se a EITI de fato seria um diferencial na formação dos estudantes que aqui chegaram.

E2: Ah, com certeza, com certeza. A gente poderia oferecer, até porque a gente tem aqui crianças oriundas de classe média, mas temos também muitas crianças que precisariam ter esse espaço pra não estar no meio das drogas. Nos primeiros anos nós pegamos aqui alunos, que inclusive até teve o ...

G: Christan Maylon, o João Lucas?

E2: João Lucas. Teve um aluno nosso, o João Lucas, que por não ter horário integral a gente fez aqui, a gente permitiu que ele estudasse na turma de manhã e de tarde. De tarde ele tava na turma de Aceleração e de manhã ele ficava do 5º ano. Então assim, pra poder, que a gente tava vendo que ele tava se perdendo. Que se ele ficasse lá na comunidade dele ele ia ficar lá no meio dos meninos do tráfico, então assim a escola de horário integral seria uma grande oportunidade pra você tá tirando essas crianças desse meio, do ambiente que poderia ser prejudicial pra ele e botar dentro da escola e tá oferecendo oportunidade pra essa criança porque ele está num ambiente saudável. E muitas crianças aqui passavam necessidade, então tinha que tá dentro da escola pra poder ter alimentação. E a gente teve alguns casos aqui de crianças que a gente queria muito que essa escola fosse de horário integral pra poder tá ajudando essas crianças, que a gente se sentia assim meio que frustrados, sabe, por não poder fazer mais do que a gente já fazia pra algumas crianças. Então, com certeza teria um impacto muito bom, a gente oferecer esporte, oferecer outras oportunidades para algumas crianças aqui dentro.

G: Por fim gostaria de acrescentar alguma outra informação?

E2: Não sei. Não sei se teria mais alguma coisa pra falar. Eu acho que já falei basicamente tudo que, o que eu acrescento é ... ah, acrescento sim. Na época do Wu, ele entrou com essa proposta de horário integral, que isso é uma ótima propaganda, foi o presidente da FME, o secretário de educação, que implantou horário integral na rede, que é um objetivo que as prefeituras estão buscando. Aos poucos, naquela época tinha poucas escolas de Educação Infantil que não fosse de horário integral. Aos poucos eles foram transformando até as que eram de horário parcial em horário integral, foi o caso da Gabriela Mistral e outras escolas que eram parciais, a Educação Infantil parcial passou para horário integral. O Wu, na época dele, ele fez o que: pegou escolas, tipo o Dom José, Dom José é uma escola que fica dentro da Vila Ipiranga,

uma escola que tem poucos alunos, ele tem mais salas pra oferecer do que demanda de alunos, então todo ano sobravam salas vazias na escola, era uma escola do Estado, uma escola que tem salas muito grandes e tudo, e do dia pra noite ele resolveu que ia transformar o Dom José no horário integral. Beleza, beleza. Se ele tivesse implantado da forma como deveria ser implantado, beleza. Só que o momento que a gente vive, uma realidade onde faltam pessoas em todos os lugares, a modulação dessa rede precisa ser revista pela questão pedagógica, simplesmente assim. Você pra poder garantir, no Plano Municipal de Educação consta lá que você tem que garantir um terço de planejamento pros professores, que o professor tem direito a uma falta abonada no mês, isso pela lei também tem direito de garantir TRE, e além disso tem as situações que ocorrem no dia-a-dia, que são os imprevistos, a pessoa passou mal e aí avisa que não vai vir, ou a mãe de alguém, um filho de alguém que tá passando mal e o quantitativo de pessoas pra poder a escola funcionar, tem que ter um quantitativo que seja previsto essas ocorrências. Então quando foi falado sobre um terço de planejamento, eles contavam simplesmente com as disciplinas, Educação Física, Artes e Inglês, contavam com isso. Só que se você pegar essas disciplinas, você não consegue atender a um terço de planejamento, que é o professor chegar duas e meia mais tarde, ou sair uma hora e meia mais cedo, duas horas e meia mais cedo. Você não consegue fazer essa contabilidade pra 10 turmas num turno. Você não consegue arrumar a escola dessa forma, a não ser que você tivesse muitos professores e você pudesse ter essa facilidade de mexer com o horário de todo mundo, botar alguns professores no final, alguns professores no começo. E aí a gente tinha que completar essa carga horária, com quem? Articulador. Mas o que que tava lá, por falta de pessoas eles diziam que a escola se tivesse coordenador de turno não poderia ter articulador; se tivesse articulador não poderia ter coordenador de turno, mas as funções são completamente diferentes. E aí o que que aconteceu: muito foi negligenciado por conta não ter gente pra ficar na turma, então que que eles diziam: ah gente, olha só não tem planejamento. Mas como assim? Quem tá na ponta ali no negócio é o diretor, como que você diz pra um professor que “ah você tem direito, mas não tem como te dar porque não tem professor pra ficar no seu lugar”. Como assim? Então assim, foi uma coisa que tinha que ser prevista. Isso tinha que ser previsto, essa modulação de funcionários da rede, muitas escolas não tem porteiro até hoje, não tem auxiliar administrativo pra atender na secretaria, não tem inspetor de alunos, inspetor de alunos. Então pra funcionar o horário integral, isso tinha que ser previsto,

porque o professor de horário integral, ele tinha, no mínimo, teria que ter um concurso baseado em que: olha, vamos abrir um concurso pra Fundação Municipal de Educação por região. Primeiro ponto. Porque quem fizesse, prestasse concurso pra aquela região sabia que só ia ficar ali e que teria que ficar ali pelo menos cinco anos, como é no Rio, então primeiro ponto: concurso regional, dividido por região porque aí você sabe que aqui na Região Oceânica teria muito mais vagas, então quem passasse pra cá sabia que ia ter que vir pra cá, querendo ou não, já tinha que contar com isso. Segundo: concurso pra Educação Infantil porque o que aconteceu na Educação Infantil também, que é horário integral: escolas de horário integral você não tem essa coisa de que de meio dia a uma é troca de professor, de meio dia a uma geralmente na escola de horário integral de Educação Infantil, a criança está dormindo na escola, é a hora do soninho. Quem fica com essa criança pra dormir, se o professor da manhã vai embora meio-dia e do da tarde só vai chegar uma hora? Então começaram a acontecer coisas que não eram o ideal, era a gente chamar pelo concurso, candidatos pra poder lotar nas escolas e a pessoa dizer assim “olha eu tenho outra matrícula em outro município, eu tenho experiência na educação infantil e eu quero ficar na educação infantil, mas parcial”. E a pessoa tinha direito porque ela não fez um concurso pra horário integral e o que acontecia: a gente, geralmente as pessoas falavam assim “olha se você for pra tal escola já tá garantido a sua dupla porque tem que ficar o dia todo”. Mas e aí? E se a pessoa já tem outra matrícula em outro lugar? Então assim, acabou formando situações complicadas, que é você ter uma escola de horário integral e ter professoras de horário parcial, entendeu? Então isso tudo tinha que ser previsto. Quando você pensa num estilo de trabalho, numa posição, numa rede, você tem que prever todas as situações que vão surgir ali. Pra você pensar em horário integral, você tinha já que ter profissionais pra lotar nas escolas de horário integral. Não é ficar esperando cair do céu, ou então fazer projeto de chamar parceiros, parceiros: e se não tiver esses parceiros? O que faria com as crianças? E o que que aconteceu: foi feito lá no Dom José, uma escola que era parcial, dentro da Vila Ipiranga, que é uma comunidade perigosa, que constantemente tem tiroteio, polícia entra toda hora, e aí não tinha muitos alunos porque quem ia querer botar seu filho dentro da comunidade que na hora que tivesse saindo da escola está tendo tiroteio? E aí era uma escola que sempre tinha salas vazias foi transformada em horário integral, mas com que estrutura? Não tem professor, não tem as aulas extras que precisariam ter, não tem funcionário na escola (de limpeza, de cozinha). Acabou

que eles só ... ampliou o horário de estudo das crianças, mas não deu estrutura pra isso. Criança que fica de horário integral ela almoça e janta na escola. Então essa criança que fica de horário integral não tem essa coisa de que “ah não tem comida”. Tem que ter, você está entendendo, tá o dia todo na escola. Não pode faltar, não tem merendeiro pra botar nessa escola, não tem pessoal de limpeza pra botar nessa escola, então hoje eu acho assim: antes de pensar em horário integral porque inevitavelmente quando você fala em horário integral, você também fala no horário integral, você tem que pensar quem serão os componentes dessa escola porque não adianta você fazer uma escola de horário integral e ficar funcionando de forma precária porque aí o tiro sai pela culatra, em vez de você ajudar essa criança você vai transformar um ambiente insalubre pra trabalhar. As pessoas vão ficar doentes porque você vai prender uma criança dentro de uma escola durante oito horas e a criança vai ficar saturada de ficar nessa escola durante oito horas, sem ter nada de diferencial pra oferecer pra essa criança. Então é isso.

G: Quero agradecer a entrevista, a tua disponibilidade em nos dar tantas informações, tantos dados acerca da EITI no município, especificamente na escola, que é o objeto da minha pesquisa, então, e é isso, agradecer pela disponibilidade. Obrigado.

E2: De nada.

APÊNDICE C – ENTREVISTA 3

Entrevista 3 – Gestor da Secretaria Municipal de Educação/Fundação Municipal de Educação de Niterói.

0:00 à 1:00 – Leitura do TCLE e outros esclarecimentos.

G: Poderia me falar sobre sua trajetória na Educação e como você chegou à gestão na rede municipal de Niterói?

E3: Bom, é que sou pedagoga da rede, supervisora educacional na verdade, porque o meu concurso é anterior ao concurso de pedagogos específico, mas o cargo foi transformado. Então hoje todos são pedagogos, mas eu entrei ainda na época como supervisora e atuei durante um período num programa “Criança na Creche” com formação e depois atuei um tempo no Cederj e depois um tempo na escola, um bom tempo, oito anos, numa escola municipal como pedagoga. E foi nesse período que eu me aproximei do tema porque era uma escola de educação de ensino fundamental e de tempo parcial, e nós recebíamos muitos alunos da rede que vinham já de uma educação de tempo integral, e esse primeiro momento era um momento de adaptação e isso me despertou pro tema. E aí começa a despertar, eu resolvi tentar o doutorado e por estar fazendo o doutorado com essa temática da EITI na rede de Niterói, eu acabei vindo aqui pra sede pra compor uma equipe, não tenho uma coordenação específica, não tenho uma chefia, uma diretoria, eu faço parte de uma equipe de acompanhamento as escolas e de acompanhamento as escolas de tempo integral, nas escolas de ensino fundamental também, e faço esse acompanhamento junto à diretoria de Articulação Pedagógica, que é minha diretoria, já que sou pedagoga, então mais ou menos de uma maneira assim bem sucinta, essa foi a minha trajetória, e assim eu chego aqui na rede municipal, na rede não, gestão na secretaria devido a pesquisa que eu estava realizando e que foi concluída no início do ano.

G: Poderia me falar sobre sua relação com o tema da Educação Integral e(m) Tempo Integral (EITI), isso que associa aumento do tempo escolar às oportunidades educacionais diversificadas nas escolas públicas? Apesar de você ter começado, a gente pode esmiuçar um pouco mais.

E3: Sim, sim. Então, eu já tinha falado um pouco sobre esse despertar pro tema que veio exatamente da forma como a rede municipal de Niterói tratou a Educação Infantil

porque hoje 95% da rede de Educação Infantil é de tempo integral. 95% das escolas, das unidades municipais de Educação Infantil da rede já é de tempo integral, então a gente percebe que houve uma intenção, uma intencionalidade de ampliar esse tempo da Educação Infantil, que não aconteceu da mesma maneira com as escolas de Ensino Fundamental, que hoje temos 3 escolas, essas 3 primeiras escolas. São 7 escolas hoje de ensino fundamental de tempo integral: seriam as 3 primeiras, lá de 2014, oriundas ainda do estudo que a Comissão Dácio Tavares Lôbo Jr realizou, que foi a Demenciano, uma escola que já funcionava em tempo ampliado devido a localização dela, numa área conflagrada pela violência, e que é uma escola que foi municipalizada, então já foi uma escola do estado e devido a circunstâncias locais de perigo e tudo mais, ela já funcionava então ela foi institucionalizada, ela funcionava, mas não era instituída, somente com o estudo da comissão ela foi institucionalizada; a Escola Municipal Anísio Teixeira, que foi pensada já nesse formato, ela já nasceu assim em tempo integral e com uma proposta de educação integral; e a Escola Municipal Elvira Lúcia, que foi transformada, essa só atende ao 1º ciclo, enquanto as outras duas atendem todos os dois ciclos, inclusive a Demenciano também tem turmas de Educação Infantil. E além dessas, aqui na rede a gente tem a Escola Municipal Antineia de Silveira, que é uma escola de 6º ao 9º ano, de tempo integral é a única, foi posterior, bem posterior ao estudo da comissão, se não em engano em 2019, agora não me lembro bem, ela não fez parte do meu estudo, mas ela foi já, também é um Ciep que foi municipalizado já há muito tempo e ela funcionava antigamente em horário estendido, depois passou a tempo integral, de 6º ao 9º, fundamental 2; e mais duas escolas que surgiram em 2022, no ano passado, foram transformadas também, também não tem nada a ver com o estudo da comissão, foi num outro momento histórico e político também da cidade, que é Escola Municipal Maria Felisberta e a Escola Municipal Dom José Pereira Alves; e tem ainda a Escola Municipal Djalma Coutinho, que também foi num outro momento histórico, um pouquinho antes da pandemia, em 2019. Aí veio 2020, pandemia, as crianças em casa, então efetivamente ela começa mesmo em 2022. Então aí contabilizando são 7 escolas hoje de tempo integral, uma rede desse tamanho que tem 95% das UMEIs em Educação Infantil em tempo integral, assim é uma discrepância e a gente, no meu estudo, há indícios de que foi uma opção em investir na Educação Infantil, ou por estar aqui, ou por a necessidade de dar esse atendimento, mas não se ampliou, ainda. Nós percebemos que há uma intenção; eu não tenho uma coordenação específica, não

existe, não existia também anteriormente, mesmo nos outros momentos há sempre alguém que assume, que acompanha porque faz parte, tanto da Diretoria de 1º e 2º ciclo, da Diretoria de Articulação Pedagógica, tá dentro dessas diretorias e a gente faz esse acompanhamento, mas não existe e ainda não existiu, antes, uma coordenação específica e o interesse veio exatamente disso, por acreditar na EITI, achar que um tempo maior nos daria mais possibilidades de trabalhar essa educação integral, lembrando que o referencial da rede, que saiu em 2022, já adotou o conceito de educação integral, tá lá que a rede municipal de Niterói trabalha nessa perspectiva da educação integral, mas não especificamente fala em tempo integral. Então o conceito já tá ali, de educação integral, e eu particularmente acredito que essa educação integral seria, teria mais possibilidades de ser trabalhada com um aumento do tempo, juntando aí as duas coisas: educação integral em escolas de tempo integral. Sabendo também que pode acontecer em escola de tempo parcial e também que o tempo integral, se não tiver atrelado a uma proposta pedagógica condizente, nem sempre vai representar uma educação integral, então é preciso ter um olhar sobre esses dois conceitos, um olhar cuidadoso pra que educação integral seja realmente uma proposta de estado e não de governo, que seja algo mais firme pra que fique, e que ninguém consiga desfazer, uma mudança qualquer do cenário político, isso é que eu acredito. E acho que por isso, por acreditar, por ter esse estudo e por me aproximar do tema, eu acabei vindo pra cá, pra esse acompanhamento, mas um acompanhamento, não é uma gestão, eu faço parte de uma equipe e tenho uma diretoria, uma gestão, sou um membro de uma equipe que tem uma queda assim por esse tema que me é muito caro, foram 5 anos da minha vida dedicados aí a essa pesquisa e acredito muito e acho que o caminho, principalmente depois do que a gente viveu nesse momento de pandemia, eu acho que quanto mais tempo, um tempo de qualidade, aproveitado na escola melhores resultados a gente vai conseguir alcançar.

G: Você falou um pouco, isso que é legal desse bate bola, mas...

E3: Eu entrei na outra?

G: É, assim, mas é ótimo assim, mas de qualquer maneira eu vou a pergunta. Você poderia falar sobre as suas expectativas quando você assumiu o seu respectivo cargo na gestão da rede municipal de Niterói? Que na verdade você já falou bastante...

E3: Nem é um cargo.

G: É

E3: Não é bem um cargo. Eu faço parte de uma equipe, essa equipe faz o acompanhamento das escolas e devido a essa minha aproximação com o tema, eu faço o acompanhamento das escolas de tempo integral, mas também eu acompanho outras, assim que não são de tempo integral, depende da demanda que a gente tem na Diretoria, que é uma demanda muito grande, assim eu acho que eu já falei um pouquinho dessa minha aproximação com o tema, foi na gestão anterior e eu permaneci porque, hoje a gente está numa outra gestão, mas eu permaneci com a mesma função, não é bem um cargo porque não existe essa coordenação e a gente até, remetendo aí a um pouco ao exemplo do Ciep, houve na época a criação de uma Secretaria Extraordinária e isso suscitou algumas críticas ao Programa, você deve ter visto, que acabou criando uma rede dual e acho com a minha pesquisa eu percebo que teve um pouco dessa preocupação com, as pessoas até da comissão, de não criar essa rede dual, aprendendo com tantas coisas boas que a experiência dos Cieps nos deixou, mas aprendendo também a olhar pra rede como um todo e vendo também que tem a Educação Infantil que já tem aí uma trajetória de alguns anos de tempo integral. Então acho que não ter uma função específica traduz um pouco disso, mas então eu não me aprofundi nisso, e isso ficou assim, fica como uma dica pros próximos pesquisadores, quem sabe, porque não tem exatamente essa função, ela não existe. Talvez por isso, mas a gente precisaria aprofundar, mas o acompanhamento acontece e com esse olhar de que é uma escola diferente onde os alunos ficam mais tempo, mas que segue a proposta da rede, que já é por uma educação integral, tá até no Referencial, você pesquisando lá você vai ver que ele já traz esse conceito e ele foi um estudo coletivo, ele foi fruto de um estudo coletivo, começou lá antes de 2019. 2019 ele se aprofunda e vem a pandemia, mas o estudo continua e em 2022, no ano passado, ele é divulgado e ainda não foi publicado, mas já foi enviado pras escolas, as escolas já estão trabalhando em cima dos novos referenciais, e em cima desse conceito de educação integral, mesmo nas de tempo parcial.

G: Assim, como você não estava em 2013 na gestão, mas de qualquer maneira isso vai ficar de acordo com aquilo que você conhece, que é sobre você poderia dar detalhes, ou expor o que você conhece sobre a implantação da EITI no município de Niterói a partir de 2013? Como você já relatou, acho que em 2013 você ainda não tava na secretaria, né?

E3: Não, eu estava na rede, mas não estava na secretaria e o que eu pude ver, que foi de acordo com a minha pesquisa, esse relatório da Comissão Dácio Tavares Lôbo Jr foi uma pesquisa que eles fizeram, esse grupo, essa comissão, pra implantar a proposta, implantar não pra desenvolver a proposta de EITI no Ensino Fundamental da rede municipal. Então foi basilar, foi o primeiro, foi o germe, é uma coisa que ficou escrita porque existiram experiências anteriores lá da década de 90, 1990, de tempo integral, mas que não teve, não tem registro. O próprio relatório trata disso numa parte, não tem nada escrito e o relatório é um documento, foi um documento elaborado com muito estudo, muito esforço desse grupo que esteve à frente pra essas escolas, fruto desse relatório são essas três escolas que eu te falei. Claro que ele é datado, ele já tem 10 anos, fez agora, uma década, muita coisa mudou nesse período, a própria pandemia nos dá uma outra visão de tudo, mas foi um documento basilar, acho que o germe dessa proposta e que ficou registrado, o mais importante, porque experiências anteriores se perderam com há um tempo porque não houve registro, então já houve uma tentativa, mas não se falava em educação integral na época, era tempo e só, de ampliação de tempo e que o relatório trata também um pouquinho, fala dessas experiências e fala também da falta desse registro. Então acho que a partir do relatório da comissão vem essa proposta, essas três escolas são fruto desse relatório, dessa proposta da comissão e as que vieram depois não, essas outras que eu falei, que vieram na sequência (2019, 2022) já foi mesmo uma iniciativa da secretaria de dar continuidade de ampliar essa oferta de tempo integral no ensino fundamental, mas que não teve uma relação direta com o relatório da comissão, mas teve indireta, porque foi com base nas experiências das 3 escolas que já existiam antes, acho que é mais ou menos por aí.

G: A implantação da EITI na Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello foi prevista pela Secretaria Municipal de Educação/Fundação Municipal de Educação. Em sua opinião por que isso não ocorreu?

E3: Pois é, nesse quesito eu tenho poucas informações porque eu lembro da criação da escola, mas ela não foi foco da pesquisa e não tive acesso a registros, e aí o que eu falar aqui vai ser puro achismo, assim inclusive na Diretoria não encontrei nada porque eu custei a conseguir esse material porque mesmo com esse registro, as mudanças, mudanças de sala, mudança de tudo, fica difícil, as coisas não são fáceis de conseguir. Até no dia da defesa, o orientador falou que tem um autor que fala no artesanato da pesquisa porque eu vim de uma ideia e consegui o material empírico, a

partir daquela ideia, eu falei ué “mas por que? Da onde veio e tal”. Porque não é muito fácil da gente conseguir e acho quanto mais pesquisa tiver nesse sentido, tanto melhor pra rede pra você reconhecer, pra ela entender. Eu sei que a escola teve uma ideia de ser uma escola assim, devido a uma das minhas entrevistas, mas que eu nem usei essa parte porque não tava no objetivo, no foco da minha pesquisa, então eu não posso te dizer, o que ocasionou a não implantação, aí não tenho essas informações, mas vou gostar de ler depois sua tese pra saber...

G: Dissertação, ainda dissertação.

E3: ... o que que você acha. Dissertação, que vai depois se transformar numa tese, quem sabe?

G: É.

E3: Pra depois, pra entender um pouco disso porque foi uma escola que veio no bojo, acho que foi a primeira depois, ou teve outras, assim escolas de Ensino Fundamental?

G: Ensino Fundamental inauguradas só houveram duas: a Anísio e a Dario. As outras, por exemplo, a Jacy Pacheco é uma UMEI, a própria Vale Feliz é uma UMEI.

E3: Darcy Ribeiro é uma UMEI.

G: Então todas elas, apesar de ofertarem educação de Ensino Fundamental, elas foram pensadas para serem UMEI, mas escolas pensadas para serem de Ensino Fundamental houve também, claro a Antineia, que foi um processo de municipalização, isso é importante dizer.

E3: Ela foi municipalizada, ela era uma escola estadual.

G: Sim.

E3: E ela começou com ensino ampliado, o horário ampliado. Ela não era integral, que não completava as sete horas que precisava pra ser considerada integral. Hoje ela funciona de 8 às 17. Hoje ela é uma escola de tempo de integral, mas foi uma construção também, então não sei dizer por que, mas vou gostar de saber.

G: Qual a sua opinião sobre o desenvolvimento da EITI no município. Enfatize as escolhas realizadas pela gestão municipal.

E3: Então, a minha opinião é que houve claramente uma opção de investimento na Educação Infantil de tempo integral que eu acho excelente também porque é uma faixa etária que precisa mesmo dessa atenção, de ficar mais tempo e a gente vê que tem uma proposta de educação de tempo integral maciça, 95% das UMEIs são de tempo integral e toda ela que surgiu no decorrer, logo depois da comissão, ela é já de tempo integral, nenhuma foi pensada “ah essa vai ficar em tempo parcial”. Já as

escolas de Ensino Fundamental, também não tenho, assim, dados empíricos pra te dizer porque que ela não avançou tanto quanto a Educação Infantil. O que a gente percebe que é uma questão de escolha política, de investir em um determinado segmento, deixar o outro, talvez não sei se teve algum estudo também, porque eu também não fiz uma pesquisa em cima da Educação Infantil. Eu sei que o Ensino Fundamental, ele teve um crescimento nesse sentido de tempo integral um tanto quanto menor, mas a Educação Infantil do jeito que é atende a meta do Plano Nacional de Educação porque o plano também não especifica, fica aí uma sugestão pro próximo plano porque talvez se o plano especificasse em cada um dos segmentos, a gente tivesse um cenário diferente, inclusive é uma coisa que pensei quando fiz a pesquisa porque o plano fala de alunos e escolas, matrículas e escolas de tempo integral, inclusive a questão da matrícula tinha muito a ver com a Mais Educação, que também depois desaparece do cenário, mas o plano ainda é feito dentro desse cenário do Mais Educação, matrículas e escolas, alunos em tempo integral e escolas de tempo integral, e nesse quesito a rede atende ao que tá no plano com Educação Infantil. Então é aí um dado importante pra gente fazer essa observação, então acredito que seja por aí.

G: Por fim gostaria de acrescentar alguma informação, alguma outra informação sobre o que nós conversamos até aqui?

E3: Não. Eu acho que se você, junto com o que você já tem da escola, dos documentos oficiais da escola, também puder citar o relatório da Comissão Dácio Tavares Lôbo Jr você vai ver que tem muita coisa parecida porque ali no relatório havia uma intencionalidade, a gente percebe que dali pra frente teria mais investimento nesse sentido. Ele não fala isso claramente, mas deixa pistas sobre isso, com relação a educação de tempo integral no Ensino Fundamental, mas a gente vê que lá pra cá, nesses 10 anos, a rede cresceu muito na Educação Infantil e toda ela em tempo integral. Então é uma rede que tá bem equilibrada nesse sentido, toda a Educação Infantil, quase, no tempo integral e algumas escolas de Ensino Fundamental que não acompanha, claro, o crescimento que a Educação Infantil tem. Eu acho também que atende a população nesse quesito da Educação Infantil, mas que seria uma questão a se pensar, de ampliar isso, e acho que o Plano Nacional pode auxiliar nisso, os próximos, se fizer esse direcionamento, não deixar tão, assim “ah alunos” e porque a gente tem segmentos diferentes, e aí a Educação Infantil atende uma determinada faixa etária, o Ensino Fundamental ele é maior. A Educação

Infantil são três anos, contando com a creche dá mais um tempinho aí, mais uns dois, e o Ensino Fundamental, ele tem nove anos, que aí falo do fundamental todo, e aí fica mais só como sugestão mesmo, de você perceber um pouco do que está no relatório e fazer aí o cotejamento desses dados com a documentação da escola, eu acho que vai ser importante e depois eu vou querer ler.

G: Ah, com certeza você terá um exemplar quando tiver pronto. Daqui a pouco, nesse ritmo, no ritmo que eu tô daqui a pouco eu termino.

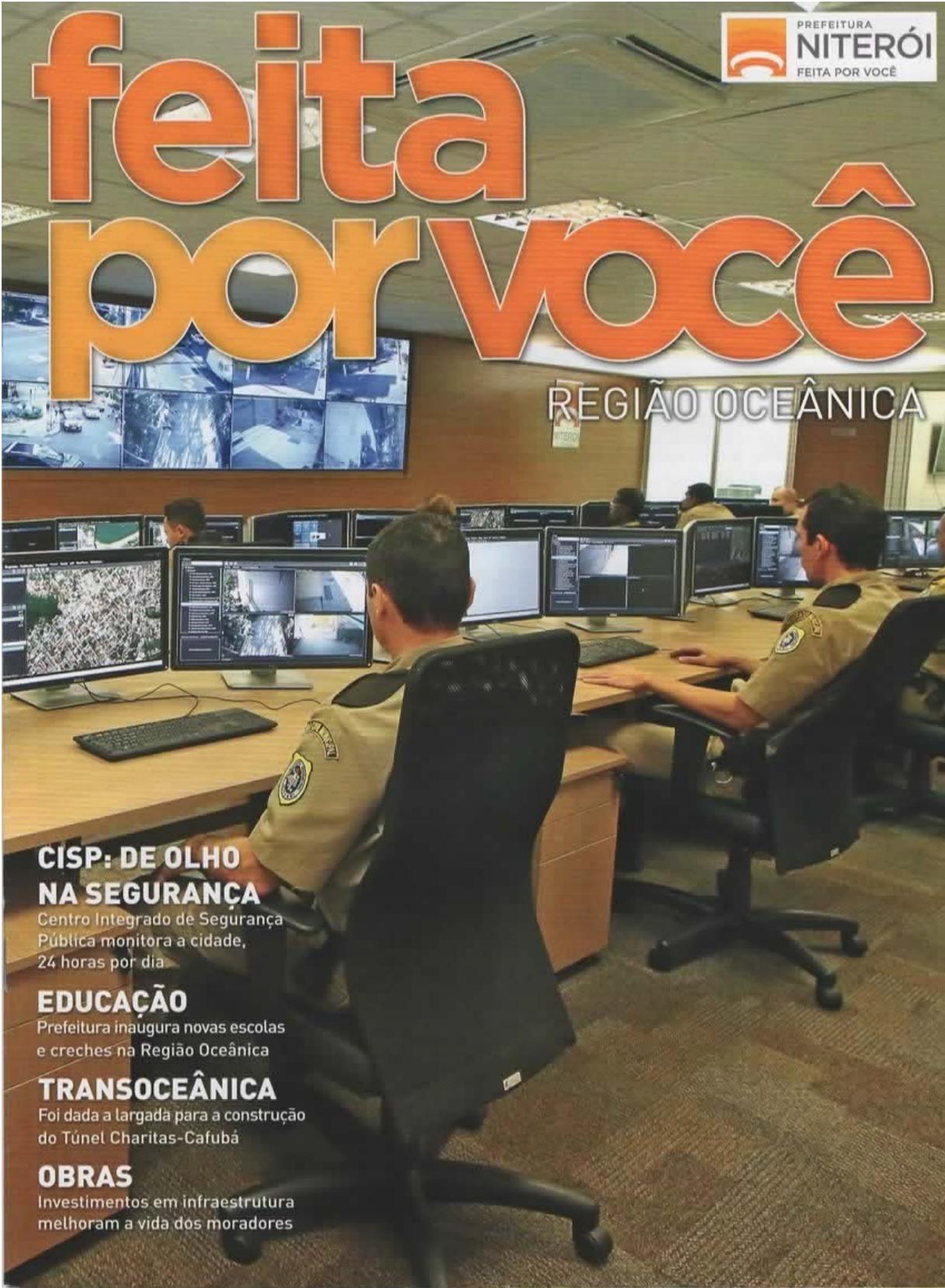
E3: Isso. E vai nesse pique aí que você vai longe ainda. E depois não desiste não, engata logo num doutorado e vai ter mais tempo pra pesquisar.

G: Sim. Quero agradecer a disponibilidade, aos dados que você relatou aqui na nossa entrevista. Muito obrigado.

E3: Eu que agradeço. Espero ter colaborado com a sua pesquisa, acho que pesquisa é sempre ... colabora pro crescimento das redes e pras próprias redes se entenderem e terem esse registro, do passar dos tempos assim, aí você está levantando uma questão importante, uma escola que veio logo depois do Anísio Teixeira, um pouco antes talvez do Darcy Ribeiro, que é uma UMEI, e também foi nesse bojo, nesse período, com as mesmas pessoas que estavam aqui numa outra gestão, mas de uma mesma linha, porque a gente tem governos progressistas aqui em Niterói já há algum tempo e isso faz uma diferença, então a gente espera que continue, inclusive nesse caminho.

G: Então encerramos a entrevista.

ANEXOS

ANEXO A – JORNAL NITERÓI FEITA POR VOCÊ: FOLHA DA REGIÃO OCEÂNICA
(2015)

feita por você

REGIÃO OCEÂNICA

PREFEITURA
NITERÓI
FEITA POR VOCÊ

CISP: DE OLHO NA SEGURANÇA
Centro Integrado de Segurança Pública monitora a cidade, 24 horas por dia

EDUCAÇÃO
Prefeitura inaugura novas escolas e creches na Região Oceânica

TRANSOCEÂNICA
Foi dada a largada para a construção do Túnel Charitas-Cafubá

OBRAS
Investimentos em infraestrutura melhoram a vida dos moradores

niteroifeitaporvoce.com.br

feita
por você

MAIS DE VINTE MILHÕES DE REAIS FORAM INVESTIDOS NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS CRECHES

A vendedora Flávia Baptista, de 34 anos, também comemora a evolução da educação na cidade. O filho Pedro, de 3 anos, frequentava uma creche particular. Mas ela não pôde continuar pagando o preço alto da mensalidade. Hoje o menino estuda na Creche Professora Nina Rita Torres, inaugurada em fevereiro em Piratininga. A unidade atende 140 crianças, em horário integral, o que permite aos pais irem para o trabalho com tranquilidade.

"Vejo o crescimento do meu filho: ele está mais participativo e produtivo. É uma grande oportunidade estudar em um local limpo, arejado, onde tudo é novinho. Estou muito feliz", conta Flávia.

Em dois anos e meio, a nova gestão da prefeitura inaugurou 13 creches. Até o fim do ano, mais unidades serão entregues. A meta é zerar o déficit de Educação Infantil no município até 2016. Além das unidades de Educação Infantil, a Prefeitura de Niterói entregou cinco escolas de Ensino Fundamental e reformou e ampliou outras 43 unidades de Educação.

"TUDO É NOVINHO."
Flávia, mãe de Pedro,
ficou impressionada
com a creche de
Piratininga



MAIS ESCOLAS E QUALIDADE DE VIDA



FELIZES DA VIDA | Paloma e a mãe, Tânia, comemoram a qualidade da nova escola em Itaipu

PREFEITURA CONSTRÓI NOVAS ESCOLAS E CRECHES NA REGIÃO OCEÂNICA

Tânia Nascimento, de 54 anos, é moradora de Itaipu. Desde o início do ano letivo ela notou uma mudança de comportamento da filha Paloma, de 14 anos. Uma mudança positiva. Todos os dias, a adolescente chega em casa feliz, depois de voltar do colégio. Paloma estuda na Escola Municipal Dario Castelo, inaugurada em

fevereiro pela prefeitura, em Itaipu. A mãe da jovem está encantada com a escola. O que mais chama a atenção de Tânia é o atendimento dos funcionários e as novas instalações. "Estou apaixonada pelo colégio. A equipe é muito bem treinada e a direção está nos ouvindo. Minha filha nasceu com problemas de saúde e estão dando atenção especial a ela, com um horário adequado por causa dos medicamentos. A Paloma sai da escola muito bem alimentada e feliz. A estrutura do colégio é um sonho, melhor que muita escola particular", diz, emocionada.

Educação de qualidade é uma das prioridades da Prefeitura de Niterói. A Dario Castelo foi a 16ª unidade de ensino inaugurada pela atual gestão. O colégio atende 280 crianças, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Além das salas de aula, o prédio tem auditório, sala de artes, laboratórios de ciências e informática e ginásio poliesportivo. As instalações são adaptadas para alunos com necessidades especiais. A escola funciona em período integral, das 8h às 17h, e as crianças fazem quatro refeições diariamente: café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar.

**ANEXO B – ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESCOLA
COMUNIDADE DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR DARIO DE SOUZA
CASTELLO DO DIA 26 DE JUNHO DE 2015**

6

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESCOLA COMUNIDADE

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, neste município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro/RJ, reuniram-se às oito horas, em reunião ordinária, professores, servidores, e responsáveis pelos alunos da Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello, situada à Rua Professora Alice Picanço, nº 21 - Itaipu, Niterói/RJ, com a finalidade de discutir e deliberar sobre a pauta que segue: 1. calendário dos encontros do Projeto Presença; 2. início da confecção das bonecas; 3. proximidade da festa junina; 4. escola de tempo integral. A diretora geral da Unidade, Professora Viviane, conduziu a reunião e fez a exposição sobre o item 1, sobre o qual deliberou-se que serão duas quartas-feiras no mês de julho, o 1º sábado letivo do segundo semestre (agosto) e mais 2 quartas-feiras em agosto. No que é pertinente ao item 2, foi decidido que ainda hoje, ao final da reunião, as bonecas começariam a ser confeccionadas. Sobre o item 3 foram oferecidas algumas sugestões, a saber: elaboração de uma circular contendo os valores de todos os itens que serão vendidos na festa; a divulgação dos "kits" que cada aluno receberá; os valores das rifas, o horário das danças; o fato de não ser permitida a comercialização e consumo de bebidas alcoólicas. A direção informou que elaborará tal instrumento e enviará aos responsáveis na próxima semana. Por fim, sobre a escola em tempo integral, os presentes reafirmaram seu interesse que em 2016 a escola funcione em tempo integral. Sugeriram, pois, que o CEC elaborasse um abaixo-assinado com tal finalidade. Sem mais, a presente reunião foi encerrada, tendo em anexo o registro das presenças e sendo por mim, Presidente do CEC, lavrada.

Niterói, vinte e seis de junho de dois mil e quinze.

Viviane Merlim Moraes, Diretora, matrícula 233.556-0

RESPONSÁVEIS DE ALUNOS:

**ANEXO C – ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESCOLA
COMUNIDADE DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR DARIO DE SOUZA
CASTELLO DO DIA 29 DE JULHO DE 2015**

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESCOLA COMUNIDADE

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, neste município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro/RJ, reuniram-se às oito horas, em reunião ordinária, professores, servidores, e responsáveis pelos alunos, da Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello, situada à Rua Professora Alice Picanço, nº 21 - Itaipu, Niterói/RJ, com a finalidade de discutir e deliberar sobre a pauta que segue: 1. escola de tempo integral; 2. prestação de contas da Festa da Cultura; 3. atividades dos sábados letivos de setembro e novembro; 4. encaminhamento do Projeto Presença; 5. Outros. A diretora geral da Unidade, Professora Viviane, conduziu a reunião e fez a exposição sobre o item 1, informando que alguns responsáveis, de acordo com a deliberação da reunião anterior, passaram o abaixo-assinado e que o mesmo foi entregue na escola logo após a Festa da Cultura. Foi feita a sugestão, por parte dos pais, da realização de uma reunião com os moradores do condomínio para conhecer a escola, a noite. Aguardaremos a sugestão da data. Sobre o item 3 foram apresentadas algumas sugestões de atividades a serem realizadas, no sábado letivo do mês de setembro. Sobre o item 4, acordou-se que as quartas-feiras serão usadas pelos responsáveis que tiverem disponibilidade para adiantar a confecção das bonecas. Nas questões gerais, houve a proposição de realização de oficina de etiqueta e teatro por parte da avó da aluna Erika (GR2A). Ficaremos no aguardo da disponibilidade da responsável. Sem mais, a presente reunião foi encerrada, tendo em anexo o registro das presenças e sendo por mim, Presidente do CEC, lavrada.

Niterói, vinte e nove de julho de dois mil e quinze.

Viviane Merlim Moraes, Diretora, matrícula 233.556-0

RESPONSÁVEIS DE ALUNOS:

[Redacted signatures]

**ANEXO D – ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESCOLA
COMUNIDADE DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR DARIO DE SOUZA
CASTELLO DO DIA 26 DE AGOSTO DE 2015**

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESCOLA COMUNIDADE

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, neste município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro/RJ, reuniram-se às oito horas, em reunião ordinária, professores, servidores, e responsáveis pelos alunos da Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello, situada à Rua Professora Alice Picanço, nº 21 - Itaipu, Niterói/RJ, com a finalidade de discutir e deliberar sobre a pauta que segue: 1. apresentação da diretora adjunta indicada, Professora Patrícia dos Santos Soares; 2. escola de tempo integral; 3. apresentação das próximas atividades da escola: concurso de poesia e desenho e Sarau da primavera (19 de setembro); 4. encaminhamento do Projeto Presença; 5. bilhete de alunos em atraso; e 6. questões gerais. A diretora geral da Unidade, Professora Viviane, conduziu a reunião e fez a exposição sobre os itens 1 e 2, apresentando a nova diretora e vice-presidente deste Conselho, e informando que alguns responsáveis, de acordo com a deliberação da reunião anterior, continuam passando o abaixo-assinado e que há a sugestão para que o mesmo seja passado nas Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEI) vizinhas, que são em período integral. Alguns responsáveis solicitaram esclarecimentos sobre a organização da escola para o ano de 2016, questão que ainda não é possível de se responder devido ao fato de não sabermos ainda como será o atendimento - integral ou parcial. Sobre o item 3, foram apresentadas as ações previstas para setembro e no que é pertinente ao item 4, a diretora informou que terá uma reunião com os responsáveis pelo Projeto Presença no próximo dia primeiro de setembro e buscará saber como o mesmo será finalizado no presente ano. Sobre o item 5, apresentou-se o modelo de bilhete que os responsáveis dos alunos com mais de trinta minutos de atraso passaram a assinar na saída (modelo em anexo), uma vez que muitos deles estão constantemente sendo deixados no espaço escolar por mais de uma hora, por vezes até duas horas, após o término das aulas. Nas questões gerais foram apresentadas algumas reclamações por parte de dois responsáveis presentes, com relação ao fato de três professores gritarem em sala de aula - uma professora de apoio especializado e duas professoras de disciplinas específicas. Outra mãe reclamou que uma professora de turma segurou a blusa de seu filho. Outra mãe registrou que um funcionário gritou com as crianças maiores no portão. A direção informou que irá averiguar as reclamações, mas adiantou que essa não é uma postura que aconteça na unidade escolar. Ressaltou ainda que existem diferentes posturas, uma vez que cada profissional tem uma personalidade distinta do outro, tons de voz diferentes, mas que todos respeitam os alunos e colegas de trabalho e que, certas vezes, é necessário agir de maneira mais enérgica com os alunos, para organização da escola. Um responsável solicitou que a escola solicite à Prefeitura a colocação de um semáforo no final da Avenida Central de Itaipu. A direção ressaltou que não tem gerência sobre este aspecto, mas informou que pode ratificar o pedido realizado pelos pais. Foi solicitado também por uma mãe presente que as próximas reuniões de pais sejam realizadas por turmas. Foi informado pela direção que cada reunião possui uma estratégia diferenciada, e que nem sempre é possível fazer reuniões por turma devido ao tempo que elas retiram da rotina escolar e, ainda, que existe uma baixa frequência às reuniões. De toda forma, as reuniões de setembro serão organizadas da forma solicitada. Sem mais, a presente reunião foi encerrada, tendo em anexo o registro das presenças e sendo por mim, Presidente do CEC, lavrada.

Niterói, vinte e seis de agosto de dois mil e quinze.

Viviane Merlim Moraes, Diretora, matrícula 233.556-0



**ANEXO E – ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESCOLA
COMUNIDADE DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR DARIO DE SOUZA
CASTELLO DO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2015**

10

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESCOLA COMUNIDADE

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, neste município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro/RJ, reuniram-se às oito horas, em reunião ordinária, professores, servidores, e responsáveis pelos alunos da Escola Municipal Professor Dario de Souza Castello, situada à Rua Professora Alice Picanço, nº 21 - Itaipu, Niterói/RJ, com a finalidade de discutir e deliberar sobre a pauta que segue: 1. apresentação da arrecadação do Sarau da Primavera; 2. pauta da reunião de responsáveis; 3. renovação de matrículas; 4. tempo integral; 5. tratamento de alguns responsáveis com os profissionais da Unidade Escolar. A diretora geral da Unidade, Professora Viviane, conduziu a reunião e fez a exposição sobre o objetivo do Conselho Escola Comunidade, que é auxiliar na gestão da escola. As discussões sobre as turmas, especificamente, devem ser abordadas nas reuniões de pais e mestres. Assim, passou-se ao primeiro item da pauta, a arrecadação do Sarau da Primavera, que totalizou o valor de R\$ 545,75. A diretora informou que do valor apresentado já foi gasto R\$ 87,21 com material de limpeza, R\$ 132,00 foi pago às turmas de 5º ano, uma vez que foi utilizado parte do dinheiro por eles arrecadado para aquisição de material de limpeza no mês de agosto. A direção então sugeriu que o restante do dinheiro seja aplicado no aluguel de um brinquedo pula-pula para a semana da criança, que irá acontecer entre os dias 08 e 13 de outubro. Sobre a reunião dos responsáveis, foi informado que hoje seguiu o bilhete pelos alunos, e que, após as reuniões, será feita a renovação das matrículas, próximo item da pauta. Foi também informado que a renovação foi adiantada para que os pais não precisassem vir duas vezes no mesmo mês à escola, aproveitando a convocação já feita para a reunião. Neste momento, os responsáveis presentes perguntaram sobre a abertura de vagas e o encaminhamento do abaixo assinado. A diretora informou que encaminhou o abaixo-assinado para o Gabinete do Sr. Prefeito, o Gabinete da Sra. Secretária de Educação e para o Gabinete do Sr. Deputado Estadual Waldeck Carneiro. Porém, disse que foi esclarecida pela FME e SEMECT que não será possível a transformação em unidade de ensino fundamental em tempo integral em 2016, devido à necessidade de ampliação de vagas na região e às dificuldades orçamentárias enfrentadas pelo município. Sobre a abertura de novas vagas, foi mencionado o ofício enviado à FME, com distribuição de vagas no turno da manhã. Desta forma, os pais presentes informaram à direção que irão se organizar para agendar uma reunião com o Sr. Prefeito de Niterói, para falar sobre o tempo integral. Sobre o item 5, a direção informou que na semana anterior aconteceram vários fatos em que alguns responsáveis destratarem os profissionais da escola, com ameaças, ofensas e chamando-os de mentirosos. Assim, foi lembrado que se busca uma relação amistosa com a comunidade, mas que deve ser respeitosa, acima de tudo. Por fim, nas questões gerais, foi solicitado por um responsável presente que o cardápio volte a ser afixado na parte externa da escola. Sem mais, a presente reunião foi encerrada, tendo em anexo o registro das presenças e sendo por mim, Presidente do CEC, lavrada.

•Niterói, trinta de setembro de dois mil e quinze.

Viviane Merlim Moraes, Diretora, matrícula 233.556-0

